

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE LETRAS E ARTES
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS VERNÁCULAS**

CAROLINE DA SILVA NUNES

**PROGRESSÃO TEXTUAL POR MEIO DE ENCAPSULADORES: A
RECONSTRUÇÃO DOS OBJETOS DISCURSIVOS NO GÊNERO
EDITORIAL**

(DISSERTAÇÃO DE MESTRADO)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
AGOSTO - 2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Caroline da Silva Nunes

PROGRESSÃO TEXTUAL POR MEIO DE
ENCAPSULADORES: A RECONSTRUÇÃO DOS
OBJETOS DISCURSIVOS NO GÊNERO EDITORIAL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, área de concentração Língua Portuguesa, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos à obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Lino Pauliukonis

Rio de Janeiro - 2007

Caroline da Silva Nunes

PROGRESSÃO TEXTUAL POR MEIO DE
ENCAPSULADORES: A RECONSTRUÇÃO DOS
OBJETOS DISCURSIVOS NO GÊNERO EDITORIAL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Letras Vernáculas, área de concentração Língua Portuguesa, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos à obtenção do título de Mestre Letras Vernáculas.

Aprovada em

(Profa. Dra. Maria Aparecida Lino Pauliukonis, UFRJ) (orientadora)

(Profa. Dra. Leonor Werneck dos Santos, UFRJ)

(Profa. Dra. Maria José Monteiro, UFRJ) (Linguística Aplicada)

(Profa. Dra. Lúcia Helena Martins Gouvêa – UFRJ)

(Prof. Dr. Mario Eduardo Martelotta – UFRJ) (Linguística)

A meu marido, Pablo Dias Fortes:
Amor por inteiro, Amor pra vida toda.

A minha irmã, Carla da Silva Nunes.
A meus pais, Maria Lucia da Silva Nunes
e Carlos Ventura das Neves Nunes:
pela dedicação de toda uma vida.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para que esta pesquisa chegasse ao fim. Especialmente àqueles que acompanharam de perto minhas angústias e meu empenho:

Minha irmã, Carla da Silva Nunes. Igualmente professora de português (e poderia dizer: minha revisora particular!). Sem seu incentivo não teria feito o concurso de seleção de mestrado para a turma de 2005/1.

Minha orientadora, Profa. Dra. Maria Aparecida Lino Pauliukonis, pela confiança, pelo otimismo de sempre, pela orientação...

Aos professores do curso de pós-graduação da UFRJ. Especialmente à Profa. Dra. Leonor Werneck dos Santos, pelo “puxão de orelha da graduação” e o carinho de sempre, desde as primeiras aulas.

Aos alunos do curso de Letras da UFRJ: professores-aprendizes.

Aos meus pais, sem eles eu não teria chegado aqui.

Ao meu marido, filósofo e educador, por seu olhar crítico, por suas contribuições valiosas, por seu amor.

A Deus, pelo conforto espiritual de todo dia.

Considerar a comunicação como função lingüística fundamental é admitir que a fala (...) é a fala para outrem, e que a própria língua não se realiza senão quando fornece um lugar de encontro para os indivíduos.

O. Ducrot

RESUMO

NUNES, Caroline da Silva. **Progressão textual por meio de encapsuladores: a reconstrução dos objetos discursivos no gênero editorial**, Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

O presente estudo nasce de uma inquietação a respeito dos processos sociais e lingüísticos envolvidos em certas cenas comunicativas, sobretudo aquelas presentes no âmbito do gênero editorial. Neste sentido, busca-se analisar o modo de produção discursiva nesses textos de caráter opinativo para que seja possível apontar as condições de progressão textual e identificar o papel do encapsulamento na reconstrução do objeto discursivo. Para tanto, dispomos de um *corpus* constituído por 30 editoriais recolhidos do jornal *O GLOBO* entre os meses de janeiro e maio de 2005, início dos nossos estudos. Como embasamento teórico aliaremos trabalhos conhecidos da Análise do Discurso e da Lingüística Textual, tais como a Teoria Semiolingüística, segundo a qual o sentido de um texto é resultante de uma relação forma/sentido, sendo co-construído pela interação de diferentes instâncias subjetivas, bem como o conceito de leitor cooperativo que compartilha os sentidos do texto. Além disso, as metafunções e os estudos sobre o processo de coesão referencial de base lexical também compõem este trabalho. Por fim, pretende-se apresentar uma proposta de trabalho que possa ter uma aplicação didática no contexto escolar, em que os alunos poderão perceber a dinâmica discursiva do texto jornalístico, sobretudo a do gênero editorial.

Palavras-chave: Progressão textual, encapsulamento, objeto discursivo, coesão referencial ou referenciação

ABSTRACT

NUNES, Caroline da Silva. Progressão textual por meio de encapsuladores: a reconstrução dos objetos discursivos no gênero editorial, Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

This study comes from an issue concerning social and linguistic processes related to a kind of communicative scenes mainly those presented in editorial column field. Under this aspect, it is intended to analyze the discursive way of production in these texts of opinion to become possible to point out a number of conditions to textual progression, besides to identify the function of encapsulation on the reconstruction of discursive object. For this, we have at one's disposal a *corpus* including 30 editorial columns collected from O GLOBO (between January and May, 2005). As theoretical support we put together well-known Discourse Analysis as Semiolinguistic theory - a text meaning is a result of a relation between way format/sense, and also it is co-constructed by the interaction of different subjective circumstances. In addition, we have the concept of cooperative reader that also brings the sense to text. The other theoretical support comes from Textlinguistics and it refers to metafunctions working together with processes of reference cohesion of lexical basis. In the end, we are going to propose a kind of work that can concern a didactic use in educational context, in which students may detect the discursive dynamicity of journalism text, mainly in editorial column.

Key-words: Textual progression, encapsulation, discursive object, reference cohesion or referenciation

SINOPSE

Os encapsuladores e sua contribuição para a progressão textual. Análise desse processo de referenciação de base lexical no gênero editorial com vistas à percepção do engajamento do enunciador na reconstrução do objeto discursivo.

Sumário

1. Introdução.....	11
2. Fundamentação Teórica.....	17
2.1. Percurso da Lingüística Textual.....	17
2.1.1 Da Língua ao Texto	21
2.2 O texto como discurso.....	32
2.2.1 O Contrato Comunicativo e o leitor cooperativo.....	32
2.3. Gêneros textuais e o universo de restrições lingüístico-discursivas.....	40
2.4 A Progressão textual e os encapsuladores.....	46
2.4.1 A referenciação.....	47
2.4.1.1 Os processos de referenciação nos editoriais.....	51
2.4.1.1.1 As descrições nominais.....	52
2.4.1.1.2 Encapsulamentos.....	56
2.4.1.1.3 Sinonímia.....	61
2.4.1.1.4 Repetição.....	63
2.4.1.1.5 Substituição pronominal.....	66
2.4.1.1.6 Elipse.....	68
2.4.1.2 Os encapsuladores e os determinantes demonstrativos e definidos...69	
3. Tratamento dos dados.....	78
3.1. Método de análise e constituição do <i>corpus</i>	78
3.2 Análise do <i>corpus</i>	85
3.2.1 A progressão textual nos editoriais e a retomada do objeto discursivo...85	
3.3 Distribuição geral dos dados.....	154
1. Reconstruir um objeto discursivo a partir de encasuladores:	
Uma Proposta para trabalhar com editoriais em sala de aula.....	156
1. Considerações finais.....	161
2. Referências Bibliográficas.....	164
Anexos.....	170

1. Introdução

O presente estudo nasce de uma inquietação a respeito dos processos sociais e lingüísticos envolvidos em certas cenas comunicativas, sobretudo aquelas presentes no âmbito do gênero editorial. Tais processos, no campo social, passam por uma Teoria Semiolingüística que entende a comunicação como um processo contratual, além da noção de leitor cooperativo. Já, no que diz respeito aos processos lingüísticos, laçamos mão de teorias relativas à lingüística do texto de base sócio-cognitivista, tais como: o encapsulamento e a reconstrução do objeto discursivo.

Para tanto, dispomos de um *corpus* com 30 (trinta) editoriais do Jornal O Globo, recolhidos entre os meses de janeiro e maio do ano de 2005. Os editoriais são artigos sem assinatura que expõem a opinião coletiva de uma empresa. Ao iniciarmos as análises nos deparamos com uma grande quantidade de encapsuladores. Então, começamos a perceber que tal elemento contribuía para a defesa da tese e a progressão textual. Desse modo, postulou-se que, no âmbito do gênero editorial, o processo de progressão textual seria regulado, sobretudo, pelo papel do encapsulamento na reconstrução do objeto discursivo.

Sendo assim, começamos a proceder às análises de forma mais sistemática. Primeiramente, delimitamos a temática e a tese e, depois, buscamos apontar os processos de referenciação mais freqüentemente utilizados nos editoriais de

nosso *corpus*, para que então pudéssemos atingir nosso objetivo geral de analisar o modo de produção discursiva em textos de caráter opinativo. Além disso, como objetivos específicos intencionamos: a) Apontar as condições de progressão textual no gênero editorial; b) Identificar o papel do encapsulamento na reconstrução do objeto discursivo.

O trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos incluindo uma introdução, que se destina a apresentar um panorama do que vai ser discutido ao longo da pesquisa. Inclua-se também as Considerações Finais, item 5 (cinco) desta pesquisa, direcionado a concluir algumas idéias aqui expostas.

No segundo capítulo, busca-se apresentar os referenciais teóricos que norteiam a pesquisa, e, na medida do possível, antecipar algumas questões e/ou exemplos que serão encontrados também no capítulo de análise dos dados.

Destacamos no item **2.1 O Percorso da Lingüística textual**, os primeiros estudos que observavam o texto como unidade mínima de sentido ocorridos na Europa entre as décadas de 60 e 70 priorizaram sobretudo os fatores que traziam a coesão ao texto. Com a década de 80, os estudos passavam a focalizar na questão da coerência. Na década de 90 os estudos da lingüística do texto sofrem uma forte influência de uma abordagem pautada no sociocognitivismo.

Atualmente, propostas inovadoras no sentido da referenciação trazem nova cor aos estudos relativos à coesão e a coerência.

No item **2.1.1 Da língua ao texto**, buscamos apresentar os primeiros estudos propostos por Halliday pautados na coesão textual. Destacamos que sua pesquisa é a que mais se aproxima de uma Análise do Discurso, pois o funcionalista leva em consideração não só fatores lingüísticos como também socioculturais em sua abordagem. Neste capítulo, apontamos, também de forma sintética, como esses estudos contribuíram significativamente para o que se conhece hoje como Lingüística do Texto.

No item seguinte, **2.2. O texto como discurso**, que abriga o subitem **2.2.1. O Contrato Comunicativo e o Leitor Cooperativo**, ressaltamos a importância dos trabalhos desenvolvidos por Charaudeau (1988,1989, 1991 e 1993) e Maingueneau (1996 e 2004) sobre as teorias de Análise do discurso. O *Contrato Comunicativo* desenvolvido pelo primeiro, associada aos gêneros textuais (item 2.3) e ao conceito demonstrado pelo segundo, a respeito de um leitor colaborativo projetado pelo enunciador, nos parecem pertinentes para o encaminhamento desta pesquisa, visto que a partir da comunhão dos três tópicos mencionados poderemos refletir sobre questões relativas à possibilidade de o leitor cooperativo reconstruir o objeto discursivo. Dessa forma, para que o discurso seja compartilhado pelos sujeitos da cena comunicativa, é necessário que haja um

conjunto de condições que permitam ao co-enunciador reconhecer a legitimidade e a credibilidade do sujeito falante.

Mais adiante, no item 2.3, sobre os **Gêneros textuais e o universo de restrições lingüístico-discursivas**, apresentamos uma breve explanação sobre gêneros textuais, levando-se em consideração que só existem sócio-historicamente delimitados. É também através dos gêneros que os textos se realizam no mundo, sendo sempre veiculados por algum suporte comunicativo. Quanto ao gênero editorial, objeto de interesse desta pesquisa, apresentamos ao leitor as características que o delimitam como tal, com destaque, sobretudo, para o fato de ser portador de uma opinião.

Além disso, no item **2.4 A Progressão textual e os encapsuladores** e os subseqüentes **2.4.1, 2.4.1.1** enfatiza-se a noção de referenciação e a da progressão textual nos editoriais bem como a contribuição dos encapsuladores nesse processo. Para tanto, recorreremos às categorias da Lingüística Textual tais como a recategorização e a reconstrução do objeto discursivo com o intuito de completar nosso quadro teórico e respaldar corretamente nossa pesquisa. Observe-se também os itens 2.4.1.1.1, 2.4.1.1.2, 2.4.1.1.3, 2.4.1.1.4, 2.4.1.1.5, 2.4.1.1.6 em que apresentamos os diferentes processos de referenciação encontrados nos editoriais. No item **2.4.1.2** apontamos para a relação existente entre os encapsuladores e os determinantes demonstrativos e definidos.

A partir do terceiro capítulo, passamos ao tratamento dos dados. No item **3.1 Método de análise e constituição do *corpus***, apresentamos os critérios adotados para analisar o *corpus*, bem como as etapas que se sucedem.

No item **3.2 Análise do *corpus***, procedemos às análises de quinze editoriais escolhidos para figurar como amostra da parte metodológica e do tratamento dos dados. Procuramos identificar mecanismos recorrentes nos editoriais que propiciavam a progressão textual, além de apontar os objetos discursivos mais expressivos e seus respectivos encapsuladores.

No quarto capítulo, **4. Reconstruir um objeto discursivo a partir de encapsuladores – Uma proposta para trabalhar com editoriais na sala de aula**, buscamos, de forma breve, apresentar uma aplicação do nosso trabalho na sala de aula, com o intuito de poder colaborar para novas perspectivas de ensino que visem ao texto como unidade de sentido e seu principal objeto de estudo, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais.

No capítulo **5**, dedicado às **Considerações Finais**, buscamos apresentar as conclusões a que chegamos com a pesquisa, a partir dos resultados apresentados, confirmando, assim, nossa hipótese.

De acordo com o que foi explicitado, a pesquisa justifica-se no seu contexto lingüístico-discursivo, pois visa a aliar teorias relativas ao campo de Análise do

Discurso e da Lingüística textual, adotando uma perspectiva ainda pouco estudada, qual seja, a do encapsulamento no gênero editorial, como um recurso para a retomada da tese. Justifica-se também no contexto didático-pedagógico, visto que oferece um material que possivelmente poderá auxiliar diferentes trabalhos com o texto em sala de aula.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Percurso da Lingüística Textual

A Lingüística Textual é um campo relativamente novo dentro dos estudos lingüísticos que priorizam o texto como fonte de investigações. Em meados da década de 60, estudiosos de diferentes partes da Europa começaram a interessar-se por observar o texto como unidade mínima de sentido. Dessa forma, os estudos que tinham por fim descrever a língua nos limites da frase passam a ser mais questionados, visto que muitas lacunas não eram preenchidas nas gramáticas que descreviam o Sistema e suas unidades. Tal como apontam Fávero e Koch (2005:12), na obra *Lingüística Textual: introdução*:

Entre as causas que levaram os lingüistas a desenvolverem gramáticas textuais, podem-se citar: as lacunas das gramáticas de frase no tratamento de fenômenos tais como a **correferência**, a **pronominalização**, a **seleção dos artigos** (definido ou indefinido), [...] e vários outros que só podem ser devidamente explicados em termos de texto ou, então, com referência a um contexto situacional. [grifo nosso]

Vale lembrar ainda que a Lingüística Textual surge como um entroncamento da Lingüística Estrutural e, por isso mesmo, no início, tentou conservar alguns

métodos de observação e análise que vinham sendo dispensados ao estudo frasal. Tal análise era feita a partir de pares de sentenças e funcionava como uma lingüística da frase ampliada. No entanto, logo os estudiosos perceberam que isso não propiciava o tratamento adequado à complexidade das seqüências textuais e tais tentativas de análise foram sendo abandonadas aos poucos (cf. Fávero e Koch 2005: 19-20).

Sendo assim, problemas decorrentes da observação do próprio texto, como os apontados acima começavam a ser vistos como fundamentais para que se pudesse entender a mudança de percurso nos estudos lingüísticos desde a década de 60 até a situação atual dos anos 2000.

Na década de 70, a Lingüística Textual começa a se dedicar aos estudos dos tipos de relações que podem ser estabelecidas em um texto. Como representante destas relações aponta-se para a referenciação, principal fator da coesão textual. Isso será mais amplamente estudado no capítulo subsequente, intitulado 'O texto como unidade coesiva'. Por hora, importa destacar que M. A. K. Halliday é o representante desses estudos sobre coesão, apontado neste trabalho. Além disso, destaque-se também que os estudos sobre coesão eram muitas vezes equiparados, naquela época, aos de coerência, "já que ambas eram vistas como qualidades ou propriedades do texto" [Koch, 2001:12].

A partir da década de 80, os estudos sobre coerência foram se ampliando e esse conceito foi revisto. Entende-se, neste momento, que se trata de “um fenômeno muito mais amplo: a coerência se constrói, em dada situação de interação, entre o texto e seus usuários, em função da atuação de uma complexa rede de fatores, de ordem lingüística, sócio-cognitiva e interacional [Koch, 2001: 13].

Com a década de 90, os estudos desenvolvidos à luz da lingüística textual passam a ter uma tendência fortemente influenciada pelo sócio-cognitivismo, como sugere o trecho a seguir:

Além da ênfase que se vem dando aos processos de organização global dos textos, assumem importância particular as questões de ordem sóciocognitiva, que envolvem, evidentemente, as da **referenciação**, inferenciação, acessamento ao conhecimento prévio etc.; o tratamento da oralidade e da relação oralidade/escrita; e o estudo dos **gêneros textuais** [...]

[Koch 2001:14] [grifo nosso]

Atualmente, os estudos sobre coesão e coerência ganham novas abordagens e tratamentos. Com base em estudos sociocognitivos, podemos nos deparar com propostas inovadoras para o tratamento da referenciação, dos gêneros textuais e da progressão textual (temas de interesse desta pesquisa). Portanto, buscamos,

aqui, desse modo, aliar esses três campos de reflexão (referenciação, gêneros e progressão textuais) advindas da lingüística textual, acrescentando-se a isso teorias que dizem respeito ao campo da Análise do Discurso para compor este trabalho.

2.1.1 Da Língua ao Texto

A partir do que foi exposto acima e fundamentado, sobretudo, nas questões relativas à coesão textual, desenvolveremos, nesta seção, comentários acerca do trabalho de Michael A. K. Halliday. Ele é conhecido por seguir uma vertente mais moderada do funcionalismo e ser pioneiro nos estudos de coesão. Sua teoria chama a atenção de muitos estudiosos por não considerar que as categorias gramaticais se apresentem hierarquizadas. Ele considera o texto como um constructo social e cultural, reconhecendo a funcionalidade da Gramática no texto e a construção semântica, aproximando-se muito do que atualmente conhecemos como teorias da Análise do Discurso. Halliday dedicou-se a elaborar sua Gramática sistêmico-funcional que se interpreta metafuncionalmente. Tal aparato teórico nos parece fundamental para que se possa perceber como os estudos em Lingüística textual e Análise do Discurso se encontram, visto que essa abordagem nos apresenta meios para estudar e analisar a linguagem em uso, além de privilegiar a relação texto-contexto.

Na perspectiva de Halliday:

- a unidade maior de funcionamento é o texto
- os itens são multifuncionais

Deve-se levar em consideração, além disso, o papel do componente discursivo como foco na investigação lingüística.

A fim de delinear brevemente o que vem a ser a base da teoria hallidiana, faz-se necessário apontar para o funcionalismo etnográfico e o contextualismo desenvolvido por Malinowski na década de 20, bem como os estudos de J.R. Firth também de tradição etnográfica. Esse último foi seu professor na Universidade de Londres. Destaque-se ainda o funcionalismo da Escola de Praga, o funcionalismo francês, a própria Escola de Londres entre outras escolas funcionalistas européias que influenciaram o modelo elaborado por M. A. K. Halliday.

Tais estudos serviram para que o funcionalista pudesse apontar nas suas pesquisas lingüísticas para as questões fundamentais que regem a gramática sistêmico-funcional: o significado (base semântica) e o uso (base funcional). Ou seja,

a língua é um sistema semântico, e a gramática funcional destina-se a revelar, pelo estudo das seqüências lingüísticas, os significados que estão codificados pelas seqüências (Halliday; 1985).

O estudo do discurso ou da lingüística do texto não pode ocorrer separado do estudo da gramática, visto que o texto é uma unidade semântica e não uma unidade gramatical (Halliday & Hasan, 1989). Assim, deve ser entendido o texto como um produto e um processo,

O texto é um produto no sentido de que é um *output*, algo que pode ser lembrado e estudado, havendo uma certa construção que pode ser representada em termos sistêmicos. Esse é um processo no sentido de ser um contínuo de escolhas semânticas, um movimento através da rede de potencial de significado com que cada grupo de escolhas constitui um ambiente de especificidade. [Halliday & Hasan, 1989:10]¹

Portanto, o objetivo dessa gramática sistêmico-funcional não está apenas em descrever o sistema lingüístico, mas também em descrever os meios pelos quais tal sistema se relaciona com os textos. Além disso, Halliday (1994, xiii), na introdução de *An Introduction to Functional Grammar*, justifica sua escolha pela teoria funcionalista e o nome atribuído a sua obra:

Isso é uma introdução a uma gramática funcional porque a moldura conceitual em que está baseado é muito mais funcional do que formal. Ela é **funcional** em três sentidos distintos embora diretamente relacionados: na sua interpretação (1) dos textos, do

¹ "The text is a product in the sense that it is an output, something that can be recorded and studied, having a certain construction that can be represented in systematic terms. It is a process in the sense of a continuous process of semantic choice, a movement through the network of meaning potential, with each set of choices constituting the environment for a further-set."

sistema (2), e dos elementos das estruturas lingüísticas [grifos do autor]²

Para Halliday, o texto é construído social e culturalmente. A linguagem é primeiramente um meio de transmissão cultural, ou seja, é um lugar de interação, visto que é através do seu uso, ao interagirmos uns com os outros, que construímos e reconstruímos os significados. Conseqüentemente, a unidade semântica deve ser estudada a partir de três perspectivas interdependentes (Halliday & Hasan, 1989:12):

- o ambiente em que a linguagem opera (*Field* - Campo)
- a dimensão interpessoal (*Tenor* - Relações)
- o canal comunicativo (*Mode* - Modo)

A partir disso e ao considerar que o uso da linguagem se estabelece com algum propósito de uso social e cultural, Halliday nos apresenta três metafunções que representam os modos de uso da linguagem:

- a metafunção ideacional
- a metafunção interpessoal
- a metafunção textual

² "It is an introduction to **functional** grammar because the conceptual framework on which it is based is a functional one rather than a formal one. It is functional in three distinct although closely related senses: in its interpretation (1) of texts, (2) of the system, and (3) of the elements of linguistic structures."

Faz-se necessário destacar o caráter multifuncional desses modos de uso da linguagem apresentados pelo funcionalista, ou seja, as metafunções não são estudadas isoladamente, mas sempre inter-relacionadas. Elas são estudadas num ambiente de interação na construção textual. Assim, podemos relacionar o texto e seu contexto situacional da seguinte forma, nas bases hallidianas.

A **metafunção ideacional**, ligada ao domínio do discurso ou ao ambiente em que a linguagem opera (*Field*), diz respeito à natureza da ação social, ou seja, é o modo como se estrutura a experiência, mantendo-se relação com a estrutura social (tanto a refletindo quanto a influenciando). A **metafunção interpessoal** refere-se à natureza dos participantes (*Tenor*) e suas relações na interação. A **metafunção textual**, relacionada ao canal comunicativo (*Mode*), diz respeito à coesão e coerência textuais, ou seja, ao modo como ocorre a organização simbólica dos textos (orais ou escritos).

Deve-se levar em consideração o conceito de sistema como forma de organizar a linguagem. A partir da perspectiva hallidiana, a linguagem é tida como um *sistema de significados* com especificações e possibilidades. Em outras palavras:

A linguagem consiste de um conjunto de sistemas, cada um deles oferecendo ao falante (ou escritor) possibilidades de escolha para expressar significados.
(Bloor & Bloor, 1995, p.2)

Além disso, é fundamental apontar para o fato de que a base para a teoria em questão é a noção de linguagem como um sistema de paradigmas, ou seja, “uma gramática sistêmica não é sintagmática mas paradigmática” (Halliday, 1994: xxvii).

Acrescente-se aos conceitos apresentados anteriormente outros, que se referem ao plano da coesão textual, visto que a coesão é um dos elementos do discurso que contribui para a sua textura além de ser o elo semântico entre um elemento e outro no texto, sendo assim, crucial para a sua interpretação (cf. Halliday & Hasan, 1976:25).

No que diz respeito à referenciação e ordenação dos elementos discursivos no texto, Halliday & Hasan apontam cinco tipos de elos coesivos existentes:

- Referência
- Substituição
- Elipse
- Conjunção
- Coesão lexical

Destaque-se o fato de que, atualmente, outras propostas de classificação têm sido elaboradas. No entanto, faz-se necessário apresentar a primeira noção organizada dos estudos de coesão textual, como se observará a seguir. Observe-se como o modelo de classificação de Halliday ainda é atualizado.

A **Referência** pode ser *situacional* (extratextual) ou *textual*, que pode ser catafórica ou anafórica. Tais elementos “são itens da língua que, em vez de serem interpretados semanticamente, pelo seu sentido próprio, relacionam-se a outros elementos necessários a sua interpretação” (Fávero & Koch, 2005:39-40). Para ilustrar com um fragmento extraído do *corpus* o que acabou de ser explanado, observe-se o exemplo:

(1) **A extrema pobreza** no Brasil não está presente apenas em rincões longínquos. **Ela** se distribui por favelas das regiões metropolitanas, onde as taxas de expansão demográfica estão bem acima da média nacional.[O *Globo*, 22/01/2005]

No fragmento apresentado, mais do que uma referência podemos observar uma referência anafórica, visto que o pronome “Ela” refere-se ao sintagma nominal “A extrema pobreza”. Tal recurso funciona como elo coesivo, a fim de que se evite uma repetição do termo já mencionado e para que o texto progrida de uma forma mais dinâmica.

A **Substituição** trata da colocação de um item lexical no lugar de outro(s) ou até mesmo no lugar de uma oração. Ela pode ser feita por meio de hiperônimos como *coisa*, *pessoa*, *problema*, além dos pronomes, numerais, indefinidos entre outros. É caso de substituição por pronome indefinido extraído do *corpus*:

(2) Argumenta o governo que o projeto, na nova versão, poderá atender a 28 milhões de pessoas, numa região onde mil quilômetros de rios

se tornarão perenes. **Tudo** poderá estar concluído depois de um ano e meio de trabalho. [*O Globo*, 03/02/2005].

Nota-se que o item lexical ‘tudo’ substitui aquilo que está enunciado na sentença anterior. Todas as informações fornecidas na proposição anterior foram substituídas pelo pronome indefinido por uma questão de economia lingüística e para evitar a repetição de toda a sentença apresentada anteriormente.

A **Elipse** consiste na omissão de um item lexical recuperável pelo contexto, podendo ocorrer elipses no âmbito nominal, verbal e até mesmo oracional (cf. Fávero & Koch, 2005:42). Observe-se o exemplo a seguir:

(3) Como o São Francisco é uma bandeira política suprapartidária, e em torno do assunto agem grupos de militância ecológica, poucas vezes o tema é debatido com necessária objetividade e com base em dados técnicos.

Mas deveria Ø. Argumenta o governo que o projeto,[...] [*O Globo*, 03/02/2005]

Nesse exemplo, podemos observar que o item lexical que está em elipse é a oração “ser debatido”, facilmente recuperável pelo leitor a partir da leitura de enunciado, sem prejudicar o seu entendimento. Dessa forma, podemos recuperar a oração em elipse a fim de que se observe com mais clareza como funciona tal recurso:

(3’) Como o São Francisco é uma bandeira política suprapartidária, e em torno do assunto agem grupos de militância ecológica, poucas vezes o tema é debatido com necessária objetividade e com base em dados técnicos.

Mas deveria **ser debatido**. Argumenta o governo que o projeto,[...]

Esse recurso também é utilizado a fim de que se evite repetição tal como o que ocorre a **Referência** e a **Substituição** devido ao fato de esses três elementos coesivos terem alguma semelhança entre si, tal como nos lembra Fávero & Koch (2005:42):

Poder-ser-ia dizer que a substituição é um tipo particular de referência e a elipse, um tipo particular de substituição. A distinção entre substituição e referência é que aquela é uma relação mais gramatical (nível da palavra), enquanto a referência é mais semântica (nível do significado). Já no caso da elipse, deixa-se de dizer alguma coisa que fica, portanto, subentendida. Esses três fatores, até então estudados no nível intrafrasal, passam a ser examinados por Halliday (como também por outros lingüistas) no nível interfrástico.

A **Conjunção** é um recurso coesivo que difere dos outros, visto que depende das relações significativas estabelecidas entre orações, períodos e parágrafos. No exemplo abaixo, podemos observar como isso ocorre no *corpus*:

(4) **Depois** da previsível repercussão do desastrado imprevisto de Luiz Inácio Lula da Silva no Espírito Santo, ministros e o comando petista, também como previsto, tentaram socorrer o presidente. [O *Globo*, 01/03/2005]

Nota-se que a conjunção funciona como um organizador temporal das ações subseqüentes. A carga semântica da conjunção ‘depois’ estabelece uma relação de seqüencialidade entre as orações. Pode-se observar que a primeira sentença acarreta em uma conseqüência apresentada na segunda proposição, a partir do momento em que o texto nos apresenta a atitude tomada pelos ministros. Observe-se também que outras conjunções podem ser utilizadas com o mesmo sentido e há até mesmo a possibilidade de reescritura das orações.

(4') **Após** a previsível repercussão do desastrado imprevisto de Luiz Inácio Lula da Silva no Espírito Santo, ministros e o comando petista, também como previsto, tentaram socorrer o presidente.

A **Coesão lexical** reiteração de itens lexicais idênticos ou que possuam o mesmo referente (cf. Fávero & Koch, 2005:43).

(5) Depois de dois anos, parece finalmente ter chegado ao fim o cerceamento ideológico do trabalho da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **O processo** começou no início do governo Lula, [...] Nos dois anos que durou **esse pesadelo**, foi posto de lado o agronegócio [...]. [O *Globo*, 25/01/2005]

Verifica-se que o sintagma nominal (SN) “O processo” substitui o termo “fim do cerceamento ideológico do trabalho da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária” além disso, observa-se outro termo para recategorizar o mesmo

objeto discursivo (fim do cerceamento ideológico do trabalho da Embrapa), assinalando, dessa forma, dois exemplos de substituição. O primeiro (processo) sendo um nome mais geral e com uma carga avaliativa mais baixa. O outro nome (pesadelo) apresenta um caráter mais avaliativo negativo dentro da progressão textual e na ordenação dos termos dentro texto, visto que o termo remete o leitor a sonhos ruins ou a uma noite mal dormida. Ou seja, conforme o texto progride, vai se mostrando mais avaliativo, cabendo ao leitor aceitar ou não as conclusões dos editores.

É importante ressaltar que a pesquisa de Halliday funciona como suporte para aqueles que se empenham nos estudos referentes à Lingüística Textual e à Análise do Discurso devido ao fato de o mesmo estudar a linguagem em uma perspectiva social e cultural. Além disso, sua gramática sistêmico-funcional auxilia nos estudos de Referenciação, objeto de estudo desta dissertação.

É relevante destacar também que as metafunções apontadas por Halliday para a descrição situacional devem ser levadas em consideração no momento em que a análise do discurso é feita, uma vez que estarão em jogo fatores como:

- o campo (relativo à metafunção ideacional),
- relações entre participantes (relativo à metafunção interpessoal)
- o canal comunicativo (relativo à metafunção textual)

2.2. O texto como discurso

2.2.10 Contrato Comunicativo e o Leitor Cooperativo

Nesta seção, buscaremos associar dois conceitos: O contrato comunicativo, apresentado por Charaudeau, (1983, 1996, 2001 e 2005) e o leitor cooperativo, desenvolvido por Maingueneau (1996 e 2004). Consideraremos ambos os conceitos associados por julgarmos ser mais pertinente ao nosso estudo, tendo em vista que é nesse âmbito que a construção do sentido de um texto se faz possível. Nas palavras de Maingueneau (2006:39): *Mesmo que não tenha consciência disso, para elaborar sua obra o autor deve presumir que o leitor vai colaborar para superar a reticência do texto.* E mais adiante (p.41), completa:

De fato, muitos textos não se contentam em se inscrever exatamente na esteira de uma convenção preestabelecida. Constroem eles próprios a maneira como devem ser decifrados, instituem um contrato privado dentro de um conjunto de convenções que não poderiam ser todas contestadas [...] qualquer obra [...] “forma” seu próprio leitor durante o processo enunciativo.

Dessa forma, um leitor atento aos objetos discursivos e ao gênero textual “assina” o contrato proposto por tal gênero e, assim, colabora com a leitura como um co-

enunciador capaz de trazer sentido ao texto. Então, parece pertinente discutir a idéia do *Contrato Comunicativo* associada também aos gêneros textuais (Item 2.2 desta pesquisa), como também foi apontado por Maingueneau (2004:69):

Dizer que o gênero de discurso é um **contrato** significa afirmar que ele é fundamentalmente cooperativo e regido por normas. Todo gênero de discurso exige daqueles que dele participam a aceitação de um certo número de regras mutuamente conhecidas [...]. Evidentemente, esse “contrato” não necessita ser objeto de um acordo explícito: “É justamente porque o contrato de comunicação é fundador do ato de linguagem que ele *inclui sua própria validação*. O outro interlocutor-destinatário é considerado como subscrevendo antecipadamente os termos do contrato”. [grifos do autor]

Para se compreender com maior clareza a teoria do Contrato Comunicativo, faz-se necessário lançar mão de alguns conceitos fundamentais a tal teoria, também conhecida como Semiolingüística. Segundo sua proposta, o sentido de um texto é resultante de uma relação forma/sentido, sendo co-construído pela interação de diferentes instâncias subjetivas. A teoria prevê uma relação contratual dos participantes de uma cena comunicativa ou ato de linguagem, não baseada nos

estatutos sociais dos parceiros, fora da situação linguageira. A significação discursiva ocorre como resultado dos componentes situacional, comunicacional e discursivo. Cada um desses componentes se inter-relaciona ao ato de linguagem, contribuindo, assim, para a comunicação bem sucedida.

Dentro do componente situacional, deve-se considerar o lugar onde estão determinados a finalidade do ato de linguagem, a identidade dos parceiros, o domínio do saber veiculado pelo objeto de troca e o dispositivo em que estão abrigados. O componente comunicacional é o lugar onde estão determinadas as maneiras de falar em função do componente situacional (cf. Charaudeau, 2005:19), ou seja, entende-se como a cena propriamente dita da situação interacional.

Já o componente discursivo constitui o lugar de intervenção do sujeito falante, enquanto sujeito enunciador (cf. Charaudeau, 2005:19). Sendo assim, existem, segundo Charaudeau (2005:18), dois espaços de significâncias. Um é externo à sua verbalização e o outro é interno. Isso nos leva a considerar que participam do ato de linguagem dois tipos de sujeitos: os parceiros e os protagonistas. Os parceiros, no espaço externo, são conhecidos como sujeitos de ação, interlocutores com determinadas intenções a que chamamos: sujeito comunicante (aquele que detém a iniciativa no processo de interpretação) e um sujeito interpretante (aquele que é projetado pelo sujeito comunicante). Os protagonistas,

no espaço interno, chamados intra-locutores, também intitulados (sujeito) enunciador e (sujeito) destinatário³ são responsáveis pelo ato de enunciação.

Ambos, parceiros e protagonistas, participam de uma encenação (*mise en scène*) de sujeitos comunicantes na interação verbal e na transação semântica (cf. Charaudeau, 2005).

Importa, neste momento, detalhar o processo de transação semântica, baseado no que foi apontado por Charaudeau (2005:15) em seu 'postulado de intencionalidade'. Tal processo se realiza de acordo com quatro princípios:

- princípio da alteridade
- princípio da pertinência
- princípio da influência
- princípio da regulação

O primeiro aponta para o fato de todo ato de linguagem ser um fenômeno de troca entre dois parceiros. Para isso, é necessário que compartilhem saberes e tenham motivações em comum. Deve-se destacar, ainda, que os parceiros/protagonistas

³ Preferimos adotar nesta pesquisa a noção de **co-enunciador** (ou mesmo leitor, aludindo ao termo leitor cooperativo), pois entendemos que o leitor também é um enunciador do texto na medida em que o constrói e imprime sentido.

engajam-se em um processo recíproco, mas não simétrico da interação verbal, que os legitimam⁴ enquanto tais.

Quanto ao princípio da pertinência, é importante destacar que os parceiros devem compartilhar os saberes implicados no ato de linguagem. Sendo assim, espera-se que ambos reconheçam os universos de referência que constitui um objeto de discurso.

O princípio de influência diz respeito ao sujeito enunciador produzir através de um ato de linguagem um efeito, buscando atingir o sujeito interpretante, que, por sua vez, é alvo de tal ato. É nessa relação que se deflagra a interação.

No que concerne o princípio de regulação, podemos ressaltar a busca pela compreensão mútua entre os parceiros. A fim de que o ato de linguagem *‘prossiga e chegue a uma conclusão, os parceiros procedem à “regulação” do jogo de influências. Para isso, recorrem a estratégias no interior do quadro situacional’* (Charaudeau, 2005: 16).

Depois, para que o discurso seja compartilhado pelos sujeitos da cena comunicativa, também é necessário que haja um conjunto de condições que permita ao sujeito enunciador conquistar o direito à palavra. E, assim, o sujeito

⁴ Retomaremos o conceito de legitimidade mais adiante, quando também abordarmos o conceito de credibilidade.

interpretante ou co-enunciador reconhece o outro e a comunicação se estabelece. Tais condições são conhecidas como a legitimidade e a credibilidade.

Entende-se por legitimidade o poder instituído socialmente dentro da instância da enunciação. Ou seja, depende da posição que o sujeito ocupa nos *domínios do saber* e do *poder* (cf. Charaudeau, no prelo, s/d, p.2)⁵. Isso significa dizer que um discurso só é legítimo quando o enunciador apresenta tais domínios.

No entanto, a legitimidade pode não ser reconhecida ou porque pode ser contestada ou porque não temos conhecimento das condições dos parceiros. Dessa forma, aponta-se para a credibilidade, que é adquirida, isto é, diz respeito a uma relativa competência do sujeito enunciador dependente do *saber fazer* nos quatro tipos de atividade da linguagem, quais sejam: informar, persuadir, seduzir e incitar⁶.

⁵ *Domínio do Saber* refere-se ao local onde circulam os discursos de crença e verdade próprios a determinados grupos socioculturais. Já o *Domínio do Poder* é o espaço onde as identidades socioinstitucionais dos parceiros/protagonistas podem ser percebidas. Esse domínio está relacionado à autoridade discursiva instituída pelo domínio do saber.

⁶ O Saber fazer está diretamente ligado a *informar* (fazer com que o outro saiba algo que era fora do seu conhecimento); *persuadir* (levar o outro a crer naquilo que se faz conhecer, fazer com que ele participe do seu universo de discurso); *seduzir* (apelar para a emoção do outro no sentido de 'fazer prazer', levando-o a experimentar estados emocionais agradáveis) e *incitar* (levar o outro a fazer coisas sem subordinação, é uma atividade de sugestão que atua utilizando a persuasão e a sedução.) (Charaudeau, no prelo, s/d, p. 2-3)

Por fim, para que a interação ocorra de forma satisfatória⁷, retornamos ao conceito de leitor cooperativo e a noção de que leitor e enunciador devem partilhar de alguns referentes lingüísticos e não-lingüísticos. O enunciador projeta um tipo de leitor que, ao iniciar a leitura de determinado texto, compartilha pistas lingüísticas e caminhos semi-trilhados que serão preenchidos na interação. Essa idéia complementa, por assim dizer, a teoria exposta anteriormente. Segundo Maingueneau (1996:37-8),

Para ser decifrado, o texto exige que o leitor instituído se mostre cooperativo, seja capaz de construir o universo de ficção a partir das indicações que lhe são fornecidas. [...] Essa atividade cooperativa não se refere, portanto, às intenções do escritor, mas às indicações oferecidas pelo texto por sua conformação e suas prescrições virtuais de decifração.

Este é um exercício que deve ser previsto pelo escritor. Ao fazer determinada enunciação, deve-se imaginar que tipo de competências (lingüísticas e não-lingüísticas) o leitor dispõe para acessar o texto, além disso, o tipo de veículo em que a enunciação é feita. Se for uma revista de esportes, por exemplo, a compreensão estará menos apoiada na competência lingüística e mais em uma

7

Isso não significa dizer que desconhecemos a posição adotada por Charaudeau (cf, no prelo, s/d, p. 3-4) de que o outro *jamaiz coincide com aquele que nós mentalmente construímos e como sabemos que jamaiz temos o domínio completo do outro, estamos condenados a usar estratégias [...] e se somos condenados a nos comunicar, não estamos jamaiz certos do que comunicamos.*

certa compreensão enciclopédica do “mundo dos esportes”. Por outro lado, se o leitor está diante de um editorial, outras formas de ler um texto serão acionadas e haverá maior apelo à competência lingüística do leitor. Assim, para cada gênero textual observa-se um tipo de leitor cooperativo com conhecimento de mundo (lingüístico, textual, interacional etc) diferente, particular.

2.3 Gêneros textuais e o universo de restrições lingüístico-discursivas

É fundamental, em trabalhos acadêmicos de análise de *corpus* em Lingüística Textual e Análise do Discurso, delimitar o gênero (ou os gêneros) textual (is) a ser(em) estudado(s). Sendo assim, buscaremos, neste capítulo, apresentar breves comentários acerca do conceito de gênero textual, com especificações a respeito do gênero editorial e seu universo de restrições lingüístico-discursivas. Para tanto, nos apoiaremos em teorias e conceitos desenvolvidos por Maingueneau (2004) e Marcuschi (2005).

É através dos gêneros textuais que as nossas atividades comunicativas do dia-a-dia estão ordenadas. São essas entidades sócio-discursivas e culturalmente sensíveis atualizadas a cada evento comunicativo que possibilitam nossas relações interpessoais, profissionais, emocionais, artísticas etc. Podemos destacar ainda, de acordo com a proposta de Marcuschi (2005:20):

[...] os gêneros textuais surgem, situam-se e integram-se funcionalmente nas culturas em que se desenvolvem. Caracterizam-se muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades lingüísticas e estruturais.

Dessa forma, o que nos indica estarmos diante desse ou daquele gênero textual é, em última análise, aquilo que fazemos com determinado enunciado em termos das suas funções sociais e de linguagem, como nos aponta Maingueneau (2004: 60). A tipologia das *funções da linguagem* (referencial, emotiva, conativa, fática, metalingüística e poética) foi elaborado por R. Jakobson⁸. Já as funções sociais dizem respeito àquelas formas textuais que seriam necessárias à sociedade, isto é, são a função religiosa, a função lúdica etc. A tais funções sociais também coube chamar 'domínios discursivos', dos quais nos lembra Marcuschi (2005: 23-24):

Usamos a expressão *domínio discursivo* para designar uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana. Esses *domínios* não são textos nem discursos, mas propiciam o surgimento de discursos bastante específicos. Do ponto de vista dos domínios, falamos em *discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso* etc. já que as atividades jurídica, jornalística ou religiosa não abrangem um gênero em particular, mas dão origem a vários deles. Constituem práticas discursivas dentro das quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que, às vezes lhes são próprios como práticas ou rotinas comunicativas institucionalizadas. [grifos do autor]

⁸ Cabe ressaltar que a noção de funções da linguagem proposta por Jakobson não se insere nos limites desta pesquisa.

Não se deve deixar de mencionar aqui que o domínio discursivo privilegia determinado suporte comunicativo. Entende-se por suporte os meios nos quais podemos veicular os diferentes gêneros textuais. Se o suporte é modificado, modifica-se também o gênero textual. Tome-se como exemplo uma conversa face a face, um telefonema e um *chat*. As características básicas dos três gêneros podem ser compartilhadas como uma troca verbal com falas, por assim dizer, simultâneas. Mas em cada um deles haverá um certo número de estratégias peculiares.

Sendo assim, ao nos depararmos com um editorial estamos diante de um gênero textual pertencente ao domínio do discurso jornalístico. Seu suporte pode variar da televisão ao rádio, passando pela revista e pelo jornal impresso. Em cada um dos meios comunicativos também teremos peculiaridades, mas uma característica permanece em qualquer editorial: trata-se de um artigo de opinião. Como esse é o tipo de material que nos interessa nesta pesquisa, nos deteremos em discutir esse gênero textual.

O editorial, gênero textual que compõe o *corpus* deste trabalho, supõe a existência de um enunciador que expõe o posicionamento (avaliativo e argumentativo) de um jornal, revista, etc. a respeito de um assunto de ampla divulgação pela mídia. O co-enunciador deverá ser capaz de identificar tal assunto e se disponibilizar a lê-lo, fazendo, assim, as devidas concessões e articulações pressupostas no

'contrato' presente no gênero editorial. Portanto, o co-enunciador, reconhecendo-o como um

texto jornalístico opinativo, escrito de maneira impessoal e publicado sem assinatura, [...] Define e expressa o ponto de vista do veículo ou da empresa responsável pela publicação (do jornal, revista etc.) ou emissão (do programa de televisão ou rádio). O editorial apresenta, principalmente, em sua forma impressa, para o jornal, traços estilísticos peculiares. [...] [RABAÇA & BARBOSA, 1978 apud SANTANA, 2003:112],

também reconhece simultaneamente sua função social, que neste caso pode ser indicado pelo ato de orientar o leitor de acordo com a opinião que se quer explicitar e defender.

Além disso, não se pode esquecer que, segundo MAINGUENEAU (2004:63-64), existem duas utilidades relacionadas ao reconhecimento dos gêneros textuais: a) um fator de economia e b) assegurar a comunicação.

O conhecimento dos gêneros é fator de *economia* cognitiva, pois:

Graças ao nosso conhecimento dos gêneros do discurso, não precisamos prestar uma atenção constante a todos os detalhes de todos os enunciados que ocorrem a nossa volta. Em um instante somos capazes de identificar um dado enunciado como sendo folheto publicitário ou como uma fatura e, então, podemos nos concentrar apenas em um número reduzido de elementos. (Maingueneau, 2004: 64).

No que diz respeito à comunicação assegurada, entende-se que só será bem sucedida se o gênero compartilhado entre enunciador e co-enunciador estiver de acordo com as propostas e expectativas de ambos, para evitar um mal-entendido. Além disso, os gêneros “são dispositivos comunicativos que só podem aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes” (Maingueneau, 2004:61).

Desse modo, o leitor que reconhece um gênero editorial, identifica também as estratégias discursivas ali presentes e reconhece até mesmo a sua localização no jornal. Se esse leitor não tem interesse no gênero em questão, não precisa começar a ler a primeira linha do texto, o que constitui um fator de economia. Por outro lado, se o indivíduo pretende ler um editorial, a comunicação só poderá ser assegurada se o assunto a ser abordado tiver relação com as condições sócio-

históricas a que se refere Maingueneau. Do contrário, não haverá a interação leitor-texto.

Portanto, é a partir do conhecimento dos gêneros que podemos escolher se queremos ou não ler determinado texto, e, então, passarmos a um segundo momento de leitura em que podemos compartilhar estratégias e reconstruir o objeto discursivo, através dos diferentes recursos coesivos presentes em cada texto.

2.4 A Progressão textual e os encapsuladores

Para que um texto progrida, sabe-se que é necessário um movimento de ligação entre informações dadas que devem se associar às informações novas. Isso pode ser feito de diversas formas, algumas das quais são bastante conhecidas e apontadas pelos recursos de coesão. Neste trabalho, apresentaremos mecanismos para se estabelecer coesão dentro de editoriais, focalizando a referenciação, sobretudo através de encapsuladores.

Na primeira seção, apontaremos as diversas formas possíveis de referenciação, que estão diretamente relacionadas ao que se entende por coesão lexical. Depois, delimitaremos o que se entende por encapsulamento e descrições nominais. Outras formas de referenciação (Sinonímia, repetição, substituição pronominal e elipse) também receberão destaque, visto que também compõem o quadro teórico analisado nesta pesquisa. Além disso, buscaremos traçar um paralelo entre a teoria hallidiana apresentada acima e as teorias mais atualizadas que serviram de base para esta pesquisa.

A segunda seção é um desdobramento da primeira. Discutiremos a questão dos demonstrativos e definidos como os determinantes mais freqüentemente utilizados quando se trata de um encapsulador.

2.4.1 A referenciação

Entende-se por referenciação uma atividade discursiva com função de atualização. Através da referenciação é possível reconstruirmos o objeto discursivo e assim categorizar e recategorizá-lo para que, enfim, possamos delimitar os meios pelos quais a progressão discursiva e textual ocorre.

Podemos encontrar em trabalhos de Mondada & Dubois (2003) e Mondada (2005) uma alusão aos processos relativos à referenciação. Segundo a autora, deve-se preferir o conceito 'referenciação' à noção mais estática contida no termo referência.

Em resumo, passando da referência à referenciação vamos questionar os processos de discretização e de estabilização. Esta abordagem implica uma visão dinâmica que leva em conta não somente o sujeito "encarnado", mas ainda um sujeito sócio-cognitivo mediante uma relação indireta entre os discursos e o mundo. Este sujeito constrói o mundo ao curso do cumprimento de suas atividades sociais e o torna estável graças às categorias manifestadas no discurso. [Mondada & Dubois, 2003:21]

Isso equivale a dizer também que as entidades do discurso são constituídas individualmente e socialmente. A perspectiva acima aponta para a existência de

“objetos de discurso” e de “categorização” (e recategorização). Desse modo, rompe-se com a noção de “referente” e, portanto, com a idéia de que seja possível uma correspondência perfeita entre as palavras e as coisas.

O discurso aponta explicitamente para a não-correspondência entre as palavras e as coisas, e a referenciação emerge da exibição desta distância, da demonstração da inadequação das categorias lexicais disponíveis – a melhor adequação sendo construída por meio de sua transformação discursiva. [Mondada & Dubois, 2003, 33]

Sendo assim, pensar em termos de referenciação e não mais de referência não é simplesmente abandonar um termo por outro mais adequado. Antes, é superar certos impasses a que se chegam no campo dos estudos lingüísticos, tais como aqueles relativos à própria nomeação das coisas. Superados os impasses, vale destacar que entendemos os processos de referenciação como práticas discursivas, assim como apontado por Koch, Morato e Bentes (2005:9), na introdução do livro *Referenciação e discurso*.

Portanto, neste trabalho de pesquisa, a noção de referente dá lugar à noção de objeto discursivo ou “objetos de discurso”, como prefere Mondada (1994, 2003), construídos por sujeitos históricos e sociais (aqui chamados de leitor ou co-

enunciador) que são categorizados (e recategorizados) na medida em que o texto avança. Desse modo, ao adotarmos a noção de objeto discursivo, entendemos que

A referenciação adequada pode ser vista como um processo de construção de um caminho ligando diferentes denominações aproximadas que não são excluídas pela última escolha. [Modada & Dubois, 2003:30]

E o objeto discursivo, por sua vez, a cada categorização que sofre é redesenhado discursivamente, apoiando-se nas representações cognitivas socialmente compartilhadas. Nota-se aqui um ponto de contato com o conceito de leitor colaborativo, apresentado por Maingueneau (1996 e 2004) – já mencionado – em que se considera como leitor cooperativo aquele capaz de construir o universo textual a partir das indicações que lhe são fornecidas pelo texto por sua conformação e suas prescrições virtuais de decifração (cf. Maingueneau, 1996:37-38)

Além disso, deve-se destacar, ainda, que só é possível, para os interlocutores, produzir sentido através dos objetos discursivos dentro de um quadro contextual. É buscando ajustar constantemente as seleções lexicais a um mundo contínuo (um mundo a significar) (cf. Mondada & Dubois, 2003: 34) que a construção do

objeto de discurso se torna possível. Em suma, é a partir de cada nova recategorização que podemos construir o objeto de discurso.

2.4.1.1 Os processos de referenciação nos editoriais

Nesta seção, apresentaremos os diferentes processos de referenciação que foram encontrados em nosso *corpus*. A nomenclatura utilizada nesta pesquisa baseia-se no que foi primeiramente demonstrado por Halliday e, posteriormente, por Conte (2003), a respeito dos encapsulamentos, bem como o que foi apontado por Koch (2003 e retomado em 2005) acerca das descrições nominais e também encapsulamentos. Como são esses últimos o interesse de nossa pesquisa, nos deteremos em analisá-los com maior detalhamento. Os outros processos serão exemplificados e comentados de forma mais breve.

Foram encontradas, além dos encapsuladores e descrições nominais, mais quatro diferentes formas de retomada do objeto discursivo em nosso *corpus*, a saber: substituição pronominal, sinonímia, repetição e elipse. Seguem abaixo, os critérios adotados na classificação dos processos de referenciação em editoriais, devidamente justificado com base no suporte teórico escolhido para esta pesquisa.

2.4.1.1.1 As descrições nominais

Descrições nominais são entendidas como expressões que demonstram de forma clara ao leitor/co-enunciador um certo engajamento do enunciador de criar uma certa imagem compartilhada a partir de pressupostos culturais. Em nosso *corpus* foram encontradas 31 (trinta e uma) ocorrências de tal elemento, o que representa 8% do total. A baixa frequência de tal processo surpreendeu, visto que se esperava uma utilização maior das descrições nominais, dado o caráter opinativo do gênero textual em questão. De acordo com Koch (2005: 35):

[...] o emprego de uma descrição nominal com função de categorização ou de recategorização de referentes [...] Trata-se, em geral, da ativação dentre os conhecimentos culturalmente pressupostos como partilhados (...) de características ou traços do referente que devem levar o interlocutor a construir dele determinada imagem [...] o que lhe permite extrair do texto informações importantes sobre as opiniões, crenças e atitudes do seu produtor, de modo a auxiliá-lo na construção do sentido [...].

De modo geral, esse tipo de remissão não aparece determinado por um demonstrativo. Podemos destacar alguns exemplos de nosso *corpus* que ilustram o que foi explicitado acima:

(1) Consta que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria ficado especialmente irritado com a última alta dos juros determinada pelo Copom. Mas há quem entenda ser tudo **uma velha manobra para aquietar bolsões radicais do PT contrários às políticas monetária e fiscal**. Seja como for, fortalecem-se os sinais de que a política macroeconômica, apesar de todo o êxito, ainda se sustenta em bases políticas frágeis.

Nota-se que o enunciador apresenta de uma forma modalizada (pois "há quem entenda") uma definição sobre a irritação do presidente Lula que indica também um modo de categorizar e, desse modo construir e reconstruir, o objeto discursivo. O adjetivo 'velha' encontra-se anteposto ao nome que modifica, 'manobra', indicando, assim, um maior grau de subjetividade imposto ao discurso. Além do que, pode-se destacar o teor metafórico da expressão 'velha manobra'. A seguir, outras formas da descrição nominal são apresentadas:

(2) . O Bolsa Família, **o guarda chuva sob o qual estão diversos programas sociais**, continua a se expandir em alta velocidade. Certamente acima daquela que o bom senso aconselharia num país com recursos escassos como o Brasil.

Neste trecho, outro exemplo de um termo metafórico pode ser verificado. 'O guarda-chuva' ilustra uma situação em que exista um objeto de suporte, que oferece proteção. Neste caso, 'o bolsa família' é comparado a um guarda-chuva que protege outros projetos do governo na mesma linha de paternalismo. Observe-se agora o exemplo (3).

(3) A governadora Rosinha Garotinho apressou-se a colocar o Tesouro do estado à disposição do Pan. Mas Cesar Maia preferiu não conversar frente a frente com a governadora, o que produziu mais **um dos desgastantes e estéreis curtos-circuitos entre os palácios Guanabara e da Cidade**. Seja como for, Rosinha pode materializar o apoio sem precisar encontrar-se com o adversário político.

Nota-se que o termo 'curto-circuito' indica a idéia incompatibilidade que, neste caso, significa também discordância. Ou seja, a relação entre o prefeito e a governadora do Rio de Janeiro (município e estado) não é amistosa. Isso indica uma recategorização da referida relação, visto que anteriormente foi apontado que o prefeito preferiu não conversar 'frente a frente' com a governadora. Verifica-se também neste exemplo um conhecimento culturalmente compartilhado entre leitor e enunciador, visto que é sabido pela população carioca, sobretudo, que prefeito e governadora não têm sido grandes amigos. Dessa forma, podemos acrescentar que o enunciador espera que seu leitor cooperativo complete o sentido do termo escolhido para definir a relação mencionada.

A seguir, outro exemplo:

(4) Na Febem paulista repetem-se as crises sucessivas, com denúncias de tortura, fugas e rebeliões de menores; enquanto isso, levantamento do governo constata que em quase mil cidades brasileiras há prostituição de menores. Não bastasse tudo isso, crianças cheirando cola ou solvente e

esmolando nas ruas — quando não assaltando — são **um espetáculo comum nas grandes metrópoles**. (também é um encapsulador)

Neste caso, encontramos uma peculiaridade, apenas observada em outros quatro exemplos. Além de ser uma descrição nominal, este termo também é um encapsulador anafórico (ver item 3.2.2.2). Ao mesmo tempo que pode ser entendido como um termo generalizante e com poder de sumarizar tudo o que foi expresso anteriormente também é ilustrativo, pois aponta para características do referente, levando o leitor a ver o objeto discursivo sob um determinado ângulo, constrói-se uma determinada imagem do referente. Portanto, com essa pequena amostra, procuramos ilustrar como as descrições nominais foram reconhecidas em nosso *corpus*.

2.4.1.1.2 Encapsulamentos

Consideram-se encapsuladores nomes genéricos, comumente determinados por demonstrativos, definidos e até mesmo indefinidos. Em nosso *corpus* foram encontradas 151 (cento e cinquenta e uma) ocorrências, equivalente a 37% do

total dos dados. Um fenômeno esperado, e confirmado através do levantamento que foi feito para esta pesquisa. De acordo com Koch (2005:38), que também apresentou reflexões sobre o assunto além de Conte (2003), devem ser formas nominais com função recategorizante de segmentos subseqüentes (e menos freqüentemente precedentes) do co-texto, resumizando-os e encapsulando-os sob determinado rótulo.

(1) Recente relatório das Nações Unidas sobre a erradicação da extrema pobreza no mundo aponta o Brasil como um dos países capazes de resolver **o problema** por seus próprios meios.

Observa-se que 'a erradicação da extrema pobreza' ganha um rótulo avaliativo e é recategorizada como 'o problema', ou seja, uma expressão maior que se apresenta como objeto discursivo é encapsulada através do termo subseqüente que o retoma. Podemos apontar também para a possibilidade da progressão textual com o advento do novo termo: 'o problema'. Não se trata simplesmente de erradicar a pobreza, isso deve ser encarado pelo co-enunciador como problema.

Além dessas características, devemos apontar ainda para o fato de um encapsulador ser uma forma híbrida, simultaneamente referenciadora e predicativa (cf. Koch, 2005:39), como pode ser verificado a seguir:

(2) Se colocou o Dr. Strangelove do PT em camisa-de-força, o Planalto não cuidou de amarrá-la como instruem os manuais. Afinal, ele voltou a agir. **A prova** é a tentativa do Ministério do Planejamento de controlar a divulgação de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota-se mais uma vez a ocorrência de um encapsulador determinado por um artigo definido. O termo 'a prova' funciona tanto como referenciador, pois retoma a sentença, quanto como predicativo, introduzindo uma nova informação: a prova de que o Dr. Strangelove do PT voltou a agir, quando da tentativa do Ministério do Planejamento de controlar a divulgação de pesquisas do IBGE.

Observe-se novo exemplo:

(3) A gravidez precoce é fato que se tornou comum nas comunidades carentes, e não há como se fechar os olhos para **esse fenômeno preocupante**, se realmente o país pretende reduzir de maneira expressiva a pobreza e a miséria. Por mais que se busque criar igualdade de oportunidades, famílias humildes com prole numerosa sempre ficam em desvantagem, pois dificilmente conseguem deixar os ambientes degradados onde vivem.

Neste fragmento, vemos o demonstrativo como determinante do termo encapsulado. Tal uso causa um efeito de aproximação no leitor, ou seja, uma focalização do objeto de discurso que traz a realidade para mais perto. Ao que

parece, um tipo de estratégia argumentativa, destacando o fato de a 'gravidez precoce' estar mais próxima do leitor do que e se imagina. No entanto, se não está, pelo menos é um 'fenômeno' que deve preocupá-lo, posto que o atingirá direta ou indiretamente.

Em outro exemplo, chama atenção o fato de, algumas vezes, os termos definidos poderem ser substituídos por estruturas demonstrativas, como se pode observar no exemplo a seguir:

(6) É acertada a preocupação de Lula com os juros. Mas se deseja que **as taxas** comecem a cair logo, o presidente pode dar valiosa contribuição.

(6') É acertada a preocupação de Lula com os juros. Mas se deseja que **essas taxas** comecem a cair logo, o presidente pode dar valiosa contribuição.

Tal fenômeno já foi observado por Apothéloz e Chanet (2003:142). Ao apontarem algumas características do seu *corpus*, os autores constataram que:

[...] os SNs utilizados nas nomeações manifestam uma nítida propensão para uma determinação demonstrativa. [...] Parece, por outro lado, que se pode praticamente sempre substituir uma nomeação definida por uma demonstrativa, mas que o inverso

não é verdadeiro [...]; portanto, sabemos que uma das situações de emprego do definido é aquela em que o objeto designado entra em contraste com um outro objeto

Por outro lado, deve-se ressaltar que ‘as taxas’ é uma maneira de rotular a palavra ‘juros’ e, além disso, o definido, neste exemplo, está sendo empregado de uma forma mais generalizante. ‘As taxas’, a que se refere o texto, de certa forma, parecem aludir também aos impostos pagos pelo contribuinte. Dessa forma, o co-enunciador deverá buscar, no contexto, o conjunto máximo de objetos assim designados.

A seguir, destaque-se o exemplo (9):

(9) A opinião pública também dispensa as críticas apressadas, e ao que tudo indica sem fundamento, feitas por auditores encarregados da devassa nas contas dos hospitais à conduta das autoridades municipais na administração das verbas da saúde. **A troca de acusações** num clima emocional mais confunde do que esclarece, criando um clima de antagonismo prejudicial à discussão séria e desapassionada do modelo da gestão da saúde pública ideal para o rio.

A expressão em negrito é um sintagma nominal (SN) determinado por um artigo definido e apresenta complemento nominal (CN) em sua composição. A necessidade de se acrescentar um CN ao SN denuncia que este é um contexto favorável ao emprego do definido, visto que o núcleo do sintagma em negrito é uma palavra transitiva, de base verbal e necessita de complemento (cf. Apothéloz & Chanet, 2003:155). Portanto, esses são alguns dos exemplos que podem demonstrar como os encapsuladores foram delimitados em nosso trabalho.

2.4.1.1.3 Sinonímia

Entende-se como sinonímia o termo ou palavra com valor semântico aproximado ao valor semântico do que se quer categorizar. No entanto, tal valor deve ser observado sempre em função do contexto, pois, em muitos casos, esses termos são nomes genéricos. Destaque-se também um caráter menos avaliativo, de modo geral, quando da utilização desse recurso. Veja o exemplo:

(1) Há indícios abundantes de que a prefeitura, o governo do estado e o governo federal contribuíram coletivamente para o estado de calamidade pública em que se encontra a saúde no Rio de Janeiro. A maior prova de que a catástrofe **no setor** é obra conjunta das autoridades dos três níveis é que não existe hospital onde não se possam identificar graves falhas de gestão, atrasos no repasse e aplicação de verbas e desaparecimento dos serviços de emergência – independentemente de serem administrados pelo **município**, pelo estado ou pela **União**.

Foram encontrados 72 (setenta e dois) itens em nosso *corpus*, isto é, 18% do total. Entende-se que na maioria das vezes em que esse recurso é utilizado, o enunciador o faz possivelmente para evitar a repetição. O fragmento acima é um exemplo bem representativo de com tal processo se manifestou em no *corpus*. Para substituir o termo ‘saúde’ enunciador optou pelo termo ‘setor’, o que indica uma escolha não avaliativa que remete o leitor a um tipo de departamento ou esfera de atuação da administração pública seja ela federal, estadual ou municipal. Em outro momento do texto, nota-se que os itens lexicais ‘prefeitura’ e ‘União’ foram utilizados para se evitar a repetição dos termos ‘município’ e

'governo federal', ambos com o intuito de evitar a repetição dos termos anteriormente citados.

2.4.1.1.4 Repetição

Considerou-se para o fenômeno da repetição a ação de fazer reaparecer um item lexical idêntico a algum outro que já tivesse ocorrido anteriormente. A repetição, portanto, apresenta um caráter reiterativo do objeto discursivo, pois, fazendo-o voltar várias vezes ao texto, essa atividade coesiva permite a continuidade temática do que está em foco. Observe-se um exemplo do *corpus*, composto por 66 (sessenta e seis) ocorrências de tal fenômeno, 17% do total:

(1) A tendência do comando político do governo é evitar remeter ao Congresso projetos de lei capazes de deflagrar grandes polêmicas. À medida que o tempo avança e aproxima-se o ano eleitoral de 2006, a popularidade do presidente precisa ser preservada. Por esse motivo, assuntos estratégicos como uma nova reforma do sistema previdenciário do INSS ficarão à espera de 2007.

A ordem é remeter ao Congresso aquilo que cause menos conflitos. De preferência, nenhum. Ao enviar o projeto da reforma sindical, é provável que **o governo** considere o fato de o tema ter sido discutido no Fórum Nacional do Trabalho uma garantia de tramitação pouco acidentada entre os parlamentares.

É um erro de avaliação. O Fórum foi um espaço de discussão entre o capital, o sindicalismo organizado nas centrais e **o governo**, *mas* nada garante que a reforma sindical tenha um terreno pavimentado pela frente.

Além de divergências inevitáveis pelo conteúdo do tema em discussão, a decisão do **governo** e dos sindicatos dos trabalhadores de protelar a reforma da legislação trabalhista não é pacífica. Ao contrário, deve, com toda razão, atrair pesadas críticas. Pela natureza do tema, não fazia nem

faz sentido dissociar a reforma trabalhista da sindical. São faces da mesma moeda.

Frutos do varguismo autárquico, a Consolidação das Leis do Trabalho e a estrutura sindical são irmãs siamesas. Só se deve mexer em uma, alterando-se a outra. Por melhor que seja qualquer reforma sindical, ela se torna um aleijão, mantido o anacronismo da CLT, o grande responsável pela precarização do emprego.

Neste caso, foi necessário transcrever o texto completo para que se possa perceber como esse processo ocorre. A repetição do termo 'governo' assegura a continuidade temática e, por conseguinte, sua unidade dentro do editorial. Esse recurso é de grande relevância para a progressão textual, pois marca a continuidade do tema em foco. Em outros casos, não há outro termo mais adequado para se retornar ao objeto do discurso, então a repetição é procedimento mais indicado para tais casos, como pode ser observado abaixo:

(2)Para risco do próprio governo. Pois o presidente estará minando o terreno à sua frente se aceitar as pressões para alterar a política de metas de **inflação**, o câmbio flutuante e cassar a autonomia operacional com que na prática trabalha o BC.

[...]

Entende-se que as pressões por um relaxamento na política de combate à **inflação** partam da indústria paulista e de sindicatos de trabalhadores que se especializaram em fechar acordos salariais com a Fiesp. Nos tempos de

mercado interno protegido, o resultado dos acordos era a remarcação de preços sem que as empresas perdessem mercado.

“Flexibilizar” a meta de **inflação** significa, na prática, autorizar os formadores de preços a fazer remarcações mais elásticas – e assim a **inflação** imediatamente mudaria de patamar. Como sempre, os mais pobres seriam os mais atingidos. Por ironia seriam prejudicados por um governo que faz questão de imprimir uma marca social em tudo o que faz. Defender mais **inflação** em troca de uma ilusória aceleração do crescimento – ilusória porque a **inflação** trataria de abortar o crescimento logo adiante – é o mesmo que admitir mais concentração de renda e injustiça social.

Poderíamos apontar que o termo ‘inflação’ é específico da área de economia e, sendo assim, substituí-lo por outro termo causaria uma possível incompreensão na leitura. Outro fator, o da ênfase, também deve ser destacado, pois a repetição, muitas vezes, funciona também nessa direção.

2.4.1.1.5 Substituição pronominal

A substituição pronominal ocorre quando um item lexical ou objeto discursivo é substituído por uma forma pronominal. De um modo geral, podemos apontar três funções dos pronomes no texto: a catáfora, a anáfora. Apresentaremos exemplos dessas ocorrências encontradas no *corpus* com 51 (cinquenta e um) itens ou o correspondente a 13% do total.

(1) Na Febem paulista repetem-se as crises sucessivas, com denúncias de tortura, fugas e rebeliões de menores; enquanto **isso**, levantamento do governo constata que em quase mil cidades brasileiras há prostituição de menores. Não bastasse **tudo isso**, crianças cheirando cola ou solvente e esmolando nas ruas — quando não assaltando — são um espetáculo comum nas grandes metrópoles.

Essa é a realidade para a **qual** foi criado um Estatuto da Criança e do Adolescente que, com enorme dose de paternalismo, assegura aos menores todos os direitos, inclusive o de ficar nas ruas. Na prática, *ele* serve apenas para garantir que, mal são recolhidas e levadas aos abrigos, as crianças abandonadas fujam outra vez. Às vezes, o tempo que ficam na instituição não chega a meia hora.

Que é preciso punir e impedir que voltem a trabalhar na Febem os funcionários que espancaram os menores, não se discute. Mas não se pode tratar o problema como se fossem incidentes isolados, quando é clara a necessidade de uma reforma em todo o sistema — reforma que deve alcançar não só os abrigos como também a legislação, para que ela se torne menos irrealista.

Deixar que uma criança que vive na rua ali permaneça, por considerar que **esse** é um direito seu, não é protegê-la: é, na verdade, abandoná-la. Por mais que **isso** seja considerado proteção pelo Estatuto.

E se viver no abrigo para onde o menor eventualmente é levado é para **ele** pior do que dormir debaixo de uma marquise, então a lei e a prática do Estado somam-se para perpetuar a pior das situações.

A substituição pronominal garante a cadeia referencial do texto, garante que os elementos textuais pertencem a uma mesma seqüência lógica, sendo assim, é um texto coeso e coerente. No exemplo acima, podemos observar que essa cadeia perpassa todo o texto, garantindo a progressão textual. Destaca-se o processo anafórico como o mais comum dentre as substituições pronominais.

2.4.1.1.6 Elipse

A elipse se caracteriza quando um termo que retoma o objeto discursivo é omitido (graficamente) do texto, mas pode ser facilmente delimitado (principalmente por repetição ou substituição pronominal) pelo leitor. Foram encontradas 27 (vinte e sete) ocorrências da elipse, ou o equivalente a 7%. Observe-se um exemplo retirado do *corpus*, que bem ilustra o fenômeno em questão:

(1) Não que tenha havido qualquer surpresa. Mas poucas vezes, num espaço tão curto de tempo, partidos e políticos deram demonstrações tão didáticas de algumas das gritantes distorções existentes nessa legislação. A \emptyset mais visível para a opinião pública é a que permite ao parlamentar trocar sucessivas vezes de partido — cada uma dessas trocas, ressalte-se, constitui grave e antidemocrático desrespeito à vontade do eleitor.

Observando esse fragmento do editorial 20, 'Trem Fantasma', podemos destacar o termo 'algumas das gritantes distorções existentes nessa legislação' como aquele que foi omitido pelo enunciador, mas tal como foi apontado acima, é facilmente depreendido do texto. A elipse tem uma função coesiva clara, mesmo que seja notada através da falta de um termo. Essa falta é importante, pois, se não tivesse sido adotado tal procedimento, o texto provavelmente teria sido preenchido por uma repetição não-funcional.

2.4.1.2 Os encapsuladores e os determinantes demonstrativos e definidos

Entende-se que o emprego dos demonstrativos e definidos está relacionado aos processos de referenciação de um texto, à construção de sentidos, além da progressão textual e das estratégias de coesão referencial.

A coesão referencial diz respeito aos itens lingüísticos que necessitam ser interpretados semanticamente, não pelo seu sentido próprio no texto, mas ao modo como se relacionam com outros elementos para se estabelecer uma referência textual, e a sua atuação como organizadora discursiva. Portanto, algumas considerações que dizem respeito aos processos textuais de referenciação devem ser mencionadas, a fim de complementar a noção de coesão referencial.

A referenciação tem sido objeto de estudo e reflexão de lingüistas, analistas do discurso, semanticistas e filósofos da linguagem, já que através desse processo podem ser analisadas questões relativas ao texto e sua produção de sentido. De acordo com Koch (2001:14),

postula-se que a referência é sobretudo um problema que diz respeito às operações efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve; e que o discurso *constrói* os “objetos” a que faz

remissão (“objetos-de-discurso”), ao mesmo tempo que é tributário dessa construção.

Deve-se destacar o fato de a referenciação estar associada aos processos de categorização e recategorização dos objetos discursivos, acionados pelo leitor a partir dos diferentes modos de se interagir com um texto.

Os referentes são construtos culturais, representações constantemente alimentadas pelas atividades lingüísticas. E, sob tal pensamento, seria então mais adequado falar de *referenciação*, e não de *referência*, de modo a ressaltar a idéia de processo que caracteriza o ato de referir. (Cavalcante, 2004:14)

Assim sendo, deve-se considerar que o leitor constrói o mundo a sua volta e os discursos que passam por ele, tal como ele se constrói também através dos discursos que aciona no mundo social. É uma espécie de interação que permite ao sujeito se construir individual e socialmente.

Para ilustrar melhor o conceito de referenciação parece pertinente apresentar o que tem sido chamado de *encapsulador*. Esse elemento coesivo e sua

funcionalidade discursiva compõem também o objeto de investigação deste trabalho, visto que nosso *corpus* é analisado a partir dessa perspectiva.

Os encapsuladores são apresentados nas palavras de Conte, como constituídos por um nome generalizante ou axiológico (avaliativo) com núcleo lexical e algumas vezes acompanhados por determinantes demonstrativos. Além disso, a autora aponta para a característica que

valoriza o tipo de categorização dos encapsuladores como uma espécie de ‘anáfora pragmática’, destacando a função axiológica dessas expressões como operações cognitivas e emotivas relevantes (Cavalcante, 2003:12-13).

Entende-se que é, sobretudo, através dos encapsuladores que se torna possível a reconstrução do objeto discursivo, visto que a cada nova recategorização sofrida, mudanças de sentido podem ser observadas e até mesmo alguma informação é acrescentada. Neste sentido, vale lembrar mais uma vez que é fundamental o papel do leitor (ou co-enunciador), já que, em conformidade com Conte (2003:179), *o antecedente não é claramente delimitado no texto, mas deve ser reconstruído ou mesmo construído pelo ouvinte/leitor*. Pode-se observar a seguir um exemplo retirado do nosso *corpus* em que ocorre um encapsulamento anafórico para fins ilustrativos do que acabou de ser explicitado:

(1) Mas a erradicação da extrema pobreza dependerá também de políticas públicas específicas, voltadas principalmente para a educação. Como os frutos **desse investimento** não podem ser colhidos de imediato, a erradicação da extrema pobreza será tão ou mais acelerada se houver uma ação efetiva do Estado [...]. (Jornal O Globo, 22/01/2005)

O termo ‘desse investimento’ é considerado um tipo de encapsulador anafórico, pois substitui avaliativamente todo o período anterior: ‘Mas a erradicação da extrema pobreza dependerá também de políticas públicas específicas, voltadas principalmente para a educação’. Dessa forma, o enunciador considera que as políticas públicas voltadas para a educação são uma maneira de investir no desenvolvimento da sociedade, ou seja, a palavra ‘investimento’, por sua carga semântica mais positiva, parece refletir uma intenção e um posicionamento mais evidentes por parte do enunciador em relação ao tema da erradicação da extrema pobreza. Além disso, o vocábulo ‘investimento’ está determinado pelo demonstrativo. Isso confirma a teoria de que os demonstrativos têm maior afinidade com termos avaliativos.

É importante destacar que a escolha do demonstrativo parece ser mais pertinente quando há a necessidade de se designar de maneira direta um referente

“apresentado como próximo do ato de enunciação” [Maingueneau, 2004:187]. Acrescenta-se, ainda, o fato de os demonstrativos operarem como recategorizadores, e assim, possibilitarem uma definição mais precisa de um elemento anteriormente apontado no contexto. Deve-se mencionar também o caráter dêitico de alguns demonstrativos como *este* e *esse*, isto é, eles funcionam como localizadores e identificadores do objeto discursivo em relação a um contexto espacial e temporal construído pela enunciação. Observe o exemplo:

(2) Entrou para a história do cinema o personagem Dr. Strangelove, um nazista abrigado nos altos escalões de Washington na guerra fria. [...] ele tinha como característica um braço com vida própria. Às vezes tentava enforcar-se a si próprio. Pois não há melhor imagem para simbolizar atitudes do governo no cerceamento ao acesso à informação, na linha dirigista e intervencionista.

Esse braço autônomo existente em Brasília age inspirado numa visão ideológica[...]. Ainda a tempo de evitar maiores estragos, o Palácio do Planalto conteve a autonomia **desse comissário** e voltou atrás nos dois equívocos. O problema é que **essas idas e vindas** fazem os investidores colocarem um ponto de interrogação diante do futuro. **Esses desacertos** não ficam impunes. (Jornal O Globo, 01/02/2005 -7)

Os determinantes definidos (ou artigos definidos), por sua vez, em certos contextos, determinam o referente de forma genérica, diferentemente do que tem sido apontado pelas gramáticas normativas, em que não ocorre o reconhecimento e a descrição mais ampla dessa função generalizante dos definidos. Em nosso *corpus* pode-se verificar como isso se manifesta, tanto no singular como no plural.

(3) Uma outra senhora desse grupo [sem-teto] é mãe de treze filhos, aos 39 anos.

A gravidez precoce é fato que se tornou comum **nas comunidades carentes**, e não há como se fechar os olhos para esse fenômeno preocupante, (*O Globo*, 04/02/2005)

É importante destacar também que o determinante definido em alguns contextos pode apresentar um certo caráter demonstrativo, visto que ele tem origem nos demonstrativos latinos *ille*, *illa*, *illud*. Tal característica, com o passar do tempo, foi se enfraquecendo, mas ainda permanece em alguns casos. Dessa forma, em certos contextos, podemos observar que o determinante definido pode ser substituído pelo demonstrativo sem comprometer o entendimento do texto. No entanto, é necessário ressaltar que demonstrativos e definidos entram em concorrência em outros contextos e “não permitem o acesso ao referente do mesmo modo” [Maingueneau, 2004:187].

Verificaremos, no fragmento abaixo, um exemplo do que Conte (2004:182) denomina encapsulamento. Esse elemento contribui para a dinâmica discursiva, apontando, assim, para a inserção de uma informação nova no editorial. Destaca-se ainda a criação de um co-referente do discurso, ou seja, a reconstrução do objeto discursivo.

(4) Pois são conhecidos os efeitos multiplicadores **desses megaeventos esportivos multinacionais** [Pan-Americano]. Além das instalações esportivas e de outras edificações e melhorias urbanísticas que as cidades herdaram, **as competições** atraem milhares de turistas [...]. Por várias vezes o prefeito garantiu ter condições de arcar com os custos do **projeto** [...]. Daí a estranheza com a declaração alarmista [...] de que faltariam R\$ 150 milhões para **as obras**.(Jornal O Globo, 26/01/2005 – 5)

Dessa forma, a escolha pelo uso do determinante demonstrativo se justifica, ainda segundo Conte, pois funciona como uma

instrução ao leitor para que descubra o antecedente da expressão anafórica, i.é, para que procure a porção relevante no contexto imediato da expressão referencial anafórica. Quando o nome encapsulador

é um nome axiológico, o determinante demonstrativo é quase inevitável, já que existe um tipo de afinidade eletiva entre demonstrativos e termos avaliativos (axiológicos). [Conte, 2004:183]

Destaca-se no exemplo (4), outra particularidade: o emprego do definido, contribuindo para uma classificação não específica do objeto discursivo e para progressão textual. Nota-se que ‘desses megaeventos esportivos multinacionais’ é mais específico, mais avaliativo e passa a ser ‘as competições’, ou seja, menos avaliativo, pois é determinado pelo definido. Depois, são utilizados os termos ‘do projeto’ e ‘as obras’ também acompanhados do definido. Assim, verifica-se um tipo de “escala lexical regressiva” que vai do termo mais específico para o menos específico, ou seja, o enunciador conduz o discurso de tal forma que possibilite ao leitor perceber que o Pan-Americano é: evento esportivo, competição, projeto e, por fim, obra. No entanto, essa possível “escala” só será percebida e entendida no contexto lingüístico (e social), pois é sabido que as obras do Pan-Americano na cidade do Rio de Janeiro tiveram atraso.

Portanto, um estudo apoiado em teorias da Lingüística Textual e da Análise do Discurso aponta que demonstrativos funcionam como elementos recategorizantes e aproximam o objeto discursivo do leitor. De modo geral, se ligam a termos axiológicos e atuam também como encapsuladores, indicando um tipo de estratégia argumentativa que conduz a leitura e ajuda o leitor a costurar os “textos-

tecidos”. Já os definidos, geralmente, se ligam a nomes não específicos. O uso dos definidos está relacionado à escolha de termos mais gerais, além de funcionar como atualizador do discurso.

Entender como esses determinantes se articulam no texto parece ajudar o leitor a perceber como o discurso está sendo conduzido pelo enunciador. Isso facilita, por assim dizer, a forma como os referentes são retomados ao longo do discurso.

3. Tratamento dos dados

3.1 Método de análise e constituição do *corpus*

Nosso *corpus* é constituído por 30 (trinta) editoriais retirados do jornal O Globo, entre os meses de janeiro e maio de 2005, início das nossas pesquisas. Consideramos editoriais válidos somente aqueles em que havia a indicação “Opinião” ou “Nossa Opinião”, por trazer claramente o posicionamento do jornal.

Para que pudéssemos validar a nossa hipótese de trabalho, lançamos mão de alguns mecanismos para viabilizar a matriz de análise proposta e descrita a seguir.

Para compor a análise, houve a necessidade de delimitarmos pelo menos duas etapas. A primeira, em que era fundamental delimitar os objetos discursivos e os respectivos encapsuladores que os categorizavam e recategorizavam. Na segunda etapa, deveríamos definir o que era tema e o que era tese em cada um dos editoriais.

Os textos não são lineares e não contêm um único objeto discursivo e/ou eixo temático, por isso, optou-se por demarcar os objetos e seus encapsuladores com marcadores coloridos. Assim, se um objeto discursivo é marcado com a cor amarela, todos os encapsuladores e elementos coesivos referentes a ele recebem

a mesma cor. Observe-se a demonstração de como isso é apresentado, a partir do fragmento a seguir:

O Bolsa Família, o guarda chuva sob o qual estão diversos programas sociais, continua a se expandir em alta velocidade. Certamente acima daquela que o bom senso aconselharia num país com recursos escassos como o Brasil.

O primeiro e mais estridente sinal de alerta veio com a descoberta de várias fraudes, em cidades e regiões diferentes. Pessoas de classe média tinham conseguido se cadastrar para receber o dinheiro dos pobres, enquanto famílias de fato necessitadas ficavam sem acesso ao programa. Além disso, constatou-se a inexistência de qualquer sistema de cobrança efetiva das contrapartidas dos beneficiários: manutenção dos filhos na escola, vacinação em dia etc. {Editorial n°. 6 – Desperdício – 27/01/2005
[Nossa opinião]}

Verifica-se que o termo ‘Bolsa Família’ é identificado como o objeto discursivo e os elementos que o recategorizam são os outros termos (‘o guarda chuva sob o qual estão diversos programas sociais’, ‘o dinheiro dos pobres’ e ‘ao programa’) marcados em amarelo. Desse modo, esse foi o procedimento adotado nas análises para que pudéssemos observar como o objeto discursivo era construído à medida que o texto progredia.

A segunda etapa consistiu da delimitação dos eixos temáticos e da tese. Por vezes, encontramos editoriais com até três ou quatro eixos temáticos diferentes. Essa diversidade é abordada para que a argumentação ocorra da forma desejada pelo enunciador. Predominantemente, esses eixos temáticos aparecem no primeiro bloco e são facilmente identificadas as suas relações entre si. Observe-se o exemplo retirado do *corpus* em que encontramos quatro eixos temáticos distintos:

Por causa da maior crise de segurança pública da história, boa parte da sociedade brasileira tende a defender as leis mais drásticas possíveis no combate à criminalidade. De forma compreensível, a vítima do banditismo quer a mais rigorosa punição para seus algozes.

O primeiro termo, marcado em amarelo, compõe a temática central (maior crise de segurança pública da história). Os outros, marcados cada um com uma cor diferente, são os eixos temáticos secundários que se relacionam ao termo mais central. Sem os eixos secundários, a temática não pode ser desenvolvida, visto que o enunciador não tem como justificar suas escolhas lexicais se não houver base nos eixos temáticos.

Houve dois casos particulares em que os editoriais lançaram mão de um recurso inesperado para um editorial. No caso do editorial 7, intitulado 'Mordaça', o enunciador compara a atitude tomada pelo governo a um personagem do cinema

chamado 'Dr. Strangelove'. No outro caso, o editorial 31, intitulado 'Hora da política', o enunciador recorre aos fatos mais importantes da história política recente (pós-ditadura) para justificar a tese, enunciada ao final do texto.

Quanto à tese, podemos observar que sua localização varia. Ora ela se encontra no início, textualmente demarcada, ora no final, e às vezes está diluída pelo texto. Para delimitarmos a tese era importante reconhecermos os eixos temáticos e observar como se dava a reconstrução do objeto discursivo com o auxílio dos encapsuladores. Observe-se o exemplo do reconhecimento da tese. A sua reescritura foi fundamentada na última sentença do editorial 5, cujo título é 'Projeto estratégico' que se transcreve abaixo :

Quanto mais colaboração houver, melhor para todos.

Tese: Todos devem colaborar com os Jogos Pan-Americanos de 2007, pois são de interesse municipal, estadual e federal.

Por fim, cabe ainda destacar como pressuposto de todas as análises a descrição situacional em que se insere o editorial de O GLOBO, baseado no modelo hallidiano (ver item 2.1.1). Para tanto, faz-se necessário retornar à noção de contexto de situação. Através do contexto de situação os participantes da interação comunicativa terão acesso à grande parte das informações sobre significados negociados, qual é o papel dos participantes e seus objetivos. Além disso, o contexto de situação direciona-se para a necessidade de se verificar

como o texto está estruturado e sua natureza. Desse modo, o contexto funciona como ponte entre o texto e a situação. Podemos dizer que o contexto precede o texto e a situação é prioridade para o discurso que se relaciona a ele (cf. Halliday & Hasan, 1989). Sendo assim, o campo (*field*), as relações (*tenor*) e o modo (*mode*) são os três conceitos elaborados por Halliday para interpretar o contexto social em que os textos são produzidos e os significados são trocados.

Tais conceitos contribuem para a delimitação do gênero textual. Um editorial, como se sabe, é um artigo jornalístico que expressa uma opinião. Ele está organizado em um registro escrito em norma culta padrão. O editorial não é produzido pelos jornalistas que escrevem regularmente suas colunas no jornal, mas é de autoria coletiva, ou ainda, pode ser escrito pelos editores sem assinatura. Dessa forma, o artigo em questão representará a opinião oficial do jornal acerca de determinado tema da atualidade.

Transcreve-se abaixo uma amostra de editorial que compõem o *corpus*, seguido da descrição do contexto situacional:

Desperdício

O Bolsa Família, o guarda chuva sob o qual estão diversos programas sociais, continua a se expandir em alta velocidade. Certamente acima daquela que o bom senso aconselharia num país com recursos escassos como o Brasil.

O primeiro e mais estridente sinal de alerta veio com a descoberta de várias fraudes, em cidades e regiões diferentes. Pessoas de classe média tinham conseguido se cadastrar para receber o dinheiro dos pobres, enquanto famílias de fato necessitadas ficavam sem acesso ao programa. Além disso, constatou-se a inexistência de qualquer sistema de cobrança efetiva das contrapartidas dos beneficiários: manutenção dos filhos na escola, vacinação em dia etc.

O Bolsa Família corria – e ainda corre – o risco de ser pouca coisa além de um perigoso e perdulário instrumento de assistencialismo arcaico, a serviço de esquemas políticos clientelistas.

Mas, apesar da resistência inicial do governo, foi enfim criada uma rede de fiscalização – não só com o Ministério do Desenvolvimento Social, como deve ser. Espera-se que funcione. As dúvidas em torno do Bolsa Família vão além. O anúncio feito terça-feira de que o objetivo deste ano é chegar a tender 8,7 milhões de famílias leva a crer que o governo continua a perseguir metas ilusórias de dezenas de milhões de pessoas, sem fechar o foco nos verdadeiros bolsões de pobreza.

Trata-se de um exercício de rara eficiência de desperdício do dinheiro público, enquanto os investimentos na precária infra-estrutura são cortados e as áreas estratégicas como a educação fundamental e a média continuam desassistidas. [O GLOBO, 27/01/2005]

Descrição situacional:

Campo ou Field → artigo opinativo (editorial), cuja argumentação gira em torno dos gastos sociais com o projeto do governo federal chamado Bolsa Família.

Relações ou Tenor → os participantes da interação são o jornal, através dos seus editores, e os leitores do jornal O GLOBO, que, em geral, pertencem à classe média.

Modo ou Mode → um texto verbal escrito completo, representando o posicionamento do jornal O GLOBO em relação à falta de fiscalização do programa Bolsa Família desenvolvido pelo governo federal.

Observe-se que neste tipo de interação os participantes não se comunicam simultaneamente como numa conversação. Pelo contrário, primeiro o texto é produzido pelos editores, é veiculado em uma mídia impressa e só depois dessas etapas é que os leitores poderão ter acesso ao texto final. Dessa forma, tudo o que se pretende comunicar deve estar claro e objetivo para o leitor. Se houver, por exemplo, algum ponto de discordância entre o que o jornal publicou e o que pensam os leitores, não será possível uma contra-argumentação imediata. Portanto, esse também é um dado relevante para que se possa delimitar o contexto situacional em que se encontra o gênero textual dos editoriais.

Ressalte-se que, mesmo tendo conhecimento das diversas formas de retomada que um texto pode apresentar, neste trabalho nos deteremos apenas em analisar os encapsuladores, que podem se manifestar de modos variados no texto. São essas estruturas que denunciam de modo mais explícito uma certa manipulação do enunciador em relação à defesa da tese e contribuem para a progressão textual.

3.2 Análise do *corpus*

3.2.1 A progressão textual nos editoriais e a retomada do objeto discursivo

1) Falta uma política– 22/01/2005 [Nossa opinião]

Tema: Erradicação da extrema pobreza

Tese: investimento em educação e planejamento familiar para erradicar a extrema pobreza no Brasil constituem projetos de longo e médio prazo

Recente relatório das Nações Unidas sobre **a erradicação da extrema pobreza no mundo** aponta o Brasil como um dos países capazes de resolver **o problema** por seus próprios meios. De fato o Brasil tem **potencial de crescimento e geração de renda** suficientes para proporcionar *uma qualidade de vida* bem razoável à população.

Mas **a erradicação da extrema pobreza** dependerá também de **políticas públicas específicas**, voltadas principalmente para a **educação**. Como os frutos **desse investimento** não podem ser colhidos de imediato, **a erradicação da extrema pobreza** será tão ou mais acelerada se houver uma **ação efetiva do Estado** que inclua **um programa de planejamento familiar voluntário**.

A extrema pobreza no Brasil não está presente apenas em rincões longínquos. **Ela** se distribui por favelas das regiões metropolitanas, onde **as taxas de expansão demográfica** estão bem acima da média nacional.

Além de proles numerosas, outro fenômeno – muito preocupante – está se tornando comum nessas comunidades carentes: a gravidez precoce. Adolescentes que deveriam estar ainda freqüentando escolas já são mães, sem condições materiais para criar seus filhos de forma digna (até porque nem elas próprias usufruem dessas condições).

A diferença entre as taxas de expansão demográfica dos mais pobres e da chamada classe média chega a ser de oito vezes, e enquanto existir tamanha distância ficará mais difícil erradicar a miséria no Brasil. É preciso ao menos tentar reduzi-la com um programa de planejamento familiar voluntário.

Análise:

O editorial 1, intitulado 'Falta uma política' está organizado em dois blocos. O primeiro apresenta o tema e no segundo enuncia-se a tese. Neste caso, 'a erradicação da extrema pobreza' é entendida como a temática (e ao mesmo tempo 'o problema'). A problemática é inserida no texto quando o enunciador aponta o fato de o Brasil ser um dos países a ter meios próprios para resolver o problema e proporcionar melhor qualidade de vida para os cidadãos. Ou seja, o primeiro parágrafo funciona mesmo como o primeiro índice para o tipo de leitura a ser feita e a forma como o enunciador está engajado no texto. No entanto, só com a apresentação da tese isso fica realmente claro.

O segundo bloco aparece introduzido pelo operador argumentativo 'mas' que introduz a tese a ser defendida pelo enunciador. Para isso, ele recorrerá ao encapsulamento, além de utilizá-lo também para produzir a dinamicidade necessária e fazer com que o texto progrida. Dessa forma, os encapsuladores funcionam para marcar o grau de engajamento do enunciador em relação à tese bem como apontam para a progressão textual. No texto em questão, duas são as propostas enunciadas para 'erradicar a extrema pobreza no Brasil', uma a longo e outra a médio prazo: 1. a educação e 2. um programa de planejamento familiar. A primeira medida indicada pelo enunciador (educação) é considerada um 'investimento' e, portanto, seus 'frutos não podem ser colhidos de imediato'. Como em qualquer investimento, é necessário um período de espera, aparentemente sem resultados, sem retorno. Aliado a esse 'investimento' (encapsulador com teor

mais avaliativo) que é a educação, outra iniciativa mais imediata para acelerar a erradicação da extrema pobreza no Brasil é a inclusão de um 'programa de planejamento familiar voluntário'. É este bloco que abriga a tese e é aqui que encontramos a primeira pista indicativa de uma relação entre a informação dada e a informação nova que contribui para a progressão textual.

Desse ponto em diante, o enunciador defende a tese com os argumentos ora ligados à primeira proposta (a educação), ora retomando a segunda (planejamento familiar). Quando, ainda no terceiro parágrafo, menciona-se o problema das 'taxas de expansão demográfica' podemos perceber a retomada do 'planejamento familiar'. Tal planejamento, por sua vez, não pode ser aplicado e desenvolvido satisfatoriamente se, como fica claro no quarto parágrafo, a gravidez na adolescência não for discutida e evitada. Portanto, um problema ligado também à educação, pois, como o próprio texto sinaliza, essas adolescentes deveriam estar na escola. Se assim fosse, o 'fenômeno muito preocupante', gravidez na adolescência, não estaria ocorrendo entre as jovens. Nota-se o uso de mais um encapsulador sendo acompanhado de um modificador, o 'fenômeno muito preocupante', que retoma o termo 'gravidez'.

No último parágrafo, fica claro para o enunciador que, se não houver pelo menos uma ação do Estado no sentido de implementar um programa de planejamento familiar para os pobres que possibilite o controle da taxa de natalidade, o problema da extrema pobreza no Brasil não será resolvido, o que reforça a tese

anteriormente defendida: Investimento em educação e planejamento familiar para erradicar a extrema pobreza no Brasil constituem projetos de longo e médio prazo.

5) Projeto estratégico – 26/01/2005 [Opinião]

Tema: Rio é sede dos Jogos Pan-Americanos de 2007

Tese: Todos devem colaborar com os Jogos Pan-Americanos de 2007, pois são de interesse municipal, estadual e federal

A vitória do Rio na disputa com a cidade americana de San Antonio para sediar o **Pan-Americano de 2007** foi comemorada com justificada alegria, e serviu para criar um clima de otimismo com o futuro que há muito tempo não se via na cidade. Pois são conhecidos os **efeitos multiplicadores desses megaeventos esportivos multinacionais**. Além das instalações esportivas e melhorias urbanísticas que as cidades herdam, **as competições** atraem milhares de turistas e com eles milhões de dólares. E já sendo o Rio de Janeiro uma marca mundial, nada mais razoável do que apostar no sucesso do **Pan de 2007**.

A vitória carioca serviu ainda para reanimar o sonho, já por duas vezes frustrado, de se atrair para cá as Olimpíadas. Entre outros motivos para se considerar o **Pan um empreendimento de baixo risco** incluía-se a boa situação financeira do município, sempre alardeada pelo prefeito Cesar Maia. Por várias vezes o prefeito garantiu ter condições de arcar com os custos do **projeto**, se assim fosse necessário para viabilizá-lo.

Daí a estranheza com a declaração **alarmista** feita há alguns dias pelo próprio Cesar Maia de que faltariam R\$ 150 milhões para **as obras**. Haveria até mesmo o risco de a cidade perder **os Jogos** para a texana San Antonio.

A governadora Rosinha Garotinho apressou-se a *colocar o Tesouro do estado à disposição* **do Pan**. Mas Cesar Maia preferiu *não conversar frente a frente* com a governadora, o que produziu mais um dos *desgastantes e estéreis curtos-circuitos entre os palácios* Guanabara e da Cidade. Seja como for, Rosinha pode *materializar o apoio* sem precisar encontrar-se com o adversário político.

Na segunda-feira, o prefeito, numa **entrevista tranqüilizadora**, garantiu, sem fornecer detalhes, haver negociações para financiar parte do que faltaria no orçamento do empreendimento. Que assim seja. Mas a prefeitura não pode arcar sozinha com **o empreendimento**. **O Pan** não é **um projeto** de exclusivo interesse do Rio. **Ele** é importante para o estado e o país, pelo que **(eclipse)** pode produzir não apenas a favor da cidade mas da imagem do Brasil.

Quanto mais colaboração houver, melhor para todos.

Análise:

O editorial 5, intitulado 'Projeto estratégico' pretende informar a situação orçamentária do Pan de 2007, sediado pelo Brasil. Destacam-se três blocos que compõem a macroestrutura deste texto. No primeiro bloco, o enunciador apresenta um cenário dos Jogos Pan-americanos de 2007 – desde a escolha da sede, os benefícios que a cidade herdará, até os dólares gastos pelos turistas. Ainda neste bloco, são citadas as duas tentativas frustradas de o Brasil sediar as Olimpíadas. A progressão textual até esse ponto do texto ocorre, sobretudo, através dos encapsuladores que categorizam 'o Pan-Americano de 2007': desses megaeventos esportivos multinacionais; um empreendimento de baixo risco. Além disso, outros tipos de recursos de referenciação utilizados são a repetição (Pan de 2007; o Pan), a sinonímia (as competições; projeto) e a substituição pronominal (-lo).

A partir do segundo bloco, iniciado pela sentença "Daí a estranheza...", observa-se uma mudança no foco do texto, ou seja, isso funciona como um eixo que liga a informação dada à informação nova, contribuindo assim para a progressão textual e para a defesa da tese. A situação em que se encontram as obras e preparativos para os jogos pan-americanos no Rio de Janeiro não é exatamente aquela apresentada no bloco anterior. Na verdade, o dinheiro não tem sido suficiente para arcar com todas as despesas das obras, levando, assim, o prefeito a fazer declarações consideradas 'alarmistas' pelo enunciador, para chamar a atenção de outras bases políticas (estadual e federal) também interessadas no Pan do Rio.

Por ser este bloco aquele que liga o eixo velho/novo, entende-se que apresenta em um primeiro momento uma característica anafórica por retomar os tópicos-chave que foram abordados no primeiro bloco. No entanto, há também uma característica catafórica, visto que ele antecipa uma parte do que vai ser discutido daqui para frente.

Mais adiante, no terceiro bloco, temos as conseqüências do que foi enunciado no segundo bloco. A governadora do estado do Rio de Janeiro manifestou-se, oferecendo o apoio financeiro ao município. No entanto, isso não significa que o prefeito e a governadora precisam se encontrar para que o apoio seja “materIALIZADO”, pois, apesar de o estado do Rio ter colocado seu *Tesouro* à disposição do Pan, Cesar Maia preferiu *não conversar frente a frente* com a governadora. A atitude do prefeito foi considerada negativa, tendo em vista ser esse o motivo categorizado pelo enunciador como ‘mais um dos desgastantes e estéreis curtos-circuitos’ entre estado e município. Nota-se que o enunciador, ao apelar para essa descrição nominal, apela também para o conhecimento de mundo do leitor, para uma imagem cognitiva compartilhada com o leitor de que a relação entre o prefeito e a governadora não é amistosa (ver item 3.3.1.1). Fica claro, portanto, que as duas instâncias não têm dialogado cordialmente.

Atente-se ainda para o fato de o *Tesouro* do estado estar à disposição do Pan e não do prefeito César Maia ou do município do Rio. Mais uma vez, confirma-se a tese de que o Pan de 2007 é de interesse não só municipal, mas estadual e

federal, como fica explícito também quando nos deparamos com as últimas sentenças do editorial: “O Pan não é um projeto de exclusivo interesse do Rio. Ele é importante para o estado e o país, pelo que pode produzir não apenas a favor da cidade mas da imagem do Brasil. Quanto mais colaboração houver, melhor para todos”. Além disso, na conclusão, o enunciador retoma uma fala do prefeito através do discurso indireto e tranqüiliza os cariocas, dizendo que Cesar Maia está negociando uma parte da quantia que faltaria para completar a conclusão do empreendimento.

6) Desperdício – 27/01/2005 [Nossa opinião]

Tema: Gastos com o Bolsa Família e a falta de fiscalização do programa

Tese: Gastos com programas assistencialistas são desperdício de dinheiro público, enquanto a educação continua desassistida.

O Bolsa Família, o guarda chuva sob o qual estão diversos programas sociais, continua a se expandir em alta velocidade. Certamente acima daquela que o bom senso aconselharia num país com recursos escassos como o Brasil.

O primeiro e mais estridente sinal de alerta veio com a descoberta de várias fraudes, em cidades e regiões diferentes. Pessoas de classe média tinham conseguido se cadastrar para receber o dinheiro dos pobres, enquanto famílias de fato necessitadas ficavam sem acesso ao programa. Além disso, constatou-se a inexistência de qualquer sistema de cobrança efetiva das contrapartidas dos beneficiários: manutenção dos filhos na escola, vacinação em dia etc.

O Bolsa Família corria – e ainda corre – o risco de ser pouca coisa além de um perigoso e perdulário instrumento de assistencialismo arcaico, a serviço de esquemas políticos clientelistas.

Mas, apesar da resistência inicial do governo, foi enfim criada uma rede de fiscalização – não só com o Ministério do Desenvolvimento Social, como deve ser. Espera-se que funcione. As dúvidas em torno **do Bolsa Família** vão além. O anúncio feito terça-feira de que o objetivo deste ano é chegar a tender 8,7 milhões de famílias leva a crer que o governo continua a perseguir metas ilusórias de dezenas de milhões de pessoas, sem fechar o foco nos verdadeiros bolsões de pobreza.

Trata-se de **um exercício de rara eficiência de desperdício do dinheiro público**, enquanto os investimentos na precária infra-estrutura são cortados e as áreas estratégicas como a educação fundamental e a média continuam desassistidas.

Análise:

O editorial 6, intitulado 'Desperdício', apresenta-se dividido em três blocos e pretende denunciar os gastos com o projeto do governo federal chamado Bolsa Família. Argumenta-se que programas como esse são desperdício de dinheiro público, conclui defendendo a educação e apontando para o fato de essa área ser 'estratégica' mas ainda permanecer desassistida.

O primeiro bloco visa mostrar o maior problema que o programa 'Bolsa Família' (e o próprio governo) vem enfrentando: a falta de fiscalização. A seqüência textual acontece, portanto, levando-se em consideração dois aspectos relativos a esse tópico: fraudes e falta de cobrança das contrapartidas exigidas pelo governo para a manutenção do programa. Note-se que os encapsuladores escolhidos pelo enunciador apresentam um alto teor avaliativo, denunciando, assim, a postura de maior engajamento em relação à problemática apresentada. Por exemplo, o Bolsa Família é considerado 'o guarda chuva sob o qual estão diversos programas sociais', depois passa a ser categorizado como o 'dinheiro dos pobres' e, mais adiante, 'o programa'. Nesse caso, fica clara a gradação do termo mais avaliativo para o menos avaliativo.

Sendo considerado um 'guarda chuva', o Bolsa Família é o maior dentre outros programas assistencialistas criados pelo governo e, além disso, parece ser ele que fundamenta e respalda todos os outros projetos com alcance semelhante (tanto federais, estaduais e municipais). Ou seja, assim como o guarda chuva tem

a função de proteger contra a chuva, o Bolsa Família também protegeria os outros programas sociais respaldados nele. Além disso, o Bolsa Família também é o ‘dinheiro dos pobres’, isto é, esse dinheiro tem um destino específico. No entanto, não estava acontecendo o que foi programado. O dinheiro estava sendo desviado para famílias de classe média, isso devido à falta de fiscalização. Portanto, ‘o programa’ parece não ter sido tão bem programado assim.

O segundo bloco se inicia pelo operador argumentativo ‘mas’. Nesse momento, o leitor se depara com um redirecionamento do texto. Isso funciona como um elo de ligação da informação dada à informação nova, contribuindo para a progressão textual e para a sustentação da tese. Tal redirecionamento não significa uma nova temática a ser introduzida, mas significa que de toda a situação apresentada no primeiro bloco há uma informação nova que interessa ao leitor e que vai ser indicada nesse momento. A informação relevante, nesse caso, é que o governo vai começar a fiscalizar o programa. A relação que se estabelece aqui é anafórica, pois o termo ‘resistência inicial do governo’ remete o leitor para tudo aquilo que foi explicitado no primeiro bloco, funcionando também como um tipo de encapsulador capaz de sumarizar e fazer a progressão textual. Assim, o enunciador consegue “empurrar” o texto para frente, trazendo a informação nova que é o fato de o governo ter enfim criado uma rede de fiscalização. A partir disso não há muito o que acrescentar ao texto e, desse modo, o editorial vai se encaminhando para o fim.

Quanto aos tipos de retomada, há apenas uma repetição (o Bolsa Família) e nenhuma outra referência ao programa.

O terceiro bloco começa categorizando mais uma vez o 'Bolsa Família', agora ele é 'um exercício de rara eficiência de desperdício do dinheiro público'. O enunciador reforça a tese, lembrando que a educação continua abandonada e os investimentos na infra-estrutura são cortados. Assim, o editorial está pronto para ser publicado.

7) Mordaza – 01/02/2005 [Opinião]

Tema: Tentativa do Ministério do Planejamento de controlar divulgação de pesquisas do IBGE

Tese: O governo tem agido de modo autoritário ao tentar controlar divulgação de pesquisas.

Entrou para a história do cinema o **personagem Dr. Strangelove**, um nazista abrigado nos altos escalões de Washington na guerra fria. Criado por Stanley Kubrick e vivido por Peter Sellers no filme “Dr. Fantástico”, **ele** tinha como característica **um braço com vida própria**. Às vezes tentava enforçar-se a si próprio. Pois não há melhor **imagem** para simbolizar atitudes do governo no cerceamento ao acesso à informação, na linha dirigista e intervencionista.

Esse braço autônomo existente em Brasília age inspirado numa **visão ideológica** que está nas raízes do PT, mas **da qual** Luiz Inácio Lula da Silva procurou se afastar na campanha eleitoral e **dela tenta se manter distante no exercício do poder**. Mas como **no personagem de Sellers e Kubrick**, às vezes **a força atávica do passado** consegue sobrepujar **as intenções do presente**. **A reencarnação do Dr. Strangelove** já havia atuado no projeto da Ancinav e na aceitação da proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo. Ainda a tempo de evitar maiores estragos, o Palácio do Planalto conteve **a autonomia desse comissário** e **voltou atrás nos dois equívocos**. O problema é que **essas idas e vindas** fazem os

investidores colocarem um ponto de interrogação diante do futuro. Esses desacertos não ficam impunes.

Se colocou **o Dr. Strangelove do PT** em camisa-de-força, o Planalto não cuidou de amarrá-la como instruem os manuais. Afinal, **ele** voltou a agir. **A prova é a tentativa do Ministério do Planejamento de controlar a divulgação de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).**

É óbvia a relação entre a obrigatoriedade de o IBGE encaminhar os estudos ao ministério 48 horas antes da divulgação e o mal-estar causado pela pesquisa que provou ser a obesidade problema mais grave que a desnutrição.

Não há registro de ato semelhante sequer na ditadura militar. Cujos “milagre econômico” começou a ser contestado com mais rigor a partir do Censo de 70, do IBGE. Nem por isso houve intervenção no instituto. Registre-se que nos governos Médici e Geisel — principalmente neste último — havia em áreas do Ministério do Planejamento, de João Paulo dos Reis Velloso, um espaço para discussões acadêmicas de incomodar **o Dr. Strangelove de Brasília.**

Análise:

No editorial 7, intitulado 'Mordaça', observa-se uma peculiaridade em relação aos demais. O enunciador, para defender sua tese, recorre ao filme "Dr. Fantástico", de Stanley Kubrick, através da imagem do personagem vivido por Peter Sellers. Ele reconstrói essa imagem lembrando ou apresentando ao leitor o personagem chamado Dr. Strangelove, cuja característica era 'um braço com vida própria'. Obviamente, a intenção de ironizar (e não citar nomes) é clara. No entanto, isso não seria algo tão inovador assim, visto que tal característica pode ser verificada em outros editoriais. De fato, o que chama a atenção do leitor é a necessidade de se criar uma imagem que funcione como um mote na sustentação argumentativa, pois tal imagem será o 'fio condutor' do texto. Dentro de nosso *corpus* esse é um exemplo único. Outra característica observada é a falta do operador argumentativo 'mas', delimitando as seqüências de apresentação da temática e a relação entre a informação dada e a informação nova, o que reforça a sua peculiaridade em relação aos outros editoriais.

Feita essa ressalva, pode-se dizer que o texto encontra-se dividido em dois blocos. O primeiro apresenta a imagem do personagem de Kubrick, sendo metaforizada a partir das atitudes tomadas pelo governo Federal no controle de informação. Já o segundo bloco discute a reincidência na atitude de controlar informação através de uma pesquisa realizada pelo IBGE.

Na primeira parte, verifica-se a apresentação do personagem (quem ele é, sua origem, suas atitudes etc). Recorreu-se a essa imagem para discutir 'atitudes do governo no cerceamento ao acesso à informação, na linha dirigista e intervencionista'. Ou seja, aqui nos deparamos com algumas pistas de como o enunciador pretende orientar seu texto: o governo é categorizado como dirigista e intervencionista.

Na segunda parte do primeiro bloco, o foco é apontado para Brasília. E mais um elemento é integrado ao texto: a visão ideológica que está nas bases do PT e da qual o presidente Lula tenta se afastar. Essa é a justificativa encontrada pelo enunciador para viabilizar a metáfora do braço autônomo.

Observe-se também as estratégias de retomada adotadas pelo enunciador para reconstruir o objeto discursivo através dessa metáfora: Esse braço autônomo existente em Brasília; a força atávica do passado; A reencarnação do Dr. Strangelove; a autonomia desse comissário; o Dr. Strangelove do PT e o Dr. Strangelove de Brasília. Verifica-se que o personagem é retomado de diferentes formas de acordo com o que se quer destacar no texto. Primeiro ele é 'esse braço autônomo existente em Brasília', ou seja a parte do corpo que ganha vida involuntariamente. Depois, ele passa a ser uma força atávica, já não tem uma materialidade, não há mais forma física. Mais adiante, evoca-se a 'reencarnação', isto é, ele passa a ter carne novamente, ganha uma outra vida, talvez uma oportunidade de fazer algo que ainda não tenha sido feito... Mas sua

reencarnação e conseqüentemente sua autonomia foram contidas. E, assim, o Dr. Strangelove do PT e suas decisões 'na linha dirigista e intervencionista' pareciam também coibidas, já que foi colocado em 'camisa-de-força'. No entanto, sem efeito, visto que a camisa de força não foi bem amarrada e o Dr. Strangelove do PT voltou a agir. 'A prova é a tentativa do Ministério do Planejamento de controlar a divulgação de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)'.

Na verdade, o controle que o governo tenta exercer sobre as pesquisas tem incomodado certos setores da opinião pública. É isso que parece ter motivado o editorial em questão. Observe-se a obrigatoriedade de o IBGE apresentar os resultados da pesquisa ao ministério 48 horas antes de sua divulgação. Pesquisa essa 'que provou ser a obesidade problema mais grave que a desnutrição'. Assunto extremamente delicado para o governo, já que a desnutrição é um dos pontos de destaque da sua campanha. Ao que parece, há uma certa necessidade de ocultar resultados de pesquisas e deixar de lado polêmicas causadas pelos estudos.

Chama a atenção o fato de mesmo no governo militar (por natureza, mais autoritário) não ter ocorrido nada semelhante ao que se pode presenciar no governo do PT sobre divulgação de pesquisas. Cita-se, ainda, a existência de um setor de discussão acadêmica.

9) Baixo Custo – 03/02/2005 [Nossa opinião]

Tema: Utilização do rio São Francisco para amenizar efeitos da seca no Nordeste

Tese: A transposição das águas do São Francisco mais beneficiará o agreste do que trará danos ao meio ambiente.

Idéia mais do que centenária, da época do Império, **a utilização do São Francisco para amenizar os efeitos das secas no Nordeste** poucas vezes esteve tão próxima de se concretizar seja por ter sido **o projeto de transposição das águas do rio convertido em uma obra menos ambiciosa** — agora destinada a interligar **a Bacia do São Francisco** com a de rios da região do semi-árido — ou por ter havido um empenho político mais firme deste governo, o fato é que **o empreendimento** acaba de receber **o sinal verde do Conselho Nacional de Recursos Hídricos**.

Faltam **o aval das autoridades ambientais e escaramuças jurídicas**. E, como sempre, é impossível prever o Ministério Público. Mesmo assim, há no Orçamento federal uma reserva de recursos para o início da **obra**. Também não se pode considerar **irreversível o projeto** por causa da histórica resistência de grupos políticos dos estados banhados pelo rio. Como **o São Francisco** é uma bandeira política suprapartidária, e em torno do **assunto** agem grupos de militância ecológica, poucas vezes **o tema** é debatido com a necessária objetividade e com base em dados técnicos.

Mas deveria. Argumenta o governo que **o projeto**, na nova versão, poderá atender a 28 milhões de pessoas, numa região onde mil quilômetros de rios se tornarão perenes. **Tudo** poderá estar concluído depois de um ano e meio de trabalho. Aos críticos e temerosos de danos ao meio ambiente Brasília garante que os 63 metros cúbicos por segundo a serem retirados **do São Francisco** representam apenas cerca de 3,5% da vazão efetiva **do rio** na foz. Muito pouco para os benefícios que **o projeto** levará ao agreste.

Análise:

O editorial 9, intitulado 'Baixo Custo', pretende mostrar ao leitor que a transposição das águas do Rio São Francisco volta ao cenário de discussões políticas. Defende-se a seguinte tese: A transposição das águas do São Francisco mais beneficiará o agreste do que trará danos ao meio ambiente, além, é claro, de um nada tímido atenuante: a um baixo custo. Destacam-se dois blocos que compõem a macroestrutura desse editorial. Ao longo do texto, o leitor não se depara com um grande engajamento do enunciador, visto que a escolha dos encapsuladores está num nível que fica entre o intermediário e o menos avaliativo.

Observa-se que 'o projeto de transposição das águas do rio' é primeiramente categorizado como 'o empreendimento', talvez o termo mais avaliativo dentre os que foram escolhidos para retomar o projeto em questão. Mais adiante os termos variam entre obra, projeto, assunto e tema, nesta ordem.

A argumentação, neste primeiro bloco, gira em torno das questões orçamentárias, políticas e ecológicas. Menciona-se que desde o Império se tem tentado tirar do papel o projeto (ou obra, como queiram). Se bem que 'o projeto' é aquilo que ainda não foi concretizado, apenas idealizado e 'a obra' algo já materializado, ou seja, que já saiu do papel. Nesse caso, observa-se uma gradação a partir das escolhas do enunciador: de projeto passa a ser obra.

Quando a questão ganha o plano da militância ecológica e a bandeira partidária, ou melhor, suprapartidária, como prefere o enunciador, 'o projeto' e/ou 'a obra' passa a ser o 'assunto' e o 'tema'. Ou seja, recebe *status* de discurso, tema para debate ou pauta de reunião. A escolha do termo 'bandeira política suprapartidária' denuncia um olhar engajado do enunciador e exige do leitor um certo conhecimento de mundo compartilhado. Isso porque o projeto de transposição do Rio São Francisco é uma forma de os políticos mostrarem interesse em ajudar a acabar com a seca no nordeste, independentemente de sua escolha político-partidária.

O segundo bloco inicia-se pelo operador argumentativo 'mas', na sentença 'Mas deveria', fazendo referência ao fato de o tema (a transposição das águas do rio São Francisco) não ter sido ainda 'debatido com a necessária objetividade e com base em dados técnicos'. Esse é o ponto-chave para que a progressão do texto seja possível, visto que o tópico debatido anteriormente parece já ter sido esgotado pelo enunciador na argumentação do primeiro bloco. Destacamos aqui, portanto, uma relação estabelecida entre a informação dada e a informação nova, com características anafórica (retomando o que foi explicitado no primeiro bloco, a partir do tempo verbal no futuro do pretérito) e catafórica (anunciando a justificativa do governo para viabilizar a obra). Além disso, ressalte-se o fato de a tese aparecer também marcada neste bloco: A transposição das águas do São Francisco mais beneficiará o agreste do que trará danos ao meio ambiente.

10) Ataque à pobreza – 04/02/2005 [Opinião]

Tema: Programa de planejamento familiar

Tese: O programa de planejamento familiar contribui para a diminuição da diferença da taxa de fertilidade das pessoas mais humildes em relação à média da população.

O governo federal começa a esboçar **um programa de planejamento familiar** preparando-se para arcar com a totalidade dos gastos na aquisição de pílulas, preservativos e realização de cirurgias gratuitas para laqueadura das trompas de mulheres que não desejem ter mais filhos.

Ainda que **esse tipo de programa** sofra as restrições de sempre, especialmente por parte da igreja, é preciso levá-lo em frente o quanto antes para que o Brasil consiga agir diretamente sobre uma das fontes que mais contribuem para o **aumento da desigualdade no país**, que é a grande diferença da taxa de fertilidade das pessoas mais humildes em relação à média da população.

A situação chega a ser alarmante até mesmo nas regiões metropolitanas, onde mesmo as camadas mais humildes da população têm acesso aos sistemas de saúde e educação. Na última segunda-feira, O GLOBO reproduziu o depoimento de **alguns invasores de uma fábrica abandonada na região da Avenida Brasil**, e a característica comum dos **sem-teto, fugitivos da violência** que tomara conta de uma favela vizinha, era a prole numerosa. Uma jovem de 19 anos, desempregada,

mãe solteira, se declarou invasora por não ter mais condições de viver na mesma casa com oito irmãos. Uma outra senhora **desse grupo** é mãe de treze filhos, aos 39 anos.

A gravidez precoce é fato que se tornou comum nas comunidades carentes, e não há como se fechar os olhos para **esse fenômeno preocupante**, se realmente o país pretende reduzir de maneira expressiva a pobreza e a miséria. Por mais que se busque criar igualdade de oportunidades, famílias humildes com prole numerosa sempre ficam em desvantagem, pois dificilmente conseguem deixar os ambientes degradados onde vivem.

Assim, antes de mais nada, **só haverá efetivamente igualdade de oportunidades** quando as taxas de fertilidade das mulheres com renda muito baixa, e pouca ou nenhuma instrução, se aproximarem das que se verificam no restante da população.

E para que isso se concretize é preciso **um programa oficial de planejamento familiar voluntário**, em grande escala, capaz de alcançar todos que hoje dele necessitam.

Análise:

O editorial 10, intitulado 'Ataque a pobreza', apresenta-se dividido em três blocos. O primeiro, que delimita o tema: o governo começa a esboçar um programa de planejamento familiar. O segundo, que enuncia a tese: O programa de planejamento familiar contribui para a diminuição da diferença da taxa de fertilidade das pessoas mais humildes em relação à média da população. O terceiro, que a retoma, buscando justificá-la com a descrição de alguns exemplos extraídos do próprio jornal.

O primeiro bloco apresenta o programa de planejamento familiar, destacando alguns detalhes dos gastos com o que será oferecido à população: pílulas, preservativos e realização de cirurgias gratuitas para laqueadura das trompas de mulheres que não desejem ter mais filhos. Mais adiante, o objeto discursivo é recategorizado como "esse tipo de programa".

No momento em que o enunciador aponta para 'o aumento da desigualdade no país', abre-se o segundo bloco. Considera-se esse o primeiro ponto em que há uma relação entre a informação nova e a informação dada, pois esse termo ao mesmo tempo introduz um dado novo e também aponta para o que foi enunciado no primeiro bloco. Com isso, o enunciador busca chamar a atenção para o fato de 'a grande diferença da taxa de fertilidade das pessoas mais humildes em relação à média da população' ser o componente desencadeador da desigualdade social em nosso país. A partir de então, passa-se a exemplificar os problemas enfrentados

pelo Brasil e justificar a urgência de um programa de planejamento familiar. Um desses problemas é recategorizado pelo encapsulador ‘ a situação’ relativo à desigualdade no Brasil. Com a retomada do objeto discursivo apontado no primeiro bloco, chega-se ao terceiro bloco.

Quanto a isso, cabe destacar ainda que além dos exemplos dos sem-teto, fugitivos da violência, há um ‘fenômeno preocupante’ que também diz respeito ao que foi enunciado na tese: a gravidez precoce. Esse é um fato destacado por ser comum dentro das classes mais baixas e pode-se constatar, como uma consequência da gravidez precoce: ‘famílias humildes com prole numerosa sempre ficam em desvantagem’. Observa-se na sentença citada que há dois elementos sendo recategorizados. Em ‘famílias humildes’ vimos serem retomados ‘invasores de uma fábrica abandonada na região da Avenida Brasil’, ‘sem-teto’, ‘fugitivos da violência’, sem contar os exemplos da jovem de 19, mãe solteira e a mulher de 39 anos mãe de treze filhos. O segundo elemento, ‘proles numerosas’, recategoriza o fenômeno da gravidez precoce. Tudo isso gera, portanto, a desvantagem das classes mais baixas em relação às classes mais altas da população. Sendo assim, se a gravidez for prevenida, sobretudo nas mulheres mais jovens uma parte do problema pode começar a ser solucionado.

Para encerrar o texto, o enunciador retorna à tese enunciada no segundo bloco através da sentença textualmente reproduzida: ‘só haverá efetivamente igualdade de oportunidades quando as taxas de fertilidade das mulheres com renda muito

baixa, e pouca ou nenhuma instrução, se aproximarem das que se verificam no restante da população'. Além disso, reforça a idéia de um planejamento familiar que atinja as camadas mais necessitadas da população.

11) Falsa proteção - 08/02/2005 [Opinião]

Tema: Problema do menor

Tese: O estatuto da Criança e do Adolescente não protege de fato o menor e necessita passar por reformas

Na Febem paulista repetem-se as **crises sucessivas**, **com denúncias de tortura**, fugas e rebeliões de **menores**; enquanto isso, levantamento do governo constata que em quase mil cidades brasileiras há **prostituição de menores**. Não bastasse tudo isso, **crianças cheirando cola ou solvente e esmolando nas ruas — quando não assaltando** — são um espetáculo comum nas grandes metrópoles.

Essa é a realidade para a qual foi criado **um Estatuto da Criança e do Adolescente** que, com **enorme dose de paternalismo**, assegura **aos menores** todos **os direitos**, inclusive o de ficar nas ruas. Na prática, **ele** serve apenas para garantir que, mal são recolhidas e levadas **aos abrigos**, **as crianças abandonadas** fujam outra vez. Às vezes, o tempo que ficam **na instituição** não chega a meia hora.

Que **é preciso punir e impedir que voltem a trabalhar na Febem os funcionários que espancaram os menores**, não se discute. **Mas** não se pode tratar **o problema** como se fossem incidentes isolados, quando é clara a necessidade de uma reforma em todo o sistema — reforma que deve alcançar não só **os abrigos** como também **a legislação**, para que **ela** se torne menos irrealista.

Deixar que **uma criança que vive na rua** ali permaneça, por considerar que **esse** **é um direito seu**, não é protegê-la: é, na verdade, abandoná-la. Por mais que **isso** **seja considerado proteção** pelo **Estatuto**.

E se viver **no abrigo** para onde **o menor** eventualmente é levado é para **ele** pior do que dormir debaixo de uma marquise, então **a lei e a prática** do Estado somam-se para perpetuar a pior das situações.

Análise:

No editorial 11, intitulado 'Falsa Proteção', podemos destacar dois blocos que sustentam o eixo argumentativo do texto. O primeiro bloco inicia-se fazendo referência às 'crises sucessivas' na Febem paulista com denúncias de tortura a menores além de fugas e rebeliões. Há também uma breve exposição dos principais problemas que envolvem os menores que vivem nas ruas do Brasil: a prostituição infantil, o vício, pedir esmola e assaltar. Todos os problemas categorizados como 'um espetáculo comum nas grandes metrópoles' são também a 'realidade' para a qual o Estatuto da Criança e do Adolescente foi criado. O termo 'Essa é a realidade' é uma forma de sumarizar ou encapsular o que foi explicitado anteriormente: 'crises sucessivas na Febem paulista'; 'prostituição de menores' e 'crianças cheirando cola ou solvente e esmolando nas ruas — quando não assaltando'. Além disso, faz o texto progredir para a segunda parte do primeiro bloco.

A partir de então, concentra-se sua argumentação neste último fato e comenta-se que na verdade o estatuto vigente só permite a manutenção daquilo que é a realidade: o direito dos menores de rua de permanecerem lá; o direito de fugir assim que chegam aos abrigos etc. Desse modo, o que se pode depreender até aqui é que, mesmo sendo óbvia a necessidade de afastar maus funcionários da Febem paulista que espancaram menores, o problema não está só nisso. Portanto, para resolvê-lo não se pode apenas punir maus funcionários. O problema é muito mais complexo. Sendo assim, é neste momento do texto que o

leitor se depara com um novo direcionamento, ou seja, com algo que se mostra novo no texto, abrindo o segundo bloco.

O segundo bloco aparece marcado pelo operador argumentativo 'mas'. Nesse momento o texto passa de um plano mais expositivo para um plano mais engajado, visto que o enunciador propõe uma 'reforma em todo o sistema': uma reforma não só dos abrigos, mas também da legislação. O termo 'abrigos' corresponde o que foi apresentado sobretudo em relação à Febem paulista e o termo 'legislação' categoriza aquilo que foi exposto sobre o 'Estatuto da criança e do adolescente'. O termo 'reforma', portanto, é ponto-chave para o segundo bloco, fazendo o texto caminhar nessa perspectiva, ou seja, é apontada a relação entre algo dado e algo novo para o texto, o que o faz progredir. Além disso, funciona como um termo anafórico (porque retoma abrigos e legislação tomados como problemas que devem ser solucionados) e catafórico (porque indica o que precisa ser reformado).

Isto posto, não há mais o que argumentar, visto que na segunda e terceira partes do segundo bloco parece haver uma retomada do que já havia sido exposto. Primeiro, crítica ao Estatuto e segundo, crítica à lei (já mencionada) e à prática do Estado. Por fim, pode-se destacar que a tese, apesar de encontrar-se diluída ao longo do texto ganha maior clareza e ênfase no segundo bloco: O Estatuto da Criança e do Adolescente não protege de fato o menor, pois acaba por perpetuar a pior das situações, os menores abandonados nas ruas.

14) Cautela necessária – 14/02/2005 – [Nossa opinião] (13)

Tema: Liberação do consumo de drogas – Política de redução de danos à saúde

Tese: Liberar o consumo de drogas com cautela pode ser uma forma de estreitar o mercado e reduzir narcotráfico.

Embora esteja ainda no terreno das intenções, a política de redução de danos à saúde, que pretende tratar o dependente de drogas como vítima e não como criminoso, já tem motivado acirrada polêmica. Não é de admirar. Liberar o consumo de drogas ainda que em condições especiais (sob acompanhamento e tratamento médico, em locais específicos), e distribuir seringas (para conter a disseminação da Aids) **parecem compor um quadro de tolerância que incomoda a muitos.**

Na realidade, não é sem razão que este tipo de política está se tornando comum na Europa, onde (elipse) tem sido adotada, com variações, em países como Itália, Holanda, Espanha e Inglaterra. É o resultado principalmente da percepção de que jogar viciados na cadeia é uma medida contraproducente, que apenas tende a fazer deles, em definitivo, criminosos, sem contribuir para o combate ao narcotráfico. No Brasil, ademais, tratar dependentes como marginais torna-os vítimas fáceis de achaque por parte de maus policiais.

É certo que há sempre o risco de que, na louvável tentativa de curar os viciados, se acabe abrindo caminho para que traficantes se façam passar por vítimas, e

usuários de fim de semana, que não são dependentes, tenham assegurada a impunidade. Por isso é essencial muita *cautela*, mesmo porque o tráfico de drogas é hoje a grande usina de criminalidade.

Mas aplicada com *inteligência*, sobretudo sem que implique abrandamento na repressão à atividade criminosa, a política de redução de danos pode produzir bons efeitos, ao estreitar o mercado que é financiador e razão de ser do narcotráfico.

Análise:

O editorial 14, intitulado 'Cautela Necessária', apresenta como temática a liberação do consumo de drogas relacionada a uma política de redução de danos à saúde. Quanto a sua macroestrutura podem ser destacados dois blocos. No primeiro, o enunciador busca defender a tese: Liberação do consumo de drogas com cautela pode ser uma forma de estreitar o mercado e reduzir narcotráfico. No segundo bloco, verificam-se três justificativas para defender a referida política e, assim, ela possa ser bem sucedida: a) viciados podem ser transformados em criminosos se colocados na cadeia; b) expor os dependentes ao achaque dos maus policiais e c) o risco de que traficantes se passem por vítimas e/ou usuários.

Quanto ao primeiro bloco, para apresentar a política de redução de danos à saúde, que ainda está 'no plano das intenções' pretende-se tratar o dependente de drogas como vítima e não como criminoso. Têm-se então três momentos de categorização de um usuário de drogas: a) dependente; b) vítima; c) criminoso. Ou seja, o dependente deve ser tratado como vítima e não como criminoso. Sendo assim, mesmo que haja uma distinção em três categorias diferentes, os termos têm em comum o mesmo objeto discursivo. Além disso, para que seja possível liberar o consumo de drogas, devem-se determinar condições especiais, tais como: a) acompanhamento médico; b) locais específicos e c) distribuição de seringas (quando for o caso). Essas três condições foram sumarizadas pelo termo 'um quadro de tolerância' que incomoda a muitos, atuando como um encapsulador que direciona o editorial para o segundo bloco.

No segundo bloco, para justificar a tese três condições de sucesso para a elaboração de uma política de redução de danos, como a que está sendo proposta são selecionadas. A primeira diz respeito ao fato de que 'jogar viciados na cadeia é medida contraproducente'. Isso não ajuda em nada no combate ao narcotráfico. Além dessa, outra é enunciada (mais como um problema exclusivo do Brasil do que de outras nações): 'tratar dependentes como marginais torna-os vítimas fáceis de ataque por parte de maus policiais'. E a terceira refere-se ao risco de que traficantes se passem por vítimas e/ou usuários. Pode-se verificar, portanto, que ao longo do texto abrem-se campos semânticos relativos, sobretudo, aos criminosos e aos dependentes. No que designa o primeiro grupo, outros termos tais como 'marginais' e 'traficantes' são mencionados. Já, para indicar o dependente de drogas (termo, por sinal, marcado socialmente) expressões como 'viciados', 'vítimas' ou 'vítimas fáceis' estão presentes no editorial. Há também os 'usuários de fim de semana', que não são considerados dependentes.

Verificam-se ainda outros termos para categorizar e recategorizar o tráfico de drogas. Um bom exemplo dessa recategorização pode ser observado na seqüência apresentada a seguir: 'narcotráfico'; 'tráfico de drogas'; 'a grande usina de criminalidade'; 'narcotráfico'. A expressão 'tráfico de drogas' é retomada como 'a grande usina de criminalidade', mostrando que o enunciador acredita que se existissem políticas públicas mais comprometidas em punir o tráfico de drogas, a criminalidade poderia diminuir em nosso país. Ou seja, punir pessoas coniventes com a manutenção do narcotráfico poderia ser um meio de diminuir a

criminalidade (ou até mesmo acabar com ela) por aqui. Não podemos nos esquecer do fato de que 'o tráfico', ou melhor, o 'narcotráfico' é entendido como ato criminoso, ou mais ainda, é praticando-o que o indivíduo também gera e contribui para a criminalidade, visto que o vocábulo 'usina' indica o local onde se produz algo.

Por fim, o operador argumentativo 'mas' abre a última parte do segundo bloco, anunciando a conclusão. Ela retoma a tese, resumindo o que foi apresentado no primeiro bloco e defendido (com cautela) no segundo: 'a política de redução de danos pode produzir bons efeitos, ao estreitar o mercado que é financiador e razão de ser do narcotráfico'. Nota-se que o enunciador optou por repetir os termos-chave que sintetizam a idéia central do texto: 'a política de redução de danos' e narcotráfico.

16) Sob questão – 17/02/2005 – [Nossa opinião] (15)

Tema: A reforma do Judiciário como forma de combater a criminalidade

Tese: Reforma do Poder Judiciário deve contemplar a articulação das forças de segurança para conter agravamento da criminalidade, a fim de que possam ter a credibilidade necessária perante a sociedade.

A reforma no Judiciário começou a ser aprovada no Congresso depois de uma década de tramitação, e no momento em que a sociedade enfrenta grave ameaça da criminalidade – a organizada e a desorganizada. Não por coincidência. Sem a pressão da opinião pública, a ação corporativista de segmentos da Justiça teria mantido esta reforma nos escaninhos.

Uma Justiça ágil, rápida, e dura é imprescindível para se pôr fim à cultura de que o crime compensa. Por óbvio, não se pode lançar sobre a Justiça toda a responsabilidade pelo êxito ou pelo fracasso no enfrentamento da maior crise de segurança pública já vivida pela sociedade brasileira. Mas é essencial uma articulação eficiente entre Poder Judiciário, Ministério Público e forças policiais e de segurança em geral.

Diante do agravamento da criminalidade, juízes, promotores, procuradores policiais e militares precisam trabalhar de uma forma minimamente coordenada. Como já operam as quadrilhas. (mas) Há limites legais para essa integração,

estabelecidos num passado distante, quando a maior ameaça nas ruas vinha de punhistas desarmados. Alguns desses *limites devem ser rediscutidos*.

Não se trata de defender a concentração imperial de poder nessa ou naquela instituição. Os crimes de Estado cometidos em fases de ruptura institucional comprovam o erro das fórmulas paralegais de repressão policial. Mas como **o quadro na área de segurança em todo o país é de especial gravidade, as estruturas clássicas de proteção da sociedade contra crime** estão sob questão.

Análise:

O editorial 16, intitulado 'Sob questão', aponta para dois eixos temáticos que contribuem para defender a tese e para a progressão textual: a reforma no Judiciário e a criminalidade. Em sua macroestrutura podemos perceber dois blocos bem definidos: o primeiro, trata das questões relativas à reforma do Judiciário e da criminalidade; o segundo aponta para uma articulação que ajude no combate à criminalidade, marcado pelo operador argumentativo 'mas'.

O primeiro bloco é marcado pela apresentação de dois eixos temáticos presentes no editorial. O primeiro eixo trata da Reforma no Judiciário, como anunciado na primeira parte. Este termo é retomado por 'esta reforma', com característica de encapsulador menos avaliativo. O outro eixo aborda a 'grave ameaça da criminalidade'. Ambos os temas estão inter-relacionados não coincidentemente, mas a referida reforma começa a acontecer, pois é resultado de uma certa pressão da opinião pública.

O segundo bloco inicia-se com o marcador discursivo 'mas' que introduz a tese defendida: uma articulação eficiente entre Poder Judiciário, Ministério Público e forças policiais e de segurança em geral. E, para validar a tese há a retomada dos dois eixos temáticos apontados sobretudo pelos encapsuladores. O termo 'agravamento da criminalidade' é um exemplo de como ocorre a reconstrução do objeto discursivo no editorial. Além disso, o trabalho em conjunto de 'juízes,

promotores, procuradores policiais e militares' é retomado pelo termo 'essa integração'.

Mais adiante, quando o enunciador aponta que 'alguns desses limites devem ser rediscutidos', atente-se para o termo 'rediscutidos' e sua relação com o termo 'reforma': a reforma ocorre porque há a necessidade de se discutir práticas, rever leis e sua aplicação.

Ao final do texto, mais uma vez observa-se a retomada da tese com o auxílio de encapsuladores que o recategorizam através dos objetos discursivos delimitados pelos eixos temáticos. O primeiro eixo retomado é aquele que discute a criminalidade, sendo, portanto, 'o quadro na área de segurança em todo o país' o encapsulador que o retoma. O outro retoma a integração das instituições de segurança: as estruturas clássicas de proteção da sociedade contra crime.

25) Limites – 05/03/2005 – [Nossa opinião] (20)

Tema: Risco de ocupação da Restinga da Marambaia em nome de uma “reparação histórica”

Tese: Atos do poder público em nome do “politicamente correto” não valem a pena quando se coloca em jogo o preço que a sociedade tem que pagar.

Um artigo do prefeito César Maia publicado no GLOBO sobre risco de ocupação de **uma das regiões litorâneas mais preservadas da cidade, a Restinga da Marambaia**, coloca em questão **a validade de atos do poder público baseados em princípios como o da “justiça social” e “reparação histórica”**.

Com a chegada ao poder do **PT**, e com **ele** de representantes de grupos sociais organizados, **esses princípios** passaram a justificar atos no mínimo polêmicos. *É o caso das cotas raciais* para privilegiar negros e pardos no acesso ao ensino superior, medida que revoga a base de qualquer sistema de ensino: a meritocracia.

No caso **da Marambaia**, trata-se de *demarcação de terras*, sob controle da Marinha, para serem distribuídas a descendentes de quilombolas – em nome da **tal reparação histórica**.

A região foi **importante entreposto de escravos**, e **ali** teria existido um quilombo, nome dado ao local onde se escondiam escravos foragidos. [A polêmica](#)

é, em síntese, se vale a pena a sociedade pagar o preço do risco da ocupação desordenada – leia-se favelização – daquela área em troca dessa suposta reparação. ***O assunto merece reflexão.***

“Dívida social” é um termo cunhado ainda no regime militar para designar o resultado da carência histórica de políticas públicas a favor da população carente.

Com a redemocratização chegou a hora do resgate dessa dívida. Que se tornou mais premente com o governo Lula.

Mas reconhecer as carências não pode significar desconhecer a necessidade de se avaliar, sob todos os ângulos cada solução dada para o alegado pagamento dessa dívida.

Análise:

No editorial 25, intitulado 'Limites', podemos apontar a existência de dois blocos que compõem a macroestrutura do texto. No primeiro bloco, como já vem sendo sistematicamente demonstrado, há uma apresentação da temática, ou seja, do eixo condutor do texto como um todo. Neste caso, a ocupação da restinga da Marambaia como uma forma de reparação histórica. Explica-se: a reparação histórica mencionada diz respeito à devolução de terras localizadas na Restinga da Marambaia aos descendentes de quilombolas, já que esse local foi importante entreposto de escravos e ali teria existido um quilombo.

No entanto, percebemos uma pequena variação em relação aos outros editoriais analisados. Aqui o operador argumentativo 'mas' não é o único elo que liga a informação dada à nova na dinâmica textual. Há uma sentença crucial para que o texto continue a progredir: 'A polêmica é, em síntese, se vale a pena a sociedade pagar o preço do risco da ocupação desordenada – leia-se favelização – daquela área em troca dessa suposta reparação'. Indica-se tal sentença como crucial para a progressão do texto visto que ela busca fazer uma 'síntese' do onde se pretende chegar com toda essa discussão. Nota-se, também, que a sentença é iniciada pelo termo 'polêmica', ou seja, uma categorização com teor avaliativo do tema em discussão: risco de ocupação desordenada da Restinga da Marambaia em nome de uma reparação histórica. Mais a diante a polêmica é recategorizada como 'assunto' que merece reflexão, ou seja, quando a 'polêmica' passa a ser 'assunto' encontramos então um termo com teor um pouco menos avaliativo e que está

ligado ao campo semântico de 'reflexão', algo que deve ser pensado, ponderado, que necessita de concentração.

O segundo bloco está marcado pelo operador argumentativo 'mas'. Encontramos, também, o encapsulador, 'as carências', que sumariza toda a situação da Marambaia e dos descendentes de quilombolas, todas as partes envolvidas no 'assunto' apresentado ao longo do editorial.

30) Mesma moeda – 17/03/2005 – [Nossa Opinião] (23)

Tema: O governo julga ser a Reforma Sindical assunto menos polêmico que a Reforma Trabalhista.

Tese: Reforma Sindical é tão polêmica quanto a reforma trabalhistas, mas assuntos que o governo julga serem mais polêmicos não serão enviados ao Congresso para que a popularidade do presidente seja assegurada.

A tendência do comando político do governo é evitar remeter ao Congresso projetos de lei capazes de deflagrar grandes polêmicas. À medida que o tempo avança e aproxima-se o ano eleitoral de 2006, a popularidade do presidente precisa ser preservada. Por esse motivo, assuntos estratégicos como uma nova reforma do sistema previdenciário do INSS ficarão à espera de 2007.

A ordem é remeter ao Congresso aquilo que cause menos conflitos. De preferência, nenhum. Ao enviar o projeto da reforma sindical, é provável que o governo considere o fato de o tema ter sido discutido no Fórum Nacional do Trabalho uma garantia de tramitação pouco acidentada entre os parlamentares.

É um erro de avaliação. O Fórum foi um espaço de discussão entre o capital, o sindicalismo organizado nas centrais e o governo, mas nada garante que a reforma sindical tenha um terreno pavimentado pela frente.

Além de divergências inevitáveis pelo conteúdo do tema em discussão, a decisão do governo e dos sindicatos dos trabalhadores de protelar a reforma da legislação

trabalhista não é pacífica. Ao contrário, deve, com toda razão, atrair pesadas críticas. Pela natureza do tema, não fazia nem faz sentido dissociar a reforma trabalhista da sindical. São faces da mesma moeda.

Frutos do varguismo autárquico, a Consolidação das Leis do Trabalho e a estrutura sindical são irmãs siamesas. Só se deve mexer em uma, alterando-se a outra. Por melhor que seja qualquer reforma sindical, ela se torna um aleijão, mantido o anacronismo da CLT, o grande responsável pela precarização do emprego.

Análise:

O editorial 30, intitulado 'Mesma moeda, apresenta-se dividido em dois blocos na sua macroestrutura. O primeiro é um panorama do problema a ser discutido (Reformas sindical e trabalhista). O segundo, marcado por duas pistas lingüísticas: "É um erro de avaliação" e o operador argumentativo 'mas'. A partir desse ponto, o enunciador passa a expor mais claramente a sua opinião, ou melhor, a do jornal, em relação ao que foi exposto no primeiro bloco.

Existem dois temas que ganham *status* de objeto discursivo, pois é a partir deles que o texto se desenvolve: A reforma da Legislação Trabalhista e a reforma sindical. A esses temas relaciona-se o fato de o governo julgar que assuntos polêmicos não deverão ser levados ao Congresso, com o intuito de preservar a popularidade do presidente em época de eleição. Em outras palavras: Como o governo considera a Reforma Trabalhista um assunto polêmico, ela não será discutida ante das eleições de 2006. Já a Reforma Sindical não é considerada polêmica, sendo assim, poderá constar nas pautas de votação do Congresso.

Contudo, ao final do texto, o enunciador nos alerta para o fato de que, neste caso, ambas as reformas não deveriam estar dissociadas, conforme tem agido o governo e poderia pensar o leitor.

Observe-se a forma como os objetos discursivos são categorizados e recategorizados. Neste primeiro bloco, 'a reforma do sistema previdenciário do

INSS' é considerado um assunto estratégico, ou seja, suscitaria 'grande polêmica' entre os parlamentares. Tal escolha denuncia o engajamento do enunciador (poderíamos dizer até mesmo uma preocupação) em apontar a reforma em questão como importante para o país.

31) Hora da política – 20/03/2005 – [Opinião] (24)

Tema: Revitalização da democracia

Tese: A vida política só poderá ser modernizada, se os últimos vinte anos de política servirem de base.

O ciclo da História que começou em **tragédia**, com **Tancredo Neves operado** às pressas e impedido de tomar posse como primeiro presidente civil depois de 21 anos de ditadura militar, equilibrou-se no início sobre instituições debilitadas – depois de tanto tempo de arbítrio – e hoje é possível comemorar-se duas décadas vividas no **estado de direito**, e saudar **a consolidação do regime democrático**.

Além do povo, são vários os protagonistas a quem se deve creditar a **reconstrução democrática**. Do magnânimo José Sarney, herdeiro de um governo construído por uma obra de engenharia de cujo projeto ele jamais participou, a Luiz Inácio Lula da Silva, que teve a capacidade de deixar no palanque e nos discursos de porta de fábrica teses que intuiu serem inviáveis no exercício do poder, a nação transitou por governos dos quais saiu fortalecida.

Mesmo com Fernando Collor de Mello, convertido em símbolo da corrupção. O impeachment de Collor, sem um tiro ou uma pedrada nas ruas, mostrou à sociedade que é possível contornar graves impasses mantendo-se o respeito à Constituição. Se Itamar Franco teve a sensibilidade de dar sinal verde ao Plano Real, **o executor do bem-sucedido ataque à superinflação** incumbiu-se de acelerar

a modernização da economia e foi um dos patrocinadores da mais civilizada transição de poder da história moderna da República. Com Lula, Fernando Henrique Cardoso instituiu um modelo de passagem de faixa presidencial a ser sempre aplaudido, e preservado.

Passada a fase inicial de revitalização da democracia, entrou-se num longo processo de aperfeiçoamento do regime. E no qual estamos.

Tão importante quanto os primeiros passos na redemocratização tem sido tentar modernizar a vida política – sem esquecermos do Judiciário. ***Mas enquanto a reforma dos tribunais avança, o país continua atrasado nas mudanças que fortaleçam os partidos como instrumento de fato da vontade do eleitor.*** E consagrem os políticos como elo efetivo da cadeia da democracia representativa. Cada vez mais o desafio é restaurar a política, para transformá-la numa atividade que atraia os melhores quadros da sociedade. Só dessa forma os últimos vinte anos servirão mesmo de base para uma nação melhor.

Análise:

O editorial 31, 'Hora da política', uma peculiaridade em relação aos demais. Não no sentido da macroestrutura. Esta não foge ao que já vínhamos observando: dois blocos marcados lingüisticamente por um conector. A peculiaridade é a seguinte: em três parágrafos o enunciador sintetizou a história política recente do Brasil (desde o fim da ditadura até os dias atuais), na tentativa de traçar um panorama do cenário político brasileiro nos últimos vinte e cinco anos.

Para discutir aparentemente a questão da democracia no Brasil, o enunciador opta por traçar um panorama da nossa história política recente, passando pela 'tragédia' vivida por Tancredo Neves (impossibilitado de assumir como primeiro presidente civil depois da democracia) e o vice José Sarney (o magnânimo – com certo tom de ironia). Depois lembra do impeachment de Collor (símbolo de corrupção) e o também vice Itamar Franco que deu 'sinal verde' ao Plano Real. Recorda também Fernando Henrique Cardoso como 'o executor do bem-sucedido ataque à superinflação' e 'um dos patrocinadores da mais civilizada transição de poder da história moderna da República'; até chegar a Luiz Inácio Lula da Silva.

Todo o primeiro bloco é retomado através do encapsulador 'fase inicial de revitalização da democracia' em que o enunciador é capaz de sintetizar os tais vinte e poucos anos do 'ciclo da História que começou em tragédia'. Esse é um elemento fundamental na relação entre as informações dadas e as informações novas, pois para que seja possível iniciar o segundo bloco do editorial faz-se

necessário o auxílio de um elemento que possa ter ao mesmo tempo poder para sintetizar o momento anterior e também possa anunciar o termo novo para o leitor. Em outras palavras: o que já é conhecido é sumarizado ao mesmo tempo em que indica uma informação nova, sobretudo com a utilização do particípio passado do verbo passar na expressão 'passada a fase inicial', introduzindo o segundo bloco.

O texto aponta para o momento atual categorizado como 'processo de aperfeiçoamento do regime'. Depois, para encerrar o editorial, o enunciador deixa realmente claro o que pretende enunciar: 'enquanto a reforma dos tribunais avança, o país continua atrasado nas mudanças que fortaleçam os partidos como instrumento de fato da vontade do eleitor'. É nesse momento que a tese é apresentada. E então a relevância da redação de todo o primeiro bloco é destacar que os últimos vinte anos devem servir de 'base para uma nação melhor'.

37) Responsabilidade – 29/03/2005 – [Opinião] (28)

Tema: O Brasil não precisa mais da ajuda do FMI

Tese: Os problemas pelos quais o Brasil passa no *front* doméstico não poderão ser resolvidos com o auxílio do FMI, dependem das autoridades brasileiras.

Para a economia brasileira figurar entre aquelas que praticamente não oferecem risco a investidores em moeda estrangeira, o país terá de subir apenas quatro degraus na avaliação de agências especializadas **nesse tipo de classificação**. E **isso** somente ocorrerá quando o Brasil provar que pode manter os fundamentos da atual política econômica sem precisar ser monitorado por **um órgão com grande credibilidade no mundo das finanças**, como **o Fundo Monetário (FMI)**.

Em 1998, **o acordo com o FMI** foi providencial. A economia brasileira dependia de **financiamentos expressivos** para fechar as contas externas e ainda estava em uma fase inicial de ajuste.

O fundo emprestou o “guarda-chuva” que o país precisava para enfrentar as turbulências que ocorreram nos mercados financeiros internacionais. Sem **esse apoio**, teria sido mais difícil superar a crise de desconfiança desencadeada pela grave situação da Argentina e em seguida pelo favoritismo de Lula nas eleições de 2002 (em face do discurso antimercado que caracterizara o PT no passado).

As condições que levaram o Brasil a recorrer à ajuda do FMI foram superadas ao longo dos últimos anos. As exportações tiveram trajetória espetacular e hoje geram um saldo que vem permitindo ao país reduzir sua dívida em moeda estrangeira (seja em valores absolutos ou relativos). Os investimentos em curso reforçam essa tendência, de modo que a dependência do Brasil em relação ao mercado financeiro internacional continuará declinando.

Mas a política econômica ainda tem muitos desafios no *front* doméstico. O equilíbrio nas finanças governamentais tem sido mantido à custa de uma carga tributária bastante abusiva, pois o setor público mostra-se incapaz de ordenar suas despesas de maneira compatível com a realidade econômica do país. Os gastos correntes em custeio continuam excessivos — e, tudo indica, em alta.

Tal pressão é uma das razões de o Banco Central recorrer a juros demasiadamente altos para controlar a inflação. São problemas que, para serem superados, não dependem mais da ajuda de um órgão como o FMI. Dependem fundamentalmente das autoridades brasileiras, estejam elas no Executivo, no Legislativo ou no Judiciário.

Análise:

O editorial 37, intitulado 'Responsabilidade', está dividido em dois blocos. Como já havíamos apontado antes, esse é um tipo de modelo que tem prevalecido em face de outras formas de se organizar um editorial, ao longo do nosso *corpus*. O primeiro bloco está marcado pela apresentação da temática e exposição dos motivos que levaram o Brasil a pedir ajuda ao FMI.

O segundo bloco não é marcado pelo operador argumentativo 'mas', como vínhamos identificando. No entanto, é como se ele estivesse presente, visto que este bloco se inicia destacando a superação do Brasil. Atualmente, o país não necessita da ajuda do FMI, pois mantém uma forte política fiscal como um dos principais fundamentos de sua economia. Contudo, isso também não significa que o Brasil está livre dos problemas. O texto continua, agora focalizando que internamente ainda há muitos problemas a serem enfrentados. Tais elementos apontados são os principais fatores que desencadeiam (ou melhor, encadeiam) a progressão textual. Eles compõem os elos que auxiliam na progressão do texto e ao mesmo tempo apontam para algo que já foi explicitado antes, fazendo com que o eixo velho-novo funcione.

A discussão inicial desse editorial diz respeito à economia brasileira estar a caminho de não oferecer mais grandes riscos aos investidores estrangeiros. Então, quando isso ocorrer o Brasil não necessitará mais de um órgão com credibilidade internacional como o FMI para monitorá-lo. Sob esse aspecto, é

curioso notar ainda que, logo na segunda parte do primeiro bloco, o enunciador se encarregará imediatamente de “refrescar a memória” do seu leitor, traçando assim um rápido panorama dos casos de 1998 e 2002.

Em 1998, o Brasil precisava ‘fechar as contas externas’ e estava em ‘fase de ajustes’. Por isso ‘o acordo com o FMI’ foi estabelecido. Desse modo, observamos que o termo ‘acordo’⁹ apresenta um valor semântico mais positivo do que negativo. Estão relacionadas idéias tais como: contrato, pacto, consciência, concordância, conformidade e até mesmo harmonia. Para se estabelecer um acordo, por exemplo, é preciso que ambas as partes estejam conscientes dos termos do contrato para que possam concordar em assiná-lo e cumprir cada um sua parte.

Tal ‘acordo’ selado entre Brasil e FMI envolveu ‘financiamentos expressivos’ para fechar as contas externas. Percebe-se, com o novo termo, que a idéia inserida em ‘acordo’ vai ficando mais clara à medida que o texto avança. Ou seja, o leitor não precisa fazer um esforço muito grande para entender o tipo de acordo feito. E, assim, na terceira parte, verifica-se a produção de um termo mais avaliativo, expresso sobretudo pela escolha da metáfora usada, ou seja: o fundo representava nada mais nada menos do que um bom ‘guarda-chuva’. Nota-se que a escolha de tal vocábulo parece trazer um certo tom irônico ao editorial, pois a

⁹ Mesmo que tenha sido uma escolha “desintencionalizada”, visto que é um dos termos mais comuns para se referir ao financiamento de dívidas feito pelo FMI.

idéia aqui contida remete o leitor ao próprio objeto que nos protege da chuva, ou melhor, nesse caso, das ‘turbulências’. Mais adiante, o ‘guarda-chuva’ emprestado passa a ser ‘esse apoio’, o que também nos remete ao Brasil como um país deficiente, incapaz de se proteger sozinho.

A partir de agora, o texto segue um outro percurso. A sentença que inicia o segundo bloco (‘As condições que levaram o Brasil a recorrer à ajuda do FMI foram superadas ao longo dos últimos anos’.) estabelece uma relação entre as informações que já foram apresentadas e aquelas que ainda vão ser expostas com mais detalhes. O item lexical ‘ajuda’ é utilizado, funcionando como um encapsulador anafórico que retoma ‘esse apoio’, isto é, o ‘guarda-chuva’, ‘financiamentos expressivos’ e ‘o acordo com o FMI’. Nesse momento o Brasil é apontado como um país que foi capaz de reverter a situação negativa. As exportações vêm aumentando e isso permite que se consiga reduzir a dívida em moeda estrangeira. Tal fato é retomado pelo encapsulador ‘essa tendência’, que está caminhando para uma realidade mais concreta.

Podemos apontar para uma segunda parte do segundo bloco, que procura apresentar a situação do mercado interno no Brasil. Esse momento do texto é bastante expressivo, visto que é iniciado pelo operador argumentativo ‘mas’. Consolidase mais um indicador textual, figurando outro elo da progressão discursiva. E, assim, outra discussão é agendada: O Brasil precisa controlar suas despesas, mas o FMI não poderá ajudar nesse sentido. Com relação ao tema, o

enunciador escolheu termos como 'carga tributária bastante abusiva' e 'juros demasiadamente altos', que são retomados pelo encapsulador 'problemas', como uma forma de encerrar a discussão recategorizando o objeto discursivo em questão.

Por fim, o enunciador explicita que os 'problemas' a serem superados 'dependem das autoridades brasileiras, estejam elas no Executivo, no Legislativo ou no Judiciário'. Isto é: 'problemas' de natureza muito mais política, e não técnica.

52) Sair do limbo – 26/05/2005 – [Nossa Opinião]

Tema: As parcerias entre universidades e indústrias poderão ganhar novo fôlego com a aprovação da Lei de Inovação Tecnológica

Tese: Somente um alto investimento em pesquisa com a parceria entre universidade e indústria fará o Brasil se desenvolver verdadeiramente

A necessidade de se estabelecer uma parceria entre a universidade e as empresas, em nome do desenvolvimento tecnológico, é tema antigo de discussão, que até hoje não produziu avanços práticos. Praticamente não se faz pesquisa científica na indústria; enquanto a universidade pública parece operar num limbo, distante das necessidades do país, freqüentemente mais ocupada em defender posições corporativistas do que em gerar soluções tecnológicas e registrar patentes.

A Lei de Inovação Tecnológica, aprovada em novembro no Senado, e cuja origem está ainda no governo anterior, representa um importante esforço para modificar esta situação, facilitando e estimulando acordos entre empresas e universidades ou centros de pesquisa. Seu principal mérito é tratar da questão pragmaticamente inclusive concedendo incentivos financeiros diretos aos pesquisadores.

Se tiver o êxito que se espera, a nova legislação fará com que as universidades públicas passem a lidar diretamente com a realidade brasileira. O que não

significa, de forma alguma, abandonar a pesquisa básica, na fronteira do conhecimento científico.

O fato é que **os grandes progressos tecnológicos**, no Brasil, ficaram até agora praticamente restritos às áreas de saúde e agropecuária. Em ambos os campos, é verdade, os êxitos foram muitos e de grande envergadura; **mas** precisamos de mais. Precisamos seguir o exemplo de países como os do Sudeste da Ásia, que deram um salto no desenvolvimento graças a uma política agressiva de investimento em pesquisa. Não há por que o Brasil não possa seguir o mesmo caminho.

Análise:

O editorial 52, intitulado, 'Sair do limbo', apresenta duas temáticas importantes para desenvolver sua argumentação: 1) a parceria entre indústria e universidade e 2) A Lei de Inovação Tecnológica, aprovada pelo senado. Como essas duas temáticas que norteiam o editorial, podemos delimitar a tese, apresentada no segundo bloco: Somente um alto investimento em pesquisa (com a parceria entre universidade e indústria) fará o Brasil se desenvolver verdadeiramente. Ou seja, a indústria tem o papel de investir seu dinheiro, além de apresentar demanda por inovações e a universidade contribui com a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico.

Quanto aos encapsuladores que retomam os objetos discursivos presentes, nota-se que 'uma parceria entre a universidade e as empresas' é categorizado como 'tema antigo de discussão'. Mais adiante, o mesmo objeto discursivo é recategorizado como 'situação' e 'questão'. Tais escolhas também funcionam como encapsuladores, pois são termos capazes de sintetizar a temática apresentada.

Com relação à 'pesquisa científica na indústria' observa-se que o termo 'pesquisa' se refere à universidade pública, pois é neste local que os estudos são desenvolvidos. Já a 'Lei de Inovação Tecnológica' é considerada 'um importante esforço', o que indica o modo como a lei aprovada pelo senado é avaliada pelo

jornal. Depois, substitui-se o mesmo objeto discursivo pela expressão 'a nova legislação'.

Verifica-se mais adiante, no início do segundo bloco (que coincide com a conclusão), que o enunciador opta por utilizar a construção 'o fato é que'. Tal construção funciona como um encapsulador e estabelece a relação do eixo velho-novo. O 'fato' mencionado resgata para o leitor a situação atual do Brasil na área de pesquisa e tecnologia, lembrando-nos de que há 'grandes progressos tecnológicos', mas que eles estão nas áreas de agropecuária e saúde. No entanto, como o operador argumentativo 'mas' o enunciador aponta que o Brasil precisa de mais. Ou seja, precisa de uma 'política agressiva de investimento em pesquisa'. Portanto, é no final do segundo bloco que há a enunciação clara da tese.

53) Reforma ampla – 28/05/2005 – [Nossa Opinião]

Tema: leis mais drásticas para combater a criminalidade

Tese: a aplicabilidade efetiva da legislação penal pode fazer com que a criminalidade seja combatida de maneira eficiente

Por causa da maior crise de segurança pública da história, boa parte da sociedade brasileira tende a defender as leis mais drásticas possíveis no combate à criminalidade. De forma compreensível, a vítima do banditismo quer a mais rigorosa punição para seus algozes.

Essa posição tem alguma lógica, mas o assunto é polêmico. Também não se deve deixar de levar em conta ponderações de especialistas. Uma delas: a eficácia na repressão ao crime é função da aplicabilidade efetiva da legislação, mais do que do tamanho da pena. Ou seja, a sensação de impunidade incentivaria mais o crime do que uma legislação penal excessivamente suave. Como em muitas discussões, nessa também a verdade parece encontrar-se no meio termo.

Tanto é verdade que a legislação penal brasileira se encontrava — e ainda se encontra — desparelhada para enfrentar o surto de criminalidade que dispositivos tiveram de ser modificados para condenados de alta periculosidade poderem cumprir a pena em regime diferenciado.

Outra deficiência é o despreparo da Justiça e do sistema penitenciário para

aplicar a legislação. Como no caso da Lei de Execuções Penais — particularmente, as regras de progressividade da pena. Devido à interpretação burocrática e imprevidente das normas, bandidos perigosos são beneficiados com prisão em regime aberto ou mesmo com a pura e simples redução de pena.

Como se vê, ainda são necessários muitos ajustes para o Estado fazer frente ao **banditismo**. Entende-se por que a reincidência no crime é tão elevada.

Análise:

O editorial 53, intitulado 'Reforma ampla', inicia-se com a apresentação dos três eixos temáticos que serão discutidos, a saber: a) 'maior crise de segurança pública da história'; b) 'leis mais drásticas' e c) 'combate à criminalidade. Podemos verificar que a sociedade (representada pelas leis) e bandidos (figurando a criminalidade) entram em confronto. Depois, observa-se a defesa da tese: (delimitar a tese). Logo, nota-se que o primeiro bloco, abriga a temática e os objetos discursivos a ela relacionados e segundo bloco, a tese e suas justificativas.

Quanto ao primeiro bloco, podemos apontar alguns encapsuladores anafóricos utilizados recategorizar objetos discursivos, tais como o termo 'a vítima do banditismo' retomando 'sociedade brasileira'. Nota-se, por assim dizer, uma manipulação do leitor com a escolha do termo 'vítima'. Isso leva à interpretação de que estamos impotentes, de que a sociedade brasileira não pode reagir, apenas sofrer nas mãos de seus 'algozes'. Ainda no primeiro bloco, para recategorizar a 'criminalidade', aponta-se para termos como 'banditismo', 'algozes'. Tais escolhas tanto no âmbito da sociedade como no da criminalidade mostram uma certa tendência em eximir-se de alguma culpa

Quanto às 'leis mais drásticas' podemos observar que o termo recategorizante é 'a mais rigorosa punição', em que se encontra o vocábulo as 'leis' como sinônima para 'punição'. Mais adiante, um típico encapsulador anafórico, 'Essa posição',

iniciando a segunda parte do primeiro bloco, acumula os elementos 'leis mais drásticas' e 'mais rigorosa punição' em si, como uma forma de indicar que a sociedade (que é vítima) se posiciona em relação ao seu algoz. Há ainda um termo que consegue acumular todos os eixos temáticos apresentados aqui: 'o assunto'. É através dele que se verifica a retomada e encapsulamento do tema: Diante de uma grave crise na segurança pública, a sociedade pede leis mais drásticas para punir os criminosos. O referido 'assunto' é categorizado como polêmico, um indício de como o enunciador encara o fato.

O segundo bloco é iniciado quando se evoca a 'ponderação de especialistas', para a enunciação da tese: a aplicabilidade efetiva da legislação penal pode fazer com que a criminalidade seja combatida de maneira eficiente. Para tanto na segunda parte do segundo bloco verifica-se a primeira justificativa, ou seja, para enfrentar o surto de criminalidade e garantir que a pena fosse cumprida 'dispositivos tiveram que ser modificados'. Para introduzir a segunda justificativa o encapsulador anafórico 'outra deficiência' foi utilizado. Isso indica que o que foi apontado antes é uma deficiência e que mais uma será apontada, sintetizando a opinião do enunciador, e porque não dizer do jornal. A deficiência vai de encontro ao que foi exposto na tese: despreparo da Justiça e do sistema penitenciário para aplicar a legislação.

O termo 'muitos ajustes' retoma parcialmente a tese, pois são os ajustes na legislação penal que possibilitarão o combate à criminalidade. Os referidos ajustes

são: legislação penal desaparelhada e o despreparo da Justiça e do sistema penitenciário para aplicar a legislação. Por fim, o leitor é levado a concluir que ‘a reincidência no crime é tão elevada’ por que a legislação penal ainda não tem meios para aplicar a lei fazer ser cumprida como deveria, por isso a urgência nos ajustes.

3.3 Distribuição geral dos dados

O gráfico abaixo ilustra a distribuição geral dos dados coletados para esta pesquisa:

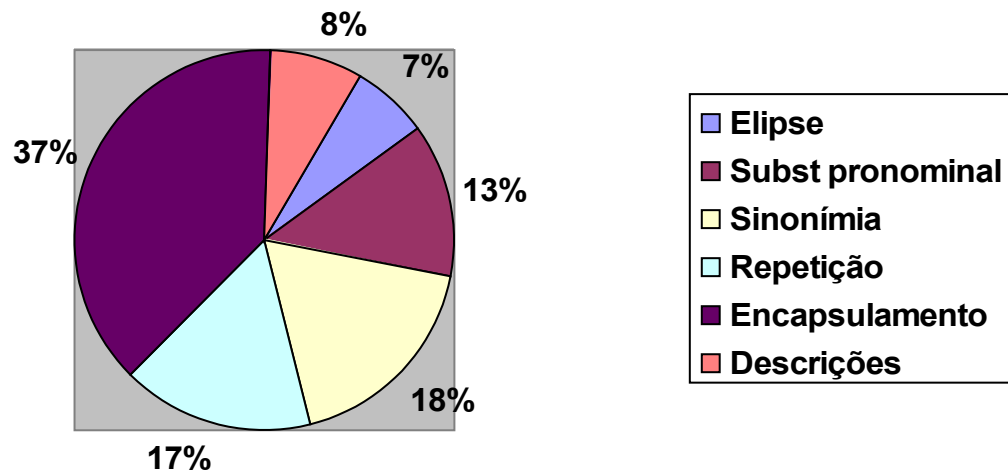


Gráfico 1

Neste gráfico, podemos observar que o processo mais recorrente nos editoriais analisados para a recategorização do objeto discursivo é o encapsulamento, presente em 37% dos dados. Quando iniciamos esta pesquisa e começamos a analisar o *corpus*, realmente percebemos que o uso desse elemento era mais comum do que esperávamos. Então, decidiu-se analisar a estrutura com mais cuidado. Como não havia ainda uma pesquisa que tivesse observado a progressão discursiva dos editoriais através dos encapsuladores, optamos por

observar nosso *corpus* por esse viés. A partir disso, surge a motivação em realizar uma pesquisa com ênfase nos processos de encapsulamento, visto que dessa forma poderíamos comprovar nossa hipótese. Os demais processos encontrados no *corpus* (descrições nominais, encapsulamentos, sinonímia, repetição, substituição pronominal, elipse) serão descritos e analisados a seguir nos itens subseqüentes, bem como os encapsulamentos.

De fato, ao observarmos os resultados percentuais, podemos depreender que o encapsulamento compõe um tipo de retomada usual nos editoriais, devido às características que abriga. Através de tal elemento, o enunciador pode rotular objetos discursivos e fazer com que o texto progrida, veiculando uma informação nova. Sua função predicativa auxilia na utilização de termos avaliativos e ao mesmo tempo resumitivos. Tudo isso facilita, por assim dizer, o trabalho de produção textual do enunciador, que, conhecendo e dominando variadas formas de retomada, poderá produzir um texto coeso e coerente, sobretudo, no gênero editorial, em que é necessário defender uma opinião.

Sendo assim, confirma-se a hipótese levantada no início de nossos estudos de que no âmbito do gênero editorial, há uma tendência ao processo de progressão textual ser regulado pelos encapsuladores na reconstrução do objeto discursivo.

4. Reconstruir um objeto discursivo a partir de encapsuladores –

Uma proposta para trabalhar com editoriais em sala de aula.

Ressalte-se, além do caráter lingüístico-discursivo presente neste trabalho, seu caráter didático-pedagógico. Pretende-se, nesta seção, a partir do levantamento dos dados e a análise apresentada acima, oferecer mecanismos para que o professor do ensino fundamental e médio possa trabalhar o gênero editorial com seus procedimentos coesivos e a progressão textual na sala de aula. Para os alunos, interessa perceber a dinâmica discursiva do texto jornalístico, sobretudo a do gênero editorial.

Primeiramente, algumas considerações encontradas nos PCN de língua portuguesa apontam o texto como unidade e a diversidade de gêneros como objeto de ensino, visto que a postulação básica do documento é o ensino centrado no texto:

:

[...] não é possível tomar como unidades básicas do processo de ensino as que decorrem de uma análise de estratos – letras/fonemas, sílabas, palavras, sintagmas, frases – que, descontextualizados, são normalmente tomados como exemplos de estudo gramatical e pouco tem a ver com a competência

discursiva. Dentro desse marco, a unidade básica do ensino só pode ser o texto.

Os textos organizam-se sempre dentro de certas restrições de natureza temática, composicional e estilística, que os caracterizam como pertencentes a este ou aquele gênero. Desse modo, a noção de gênero, constitutiva do texto, precisa ser tomada como objeto de ensino.

Nessa perspectiva, necessário contemplar, nas atividades de ensino, a diversidade de textos e gêneros, e não apenas em função de sua relevância social, mas também pelo fato de que textos pertencentes a diferentes gêneros são organizados de diferentes formas.

Portanto, a longa citação acima corrobora aquilo que acreditamos também ser mais pertinente no contexto escolar. É papel do professor proporcionar a seus alunos um contato com a maior variedade de gêneros possível, para que eles sejam capazes de desenvolver suas competências lingüístico-discursivas¹⁰ e usá-las no cotidiano, não só escolar, como também pessoal e, até mesmo profissional.

¹⁰ “Competência discursiva refere-se a um ‘sistema de contratos semânticos’ responsável por uma espécie de ‘filtragem’ que opera os conteúdos em dois domínios interligados que caracterizam o dizível: o universo intertextual e os dispositivos estilísticos acessíveis à enunciação dos diversos discursos. E competência lingüística refere-se aos saberes que o falante/intérprete possui sobre a língua de sua comunidade e utiliza para construção das expressões que compõem os seus textos, orais e escritos, formais ou informais, independentemente de norma padrão, escolar ou culta.” [PCN, 1998:23]

É pertinente também ao contexto escolar, além disso, mostrar aos alunos que eles são leitores constantes¹¹ e que a realização de qualquer texto só ocorre através de um gênero. Logo, se são leitores, também serão capazes de produzir textos. É sobre isso que Pereira, Pinilla, Costa e Oliveira (2006:29) nos alertam:

É sabido que o aluno, com base em sua experiência de usuário da língua, já tem uma percepção das características dos gêneros textuais e das situações de comunicação em que se realizam, embora não seja um conhecimento formalizado. Cabe à escola apresentá-lo a diferentes *gêneros textuais*, usados em diferentes situações e com objetivos diversos, de modo a ampliar sua competência comunicativa. [grifo das autoras]

Portanto, o professor, a partir do trabalho com os diferentes gêneros em sala de aula, deverá estar apto a desenvolver competências que levem seu aluno à *pluralidade de discursos contribui para o desenvolvimento da sua auto-estima, seu sentido de cidadania e seu papel social*, (cf. Pereira, Pinilla, Costa e Oliveira (2006:29).

Desse modo, para iniciarmos um trabalho que focalize um determinado gênero textual (no nosso caso particular o editorial), devemos partir da noção de suas

¹¹ Não queremos desenvolver aqui a noção de letramentos.

restrições temáticas. Além disso, parte-se da idéia de que um gênero é construído sócio-historicamente, isto é, está veiculado a um suporte e suas intenções comunicativas, como parte das condições de produção dos discursos, geram usos sociais que os determinam e dão forma aos textos.

Um professor interessado nos editoriais deve destacar, primeiramente, sua função social, qual seja: texto jornalístico, sem assinatura, que visa a opinar sobre um tema da atualidade, trazendo o ponto de vista de determinado veículo ou empresa responsável por sua publicação. O professor deve chamar atenção de seus alunos também para o fato de existirem certas peculiaridades lingüísticas próprias deste gênero, tais como: o vocabulário e as escolhas lexicais; os meios pelos quais houve retomada de um objeto discursivo; as formas mais freqüentes de coesão textual, o padrão lingüístico adotado etc. Cabe ainda ao professor fazer com que seu aluno reconheça e delimite tema e tese, ou seja, elementos, obviamente, distintos (mas que causam confusão entre os alunos) e fundamentais para se entender como funciona a progressão textual do gênero editorial.

Atente-se agora para uma abordagem mais específica, levando-se em consideração os esquemas apresentados nesta pesquisa. Tal como procedemos nos modelos de análise apresentados, propomos uma atividade que estimule os alunos na análise lingüística e posterior produção textual.

A atividade poderá ser dividida em duas etapas. Na primeira, o aluno é levado a reconstruir o objeto discursivo através da identificação dos encapsuladores que o categorizam e recategorizam. Ainda nesta etapa, poderá observar quais são os recursos relacionados à referenciação que contribuem para a progressão textual (provavelmente, os encapsuladores aparecerão com maior frequência, tal como foi apontado nas nossas análises). Deve-se deixar claro ainda, para o aluno, que a delimitação da tese e da temática são fundamentais nesta atividade.

Na segunda etapa, o aluno deverá redigir um texto em que possa apresentar as principais características lingüísticas do editorial, materializando, assim, um gênero textual diferente daquele que analisou. Ao final da atividade, o aluno teve a oportunidade de trabalhar com pelo menos dois gêneros textuais escritos, um texto de análise produzido por ele acerca do material utilizado em sala, além do editorial fornecido pelo professor – sem contar os textos orais que pode produzir com seus colegas ao longo da atividade. Acrescente-se, ainda, uma terceira etapa, em que os alunos poderão redigir seus próprios editoriais. E, assim, mais um gênero textual terá sido produzido por eles. Desse modo, o professor pode contemplar as orientações apresentadas nos PCN de Língua Portuguesa.

5. Considerações Finais

A partir dos apontamentos feitos ao longo desta pesquisa, procuramos analisar o modo de produção discursiva nos editoriais à luz de teorias advindas da Lingüística do Texto e da Teoria Semiolingüística de Análise do discurso. Neste sentido, foi possível constatar que recurso coesivo mais freqüentemente utilizado no processamento do gênero editorial foi o encapsulador. Isso fica patente quando observamos o quadro com os resultados gerais (em números absolutos e percentuais) do total de retomadas encontradas em nosso *corpus*:

Resultados	Desc.nominais	Encapsulament o	Sinonímia	Repetição	Subst.pronomina l	Elipse	Total
absolutos	31	151	72	66	51	27	398
percentuais	8%	37%	18%	17%	13%	7%	100%

Quando apresentamos o gráfico com a distribuição geral dos dados, procuramos destacar o que havia se mostrado mais relevante para a questão da progressão textual, no que diz respeito aos processos de referência apontados no *corpus*. Comparando-se os seis processos (Desc.nominal, encapsulamentos, sinonímia, repetição, subst.pronominal e elipse) apontados ao longo da pesquisa, encontramos 37% das ocorrências através do encapsulamento. O que confirma a hipótese de que o processo de progressão textual é regulado pelo encapsulamento na reconstrução do objeto discursivo.

Outros dados do *corpus* reforçam ainda mais essa hipótese. As **elipses** representaram na distribuição geral dos dados apenas 7% do total de retomadas encontradas. A **substituição pronominal**, o correspondente a 13% das retomadas. A **sinonímia**, o equivalente a 18% e a **repetição**, 17%, sendo que esses dados eram esperados. No entanto, o resultado percentual de 8% referente às descrições nominais reflete uma tendência a evitar certos termos que ativem conhecimentos culturais compartilhados, por serem tais elementos mais subjetivos, o que vem demonstrar que a opinião algumas vezes precisa estar mais velada. Isso indica que para se ler um determinado gênero também é necessário conhecer os mecanismos formais nele envolvidos. No caso do editorial, nota-se que um maior caráter de objetividade se reflete nas poucas retomadas feitas a partir das descrições nominais.

Com isso, buscou-se apontar as condições de progressão textual no gênero editorial, levando-se em consideração a perspectiva de um enunciador que se mostra engajado através de suas escolhas no processo de referenciação além de um leitor/co-enunciador que compartilha pistas lingüísticas e é capaz de significar e re-significar o texto ao reconstruir o objeto de discurso.

Depois, Identificamos o papel do encapsulamento na reconstrução do objeto discursivo, para, enfim, apontarmos os mecanismos utilizados na defesa da tese. Dessa forma, demonstramos que os encapsuladores estão diretamente relacionados à construção do objeto discursivo.

Como pode ser observado através das análises apresentadas do item 3.2.1 (A progressão textual nos editoriais e a retomada do objeto discursivo), a dinâmica discursiva nos editoriais ocorre sobretudo com o auxílio dos encapsuladores, pois são esses os elementos que viabilizam a relação das informações dadas com as informações novas, proporcionando, assim, a progressão do texto. Além disso, na maioria dos editoriais, pôde-se verificar, também, que a defesa da tese estava diretamente relacionada às escolhas lexicais com teor mais ou menos avaliativos encontrados nos encapsuladores.

Por fim, destaque-se também a contribuição desta pesquisa para o campo dos estudos que têm demonstrado preocupações no que diz respeito à sala de aula de língua portuguesa, sobretudo quando se trata do texto como objeto de estudo. Como essa é uma abordagem ainda pouco contemplada na maioria das salas das nossas escolas, esse trabalho vem somar àqueles já existentes. Espera-se que possa ser um material de uso efetivo para professores e alunos.

6. Referências Bibliográficas

ANTUNES, Irandé. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. 2ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BLOOR, T. & BLOOR, M. *The Functional analysis of English*. Arnold: Londres, 1995.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos*. São Paulo: EDUC, 1999.

CARNEIRO, Agostinho Dias (org.). *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.

_____. *Redação em construção*. 2ed. São Paulo: Moderna, 2001.

CARVALHO, Nelly de. *Publicidade: a linguagem da sedução*. 3ed. São Paulo: Ática, 2000.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães, RODRIGUES, Bernadete Biasi & CIULLA, Alena (org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, Hugo, MACHADO, Ida Lucia, MELLO, Renato de (org.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001, p. 23-38.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L. & GAVAZZI, S. (org). *Da Língua ao Discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p.11-29.

CHARAUDEAU, Patrick. Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, Agostinho Dias (org.). *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996, p. 05-43.

CHARAUDEAU, Patrick. O que quer dizer comunicar. no prelo, s/d, p.01-04.

CONTE, Maria-Elisabeth. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães, RODRIGUES, Bernadete Biasi & CIULLA, Alena (org). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p.177-190.

CUNHA, Celso & CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DIONÍSIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna Rachel & BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 4ed. Rio de Janeiro:Lucerna, 2005.

FÁVERO, Leonor Lopes & KOCH, Ingedore G. Vallaça. *Linguística textual: uma introdução*. 7ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GOLDBERG, Adele E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 1995.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. Arnold: Londres, 1994.

HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English*. Longman: Londres, 1976.

HALLIDAY, M. A. K. *Explorations in the Functions of Language*. Arnold: Londres, 1973.

HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, Ruqaiya. *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. 2ed. Oxford University Press: Oxford, 1989.

KAY, Paul; FILLMORE, Charle JH.; O'CONNOR, Catherine. Regularity and Idiomaticity in Grammatical Constructions: The case of Let Alone. In: ____ *Words and the Grammar of context*. Stanford: CSLI Publications, 1997.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 9ed. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. *Linguística textual: Quo Vadis*. D.E.L.T.A., Vol. 17: ESPECIAL, 2001(11-23).

_____, MORATO, E. M. & BENTES, A. C.(org). *Referenciação e discurso*. São Paulo:Contexto, 2005.

_____ & MARCUSCHI, L.A. Processos de referenciação na produção discursiva. D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº ESPECIAL, 1998 (169-190)

MAINGUENEAU, Dominique. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. *Análise de textos da comunicação*. 3ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna Rachel & BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 4ed. Rio de Janeiro:Lucerna, 2005, p. 19-36.

_____. Interação e sentido literal. No prelo, Reunião anual da ANPOLL, junho/2004, p. 01-07

_____. Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita no português brasileiro. No prelo, 1999, p. 01-29.

_____. Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais. No prelo, Fortaleza, 1999, p.01-19.

MARI, Hugo *et. al.* (org.). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.

MARI, Hugo, MACHADO, Ida Lucia, MELLO, Renato de (org.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte:Núcleo de Análise do Discurso,FALE/UFMG, 2001.

MARTELOTTA, Mário. Operadores argumentativos e marcadores discursivos. In: VOTRE, S.J.; CEZARIO, M.M.; MARTELOTTA, M. *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras UFRJ, 2004, p.82-142.

MONDADA, Lorenza. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. In: KOCH, I. V, MORATO, E. M. & BENTES, A. C.(org). *Referenciação e discurso*. São Paulo:Contexto, 2005, p. 11-31.

_____ & DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães, RODRIGUES, Bernadete Biasi & CIULLA, Alena (org). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p.17-52.

MEURER, J.L., BONINI, Adair & MOTTA-ROTH, Désirée (orgs.). *Gêneros: teorias métodos e debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A Gramática Funcional*. Martins Fontes: São Paulo, 2004.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino & GAVAZZI, Sigrid (orgs). *Texto e discurso: mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

_____ (orgs). *Da Língua ao Discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

_____ & SANTOS, Leonor W. dos (orgs). *Estratégias de Leitura: texto e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

PEREIRA, Cilene da Cunha, PINILLA, Maria A.M., COSTA, Maria Cristina & OLIVEIRA, Maria T. I. Gêneros textuais e modos de organização do discurso: uma proposta para a sala de aula. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino & SANTOS, Leonor W. dos (orgs). *Estratégias de Leitura: texto e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, p. 27-58.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 42ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

ROSS, David. *Systemic Functional Grammar: Theory into Practice (What operating system are you using?)*. King Fahd University for Petroleum and Minerals, 2004.

SALOMÃO, Maria Margarida Martins. Gramática das construções: a questão da integração entre sintaxe e léxico. In: *Veredas Revista de estudos Lingüísticos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, v.6, n1 – jan/jun - 2002

SANTANA, Denise Maria Rodrigues de. Substantivo e formalismo vocabular no gênero “editorial”. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino & GAVAZZI, Sigrid (orgs). *Texto e discurso: mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003, p. 110 -119.

SANTOS, Leonor Werneck dos (org.). *Discurso, coesão e argumentação*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996.

TAYLOR, John R. *Cognitive Grammar*. Oxford University Press

VALENTE, André. Coesão e coerência em textos jornalísticos. (www.facha.edu.br, fev/2006)

ANEXOS

2) Terreno Minado – 25/01/2005 [Opinião]

Tema: Irritação do presidente do Brasil com a última alta dos juros determinada pelo Copom.

Tese: A alta dos juros é uma forma ilusória de crescimento.

Consta que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria ficado **especialmente irritado com a última alta dos juros determinada pelo Copom.** Mas há quem entenda ser tudo **uma velha manobra para aquietar bolsões radicais do PT contrários às políticas monetária e fiscal.** Seja como for, fortalecem-se os sinais de que a política macroeconômica, apesar de todo o êxito, ainda se sustenta em bases políticas frágeis.

Para risco do próprio governo. Pois o presidente estará minando o terreno à sua frente se aceitar **as pressões para alterar a política de metas de inflação, o câmbio flutuante e cassar a autonomia operacional com que na prática trabalha o BC.**

Pode-se discutir a dosagem de ortodoxia do BC. O que é indiscutível é **o êxito alcançado pela equipe do ministro Antonio Palocci** ao conduzir o país ao largo da **grave crise.** Ora, seria no mínimo um gesto de pouca inteligência desestabilizar

uma política macroeconômica no momento em que os frutos dos rigores monetários e fiscais começam a ser colhidos.

Entende-se que as pressões por um relaxamento na política de combate à inflação partam da indústria paulista e de sindicatos de trabalhadores que se especializaram em fechar acordos salariais com a Fiesp. Nos tempos de mercado interno protegido, o resultado dos acordos era a remarcação de preços sem que as empresas perdessem mercado.

“Flexibilizar” a meta de inflação significa, na prática, autorizar os formadores de preços a fazer remarcações mais elásticas – e assim a inflação imediatamente mudaria de patamar. Como sempre, os mais pobres seriam os mais atingidos. Por ironia seriam prejudicados por um governo que faz questão de imprimir uma marca social em tudo o que faz. Defender mais inflação em troca de uma ilusória aceleração do crescimento – ilusória porque a inflação trataria de abortar o crescimento logo adiante – é o mesmo que admitir mais concentração de renda e injustiça social.

É acertada a preocupação de Lula com os juros. Mas se deseja que as taxas comecem a cair logo, o presidente pode dar valiosa contribuição. Basta controlar os gastos públicos correntes, que se expandem a uma velocidade superior ao crescimento do PIB.

12) Sob suspeita – 09/02/2005 [Nossa Opinião]

Tema: Crise no setor da indústria farmacêutica → FDA perde credibilidade

Tese: FDA deve buscar recuperar a independência e a credibilidade – Médicos e pacientes devem manter-se em alerta.

Em setembro do ano passado, quando a Merck Sharp & Dohme decidiu retirar do mercado o antiinflamatório Vioxx, porque poderia causar infartos e derrames, abriu-se **uma crise sem precedentes**. Outros remédios, alvo de denúncias, caíram sob suspeita, e o resultado foi uma **inédita perda de credibilidade da FDA**, a agência americana responsável pelo licenciamento de todos esses remédios e que, como se revelou, tinha especialistas com vínculos com a indústria farmacêutica.

No Brasil — como em praticamente todo o mundo — as decisões da FDA sempre foram aceitas sem contestação. Havia até a tendência de considerar rigorosos demais os critérios adotados, que alongavam excessivamente o tempo entre a descoberta de um novo medicamento e seu lançamento no mercado.

Não é de admirar que o **resultado da situação atual** seja **a desorientação** — não só de pacientes como de médicos. Recomenda-se a todos fazer uso da maior cautela, mas é claro que o conselho só pode valer para os médicos, que mesmo assim pouco mais podem fazer do que evitar, quando possível, receitar remédios novos e recorrer aos antigos e consagrados. Como os novos medicamentos,

justamente os que estão sob suspeita, são particularmente eficazes, e os efeitos colaterais indesejáveis surgem com o uso prolongado, presume-se que a adoção de períodos menores seja um cuidado razoável.

É essencial que a FDA e outras agências recuperem sua independência e com ela a credibilidade perdida. Enquanto isso não acontece, os médicos que sejam prudentes e os doentes que evitem a automedicação.

15) Terra sem lei – 15/02/2005 – [opinião] (14)

Tema: Punição aos responsáveis pelo assassinato da freira americana Dorothy Stang

Tese: O assassinato da freira não será esclarecido enquanto não houver empenho do governo e a federalização do crime

Difícilmente se chegará ao esclarecimento do assassinato da freira americana Dorothy Stang e à punição de todos os criminosos — os pistoleiros e os que os contrataram — sem se requerer à Justiça a federalização do crime, como prevê a reforma do Judiciário. No início da noite de ontem, anunciava-se que o pedido seria feito pelo Ministério Público. Nada mais indicado, pela impossibilidade de as autoridades locais terem condições de impor a lei naquela região.

A comparação do caso com o assassinato de Chico Mendes, há 17 anos, não pode ser considerada dedução apressada da imprensa internacional. As características são de fato muito semelhantes, e é inevitável que esteja havendo hoje a mesma repercussão mundial. Igualmente, o que não era mais do que um desagradável constrangimento para o governo — a recente concessão feita aos madeireiros — ganha agora uma dimensão sinistra ao ser associado, com ou sem razão, a uma postura leniente que seria um estímulo a crimes como este.

O governo não terá como livrar-se desta pecha se não atentar para um dado fundamental. Porque os dois casos tornam clara a lacuna gigantesca, o completo

vácuo legal naquela área e, de modo geral, na interminável violência da disputa pela terra no país. Grilagem, invasões, assassinatos, com frequência precedidos de ameaças, e toda sorte de crimes são cometidos no campo pelos dois lados — um dos quais conta com a simpatia explícita do governo. O que não deveria ocorrer, e sim o estabelecimento do império da lei para todos.

Esclarecer **o assassinato da missionária** é imprescindível; mas não o é menos, por exemplo, punir aqueles que, num acampamento do MST no interior de Pernambuco, mataram um PM e torturaram outro. Não se pode ceder a uma parte ou a outra, não se pode tolerar qualquer transgressão da lei. Não é por sua repercussão que **o crime cometido no Pará** exige empenho máximo do governo em investigação e punição, mas por ser um crime. Como tantos outros que ficaram impunes porque não tiveram grande ressonância, sendo a sua investigação circunscrita a uma região onde a lei está longe de ser a autoridade suprema.

19) Bom momento – 23/02/2005 – [Opinião] (16)

Tema: Bom momento para as exportações no país

Tese: O Brasil só poderá caminhar sozinho quando controlar seus gastos

O mercado doméstico mostrou significativa recuperação no segundo semestre do ano passado, mas **as exportações brasileiras continuaram crescendo em ritmo intenso** e **essa tendência se manteve nos dois primeiros meses de 2005**, período em que as vendas para o exterior costumam esmorecer.

Tal desempenho tem surpreendido os economistas, pois o real acabou se apreciando ao longo de 2004. O impacto dessa apreciação pode não estar ainda se refletindo completamente sobre **as exportações**, que em boa parte está vinculada a contratos de um ano ou mais. Entretanto, sob quaisquer parâmetros **a trajetória das exportações contraria as expectativas.**

O resultado do comércio exterior faz com que o país dependa menos de financiamentos externos. Com isso, a dívida em moeda estrangeira vem se reduzindo não só em termos relativos mas também em valores absolutos.

Os números do balanço de pagamentos são todos positivos, e geram excedente no mercado de câmbio que o Tesouro e o Banco central procuram absorver em parte, seja para reforçar as reservas internacionais (sem considerar os recursos do FMI, essa conta já teria ultrapassado a cifra de US\$ 30 bilhões; um ano atrás,

era inferior a US\$ 20 bilhões) ou para pagar juros e amortizar débitos em moeda estrangeira.

Com tudo isso, a oferta de divisas tem pressionado para baixo a cotação do dólar. Chegamos ao ponto em que aumenta o conflito entre os principais objetivos da política econômica. A **vulnerabilidade externa**, que vinha sendo **um dos maiores obstáculos ao crescimento da economia externa**, foi reduzida consideravelmente, mas ao mesmo tempo a forte expansão da demanda tem alimentado tensões inflacionárias, que obrigaram as autoridades monetárias a subir as taxas de juros.

A expressiva diferença entre as taxas de juros oferecidas **lá fora** para o Brasil e as que vigoram hoje no mercado doméstico criam movimentos especulativos em torno do real capazes de causar problemas à economia no futuro. Os instrumentos de política econômica precisam então ser ajustados para que não se perca **essa oportunidade de ouro que o país tem pela frente**.

20) Trem fantasma – 25/02/2005 – [Opinião] (17)

Tema: Necessidade de reforma política

Tese: A atual legislação que rege a vida dos políticos e partido fere as escolhas políticas feitas nas urnas

Se há aspectos positivos na crônica da surpreendente eleição de Severino Cavalcanti para presidir a Câmara dos Deputados, um deles é mostrar a urgente necessidade de uma profunda reforma na legislação que rege a vida dos partidos e a ação dos políticos.

Não que tenha havido qualquer surpresa. Mas poucas vezes, num espaço tão curto de tempo, partidos e políticos deram demonstrações tão didáticas de algumas das gritantes distorções existentes nessa legislação. A mais visível para a opinião pública é a que permite ao parlamentar trocar sucessivas vezes de partido — cada uma dessas trocas, ressalte-se, constitui grave e antidemocrático desrespeito à vontade do eleitor.

A frouxidão das regras é tanta que, em poucas semanas, entre a eleição do atual Congresso, em outubro de 2002, e a posse de deputados e senadores, no primeiro dia de janeiro de 2003, a distribuição de poder no Legislativo determinada pelas urnas foi adulterada. A capacidade do vitorioso PT de atrair parlamentares reduziu a bancada dos principais partidos de oposição (PSDB e PFL) e inflou o bloco da situação. Lesou-se o eleitorado.

Outro show de infidelidades partidárias foi dado agora, principalmente pelo PMDB, conflagrado numa luta interna entre opositoristas e governistas. Amplificada pela corrida por posições na Mesa da Câmara e comissões, a disputa por deputados teria se transformado num leilão verdadeiramente dito, com lances e cifras. O tamanho das bancadas chegou a mudar em questão de horas. O quadro foi tão dantesco que a necessidade de se desengavetar a reforma política reemergiu quase naturalmente na própria Câmara — embora haja grande e compreensível resistência às mudanças.

Mas como o governo sentiu fundo o que significa não ter uma base partidária confiável e sólida, pode ser que ele se convença de fato da necessidade de dar prioridade a essa reforma, tão importante quanto às econômicas e sociais. Com a atual infidelidade partidária, sem legendas fortes que não dependam de puxadores de voto — eternos negociatas de apoios — e, existência de um sistema de financiamento de campanhas vulnerável à corrupção, a vida política brasileira continuará um trem fantasma: um susto a cada curva.

23) Tragédia – 27/02/2005 – [Opinião] (18)

Tema: Desenvolvimento social do Brasil

Tese: Falta de planejamento familiar contribui para a manutenção e reprodução da violência.

Se os indicadores sociais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística forem vistos como uma fotografia, a visão estática do Brasil não causa surpresa. Continuamos um país de disparidades, com renda concentrada e uma grande massa de pobres. Mas se olharmos os dados como um filme, comparando-os com pesquisas anteriores, é visível um quadro social em movimento — e na direção certa.

Os indicadores abrangem 2002 e 2003. Estão, portanto, contaminados pela perda de velocidade da economia verificada do final de 2002 até os últimos meses de 2003, por causa da política de estabilização executada para conter a insegurança infundida nos mercados pelas incertezas eleitorais.

Mesmo assim, o cenário, em geral, continua positivo. Manteve-se em queda a mortalidade infantil (de 29,2 por mil nascidos vivos em 2001 para 27,5 em 2003, índice que em 93 era de 41,4) e a taxa de frequência escolar também continua a subir na faixa entre 7 e 14 anos (de 96,5% para 97,2%). Houve até mesmo uma leve redução na desigualdade de renda, entre os mais ricos e os mais pobres.

Na face negativa dos números destaca-se a violência, um flagelo da atual geração que deixará marcas profundas, e por muito tempo, na história do país. Um dado: entre 1980 e 2000, 600 mil brasileiros foram assassinados, mais do que nos 27 anos da guerra civil angolana. Jovens, a maioria das vítimas.

Outra tragédia desenhada no trabalho &i, IBGE — uma bomba-relógio programada para explodir à frente — é a constatação de que 20% dos recém-nascidos têm mães adolescentes. E boa parte delas, de baixa renda e instrução deficiente. Outras pesquisas do IBGE já haviam constatado uma elevada taxa de fecundidade nesse grupo da população. Está em plena atividade uma usina de reprodução da violência, por falta de um programa sério e amplo de planejamento familiar. As estatísticas clamam se programa. Além de ter de ser responsável na política econômica e melhorar a qualidade dos gastos sociais, o governo federal também precisa assumir a liderança nessa batalha estratégica contra a miséria e a degradação.

26) Efeito didático – 10/03/2005 – [Nossa Opinião] (21)

Tema:Público x Privado – Lei que permite o não pagamento de estacionamento em shoppings e hipermercados é inconstitucional.

Tese: Parlamentares (federais, estaduais e municipais) não sabem exatamente sobre o que e/ou como devem legislar.

Por ser movido a votos e procurar sintonizar-se com o que considera a opinião pública, o *político tenta agir em nome do bem comum. Quando essa visão é deturpada* geram-se o populismo e a demagogia.

Em condições normais, podem ocorrer demonstrações de genuína preocupação com a sociedade, mas inócuas – seja por mau entendimento do papel do legislador no que se refere ao uso do dinheiro público ou por inadequações jurídicas.

É o que ocorre com **o projeto de lei** do deputado Gilberto Palmares, do PT, aprovado por unanimidade pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, **liberando o estacionamento em shoppings e hipermercados**. Todos que apresentarem notas fiscais correspondentes a pelo menos dez vezes **o valor do serviço** não pagarão pelo estacionamento – caso a governadora *Rosinha Garotinho sancione a lei*.

Mas, *se o fizer*, errará. Pois, como a própria Comissão de constituição e Justiça da Alerj alertou, **esse tipo de lei** é inconstitucional. O que não evitou a aprovação do **projeto**.

Leis idênticas, de outras câmaras legislativas, foram invalidadas pelo supremo. Caso a governadora aceite **a lei**, será uma questão de tempo a suspensão dela pela justiça. Como costuma acontecer em alguns projetos de lei até mesmo bem intencionados, a Alerj avançou o sinal do direito e invadiu um terreno privado em que contratos podem ser feitos e desfeitos pelas partes envolvidas. Coibir esse tipo de lei também é didático, dada a tendência legiferante dos nossos parlamentares – federais, estaduais e municipais.

29) Desserviço – 16/03/2005 – [opinião] (22)

Tema: A responsabilidade pela saúde pública no Rio de Janeiro

Tese: A questão da saúde no município do Rio de Janeiro deve ser tratada com mais rigor e com o empenho do governo federal, municipal e estadual

Há indícios abundantes de que a prefeitura, o governo do estado e o governo federal contribuíram coletivamente para o **estado de calamidade pública em que se encontra a saúde no Rio de Janeiro**. A maior prova de que a **catástrofe no setor** é obra conjunta das autoridades dos três níveis é que não existe *hospital* onde não se possam identificar graves falhas de gestão, atrasos no repasse e aplicação de verbas e desaparecimento dos serviços de emergência – independentemente de serem administrados pelo município, pelo estado ou pela União.

O tempo e uma investigação isenta dirão qual é exatamente a parcela de culpa de cada um. Mas o prefeito Cesar Maia, especialmente nos últimos dias, tem se esforçado para chamar a si a responsabilidade quase total. Além de **risível, beira o cinismo** sua **explicação de que está exonerando – ou tentando exonerar, a depender da Justiça – diretores e outros servidores de quatro hospitais sob intervenção para facilitar o trabalho dos interventores.**

Na prática, como se viu, sua decisão intempestiva tumultuou o curso das medidas extraordinárias em boa hora determinadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para recuperar a rede de saúde municipal – deixando a impressão generalizada de que o prefeito aposta no caos esperando se dar bem politicamente mais adiante.

A opinião pública também dispensa as críticas apressadas, e ao que tudo indica sem fundamento, feitas por auditores encarregados da devassa nas contas dos hospitais, à conduta das autoridades municipais na administração das verbas da saúde. A troca de acusações num clima emocional mais confunde do que esclarece, criando um clima de antagonismo prejudicial à discussão séria e desapaixorada do modelo de gestão da saúde pública ideal para o Rio.

Superada a crise, é imperioso buscar, conjuntamente, uma fórmula que leve em conta as peculiaridades do município, que por ser capital de estado e ex-capital federal carrega uma herança de conflitos entre município, estado e União. A *balbúrdia atual* mostra que essa fórmula se tornou indispensável na área da saúde, onde há vidas humanas em jogo.

32) Melhor parâmetro – 21/03/2005 – [Nossa Opinião]

Tema: O governo quer controlar pesquisas oficiais

Tese: A atitude de controlar as pesquisas parece um tanto ditatorial, portanto, uma atitude não-democrática

O governo tem passado por constrangimentos na divulgação de pesquisas de organismos oficiais – ou com apoio oficial – que desmontam a argumentação em favor de políticas públicas polêmicas.

Será sempre lembrado que uma Pesquisa de Orçamento Familiar, POF, do IBGE, provou que a obesidade é um problema bem mais grave que a fome. Mas em vez de aquietar o Palácio do Planalto, a pesquisa o fez desdobrar para garantir que a fome grassa no país. Entende-se, pois o PT precisa preservar bandeiras que fizeram chegar ao poder.

Agora, o mal-estar decorre de uma pesquisa patrocinada pelo Ministério da Educação e feita por entidades representativas da cúpula das universidades federais. O problema é que o levantamento concluiu que a proporção dos que se declaram negros no ensino superior público federal (5,9%) é idêntica ao peso desse segmento na população como todo, segundo os trabalhos demográficos do IBGE.

Assim, caiu o argumento a favor das cotas para negros nas universidades federais, como uma forma de se eliminar uma suposta sub-representatividade étnica. Os defensores das cotas, então, passaram a usar dados sobre todo o universo do ensino superior, para ressaltar a tal sub-representatividade.

Na verdade, o foco da discussão é equivocado. E se houvesse uma proporção de negros nas universidades acima do peso segmento étnico na população? Negros teriam de ser proibidos de prestar vestibular? Claro que não. Porque o melhor parâmetro para regular a entrada na Universidade deve ser o do mérito.

34) Outro golpe - 22/03/2005 – [Opinião] (26)

Tema: A extinção da Medida Provisória 232

Tese: A isenção do aumento na taxa de juros da MP232 é uma ilusão

Exemplo da voracidade e da falta de lisura com que o Estado avança sobre a renda da sociedade, a Medida Provisória 232 continua a ameaçar os contribuintes. Ao contrário do que entendeu o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, depois de encontros mantidos com o ministro Antonio Palocci na semana passada, a última versão conhecida da MP não significa a “quase extinção” da própria.

A alternativa acertada com Severino — mas que precisa passar pelo plenário — lembra a antiga piada dos bodes na sala. Atulhada de caprinos malcheirosos, o dono da casa termina aceitando a indesejável companhia depois da retirada de alguns animais. Esquecido de que antes não havia bode algum, o infeliz concluirá que, no final das contas, ganhou alguma coisa.

E o que acontece com a proposta do governo. Na versão original — um golpe tributário, desfechado na passagem do ano para não chamar atenção — todos os prestadores de serviço são atingidos pelo aumento do imposto de Renda de 32% para 40% da base de cálculo.

Pressionado, o governo propõe isentar do aumento da carga tributária os prestadores de serviço que destinem mais de 20% da renda bruta ao pagamento de funcionários. Materializa-se a aplicação da teoria dos bodes.

Feita essa aparente concessão, tenta-se passar a idéia de que há um recuo importante na MP. E não há. Porque continua prejudicando um universo enorme de pessoas que se terceirizaram, não por decisão própria — para driblar tributos, como diz a Receita Federal — mas como decorrência de uma legislação trabalhista onerosa e arcaica. Para se manterem competitivas, as empresas foram obrigadas a terceirizar muitas funções. Não havia escolha diante de custos trabalhistas exorbitantes.

O governo tenta o caminho mais fácil para ele, e o pior para o contribuinte. Que terá de pagar ao fisco como se empregado fosse, sem ter os benefícios do emprego formal, como plano de saúde, por exemplo. Em vez de demonstrar essa fúria tributarista, o governo deveria atacar o ponto-chave da legislação trabalhista. Aumentaria a formalização do emprego e a arrecadação. E se cortasse e mantivesse sob controle seus gastos, teria tempo para fazer essa reforma, sem precisar de golpes como o da MP.

36) Chance a Lula – 22/03/2005 – [Opinião] (27)

Tema: O presidente Lula tem a chance de amadurecer politicamente

Tese: As alianças políticas só são legítimas quando estabelecidas em prol da sociedade

O basta dado pelo presidente da República à impertinência e à falta de decoro do deputado Severino Cavalcanti pode fechar um ciclo na experiência do PT e ajudar a amadurecer politicamente o próprio Luiz Inácio Lula da Silva e o governo.

Esse ciclo se iniciou quando o PT, enfim percebeu que se não se abrisse a alianças com partidos de outras tendências ideológicas jamais chegaria ao Palácio do Planalto. Como a esquerda é minoritária no eleitorado, somente com companheiros mais à direita seria possível viabilizar uma vitória eleitoral.

Vitoriosos, os petistas — assim como tucanos e pefelistas no passado — aproveitaram-se de uma legislação leniente e incharam partidos hospedeiros, como PP, PL, PTB, daqueles políticos que não conseguem sobreviver longe de quem controla as chaves dos cofres do Tesouro.

Tamanho ecletismo numa base partidária requer um comando político presente e com pulso forte. A desastrada intervenção da cúpula do PT na sucessão na

presidência da Câmara dos Deputados mostrou o que acontece quando faltam esses predicados.

A correta decisão de Lula de suspender a reforma e reafirmar a autoridade da Presidência da República perante uma chantagem escandalosa colocou o presidente diante da alternativa de ele próprio assumir a coordenação política do governo. Lula não deve recusar o que o acaso lhe deu de presente. Como demonstrou FH no seu tempo, o presidente da República é o mais adequado interlocutor para dissolver impasses e viabilizar projetos-chave no Congresso – mas para isso Lula precisa impedir que 2006 contamine suas ações.

E problemas não faltam no Congresso. Um deles: é preciso desarmar no Senado as armadilhas fiscais engatilhadas na Câmara e que podem custar a inviável soma de R\$ 30 bilhões anuais ao contribuinte. Ou uma CPMF e meia.

De tudo isso resta também a certeza de que acordos políticos costurados em nome da governabilidade só são legítimos quando lastreados em idéias e não em troca de favores. E mesmo assim precisam estar voltados para a grande maioria da população, a que, dentro da lei, paga pesados impostos e luta para sobreviver num cotidiano nem sempre risonho e franco.

47) Passo atrás – 03/05/2005 - [Nossa opinião] (30)

Tema: Reforma universitária

Tese: A reforma universitária do modo como está sendo proposta pelo governo não resolverá os problemas do ensino superior

Centro de intenso e produtivo debate, a proposta do governo de reforma universitária pode ser contestada pela sua oportunidade. Pois antes de se tratar do ensino superior, as gritantes deficiências do ciclo médio reclamam tratamento urgente e prioritário. Mas esta é uma das deficiências menos graves do projeto.

Há vários pontos preocupantes na proposta do Ministério da Educação, praticamente todos derivados da perniciosa influência de corporações universitárias e dos ditos movimentos sociais na redação do projeto. A visão ideológica por trás do diagnóstico feito do setor e que inspira as mudanças sugeridas é a mesma da qual emergiu o projeto da Ancinav e fundamentou a decisão do governo de apoiar a criação do Conselho Federal de Jornalismo

Autoritário e dirigista, o projeto original é preconceituoso contra o ensino privado, xenófobo — Harvard e Oxford estarão proibidos de se instalar no Brasil — e permite a infiltração na administração da Universidade de interesses corporativos e de organizações políticas e sociais. Uma reforma universitária que atrai o apoio do MST e da CUT merece ser analisada com atenção.

O controle sobre o ensino superior será exercido por conselhos, com representantes de sindicatos e agrupamentos políticos. O sistema de eleição direta, inadequado para a Universidade, passará a ser usado sem parcimônia.

E assim serão soterradas as esperanças de que o ensino superior brasileiro seja balizado pela meritocracia e constitua um pólo de excelência acadêmica, como ocorre nos países em desenvolvimento concorrentes do Brasil.

48) Conciliação – 05/05/2005 – [Nossa Opinião]

Tema: A transposição das águas do Rio São Francisco para amenizar a seca

Tese: Transposição das águas do Rio São Francisco é um projeto controvertido e com interesses inconsiliáveis

Talvez não haja no Brasil **projeto de obra pública tão antigo e controvertido** quanto o da **transposição de águas do Rio São Francisco** para abastecer o semi-árido do Nordeste. Desde D. Pedro II **o empreendimento é um sonho para uns, e pesadelo para outros**. Os defensores, por óbvio, estão nos estados a serem beneficiados pelo **projeto** — Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Pernambuco — e a oposição se entrincheira em Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Alagoas, banhados pelo São Francisco.

Os interesses serão inconciliáveis — como têm sido há mais de cem anos — se não houver o bom senso de se aceitar **a palavra final dos técnicos**. É o que o governo tem tentado. A primeira providência foi reduzir as ambições da **obra**, que de “transposição” transformou-se em um sistema de “interligação” de bacias — a do São Francisco com as de rios não perenes do semi-árido. A diferença está num volume menor de água a ser transferido, o que — deve ter imaginado o Ministério da Integração — aplacaria a oposição ao projeto.

Não tem sido assim. Quando **interesses regionais se articulam com grupos de grande capacidade de mobilização**, como o de ambientalistas, criam-se **barreiras**

políticas quase intransponíveis. E nessas circunstâncias, o aspecto técnico, que deveria ser prioritário, é relegado a segundo plano.

O governo garante que ao utilizar só 3% da vazão do rio, a interligação de bacias não causará danos ao São Francisco. O argumento deveria ser suficiente para viabilizar uma idéia que ajudará 28 milhões de pessoas. Na semana passada, o Ibama concedeu licença prévia ao projeto. Foi importante avanço. Mas nada garante que os embates não continuarão na Justiça.

40) À espera do Papa – 04/052005 – [Opinião]

Tema: Um novo Papa para ocupar o trono de São Pedro

Tese: Os problemas deixados por João Paulo II não serão facilmente resolvidos pelo novo Papa.

Em vista da natureza espiritual da missão do Papa seria descabido cobrar-lhe posições ou declarações sobre qualquer assunto. Calar-se ou manifestar-se é prerrogativa de cada ocupante do trono de São Pedro, de acordo com seu perfil psicológico e doutrinário - e cabe ao imenso rebanho de fiéis espalhados pelo mundo interpretar seus silêncios e admoestações.

Mas é natural que o advento de um novo Papa crie expectativas de uma mudança de direção - mesmo nas questões sobre as quais João Paulo foi mais enfático e categórico. É inevitável, por exemplo, que os católicos se voltem para o novo Pontífice em busca de orientação sobre o que os cristãos chamam de "santidade da vida" . Como harmonizar esse conceito ortodoxo com a clonagem de seres humanos e as pesquisas sobre célula-tronco realidades incontornáveis da vida no século XXI?

Do próximo líder muitos certamente esperam um reexame da atitude do Vaticano em relação a homossexualismo, celibato eclesiástico, ordenação de mulheres, planejamento familiar, prevenção contra principalmente Aids, temas que dividem os católicos. Alguns mais, outros menos.

O conforto espiritual de milhões de pessoas que vivem num ambiente cada vez mais determinado pela ciência e por novas tecnologias dependerá em boa dose dos posicionamentos do novo Papa. E não só isso: eles afetarão também os destinos da própria Igreja como maior instituição religiosa do mundo.

Uma das principais virtudes de João Paulo II como Papa foi a pureza do seu novo apostolado. Suas decisões emergiam de convicções pessoais e de consultas à doutrina e à própria consciência, sem levar em conta modismos e índices de popularidade.

É bem verdade que nem por isso descuidou das relações com outras fés religiosas como o judaísmo e a Igreja Ortodoxa. Nessa área, talvez não tenha avaliado adequadamente a importância do diálogo com muçulmanos, desafio premente que fica para o sucessor. João Paulo deixa outro problema agravado, paradoxalmente, pelo êxito de sua missão: o da escassez de sacerdotes, mais que nunca necessários para atender aos 250 milhões de novos católicos que conquistou, principalmente na África e na Ásia, em seus 26 anos de papado.

51) Adiar o inevitável 13/05/2005 – [Nossa Opinião]

Tema: Reforma da Previdência

Tese: Reformas estruturais na previdência são fundamentais para o equilíbrio das contas do INSS

Com uma população preponderantemente jovem e um mercado formal de trabalho em expansão, o Brasil das décadas de 60 e 70 não tinha na agenda de problemas nada referente à Previdência. O dinheiro que entrava nos cofres previdenciários, por meio das contribuições, era mais do que suficiente para financiar os benefícios. **Mas** como em todo o mundo, a tendência de envelhecimento da população e a crise do emprego formal começaram a corroer as bases do então INPS. E assim a sobrevivência do sistema passou a depender de reformas estruturais, difíceis de serem feitas por causa de compreensíveis resistências políticas. Que terão de ser vencidas, sob o risco de as próximas gerações ficarem desassistidas.

O caso brasileiro tem peculiaridades. Uma das mais graves é a da indexação do benefício básico pelo salário-mínimo. Assim, qualquer aumento mais substancial do mínimo desequilibra perigosamente as contas públicas, já deficitárias no seu todo. Apenas o último reajuste salarial — de R\$ 260 para R\$ 300 — significou uma despesa a mais de R\$ 1,8 bilhão para o INSS, cujo déficit, este ano, será de R\$ 40,9 bilhões, 25% superior ao rombo de 2004, de R\$ 32,7 bilhões.

O governo se agitou e confeccionou um pacote para conter uma hemorragia milionária no falho esquema de concessão de auxílios-doença — isso se a MP editada sobre o assunto for aprovada pelo Congresso. Houve, também, renovadas promessas de combate às fraudes, de fato volumosas.

Tudo isso é necessário. **Mas** não dispensará reformas estruturais, para retardar a aposentadoria dos segurados e voltar a fazer crescer o emprego formal.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)